

Anais do

i

VI FÓRUM DE INIÇÃO CIENTÍFICA - FIC



2023



978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica - FIC

Faculdade Patos de Minas - FPM
Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP
Faculdade Planalto Central - FPC
Faculdade Cidade de Coromandel - FCC

<https://www.even3.com.br/vific/>

09 a 11 de outubro de 2023

Fórum de Iniciação Científica – FIC (6. : 2023 : Patos de Minas)

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica - FIC, 09 a 11 de outubro de 2023 / organizado por Hugo Christiano Soares Melo, Saulo Gonçalves Pereira, Luciana de Araujo Mendes Silva, Gilmar Antoniassi Júnior. FPM/FCJP/FPC/FCC, 2023.

Modo de acesso: <https://www.even3.com.br/vific/>

ISBN: 978-65-00-96762-3

1. Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais Aplicadas 3. Ciências Humanas 4. Artigos científicos I. Melo, Hugo Christiano Soares II. Pereira, Saulo Gonçalves III. Silva, Luciana de Araujo Mendes IV. Antoniassi Junior, Gilmar

Bibliotecária: M. Nazaré Brandão Borges – CRB-6 1299

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Hugo Christiano Soares Melo

Prof. Dr. Saulo Gonçalves Pereira

Profa. Dra. Luciana De Araujo Mendes Silva

Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Júnior

Dica: como referenciar os resumos?

Modelo:

SOBRENOME, PRENOME abreviado. Título: subtítulo (se houver) In: NOME DO EVENTO, número., ano. Local de realização do evento. **Anais** [...] Local de publicação dos resumos: Editora, ano. paginação.

Exemplo:

PEREIRA, S. G. *ET AL.* ANÁLISE PRELIMINAR DA QUALIDADE DA ÁGUA NA NASCENTE DO Córrego Barreiro – Patos de Minas - MG: UMA APRECIÇÃO SOBRE O CERCAMENTO. IN: VI FÓRUM DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., 2023, PATOS DE MINAS. **ANAIS** [...] PATOS DE MINAS: FPM, 2024. P. 75-75.

Sumário

FATORES QUE LEVAM À MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	1
SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UM OLHAR PARA A LITERATURA COM ÊNFASE NOS FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	2
A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA A PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO EM NÍVEL MUNICIPAL	3
A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM NÍVEL MUNICIPAL	4
A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 16 EM NÍVEL MUNICIPAL	5
A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 4 PARA A GARANTIA DA INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE EM NÍVEL MUNICIPAL	6
TRANSFORMANDO VIDAS EM PATOS DE MINAS: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 3	7
SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES FRENTE À PANDEMIA COVID19: um olhar para as consequências e possível tratamento	8
A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 5: IGUALDADE DE GÊNERO EM NÍVEL MUNICIPAL	9
SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> : CAUSAS, SINTOMAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS TRATAMENTOS	10
O DESCOMPASSO ENTRE AS NORMAS DE PROTEÇÃO CONTRA AS MULHERES E OS CÓDIGOS DE ÉTICA DE MULTINACIONAIS EM MINAS GERAIS	11
A CONDENAÇÃO EM DANO MORAL PELA NEGLIGÊNCIA EM PERÍCIAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	12
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE PRONTUÁRIOS DE PACIENTES COM FIBRILAÇÃO ATRIAL EM HOSPITAL SECUNDÁRIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP	13
TÉCNICA DE MICROAGULHAMENTO NO TRATAMENTO DE ESTRIAS	14
MARKETING DIGITAL: QUAIS OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ACTION ADESTRAMENTO	15
PRECIFICAÇÃO DE BANHO E TOSA EM CÃES: um estudo na empresa action dog ltda. 16	16

FLUXO DE CAIXA: UMA ANÁLISE FINANCEIRA DA EMPRESA ACTION DOG LTDA.....	17
A GARANTIA DA INCLUSÃO SOCIAL DOS PACIENTES COM CERATOCONE: a efetivação da proteção do direito humano à saúde dos pacientes com a deficiência	18
ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS MAIS COBRADOS NO EXAME SUFICIÊNCIA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-CRC	19
PRECIFICAÇÃO DE TÁXI PET NA EMPRESA ACTION DOG	20
A IMPORTÂNCIA DOS AVANÇOS DA <i>FERTILIZAÇÃO IN VITRO</i> NO TRATAMENTO DA INFERTILIDADE	21
A NECESSÁRIA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA O BANIMENTO JUSTO DE CONTEÚDOS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS PELAS PLATAFORMAS...	22
A RECUSA À PRENOMES COM EXPOSIÇÃO AO RIDÍCULO DO PORTADOR: uma análise com enfoque no limite entre o judiciário e registrador civil	23
DELITOS PRATICADOS POR MEIOS ELETRÔNICOS	24
FEMINICÍDIO: Análise entre as determinações jurídicas de proteção às vítimas de violência doméstica e os protocolos aplicados efetivamente durante o procedimento/processo judicial no município de Patos de Minas	25
A REPERCUSSÃO DA DECISÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOBRE A JUSTA CAUSA DA AÇÃO PENAL.....	26
A CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO JURÍDICO DOS ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	27
A VERDADE BIOLÓGICA DA CRIANÇA NASCIDA POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA E O SIGILO DO DOADOR DE MATERIAL GENÉTICO.....	28
AS IMPLICAÇÕES DO ESTUPRO VIRTUAL NA AUSÊNCIA DE TIPIÇÃO PENAL E SUA CONSUMAÇÃO.....	29
A DIFICULDADE DE COMBATER O ALICIAMENTOS NAS REDES SOCIAIS QUE TEM POR FIM TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS	30
ADEQUAÇÃO DE NORMAS DIANTE DA FALTA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS LIGAS DESPORTIVAS DE AUTOMOBILISMO NO BRASIL.....	31
ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E AÇÕES PARA EVITÁ-LO.....	32
A VIABILIDADE DA REGULAÇÃO BRASILEIRA DAS ATIVIDADES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS NOS METAVERSOS DIANTE DA EVOLUÇÃO CONTÍNUA DA TECNOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO METAVERSO	33
O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL COLETADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO NORMATIVA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NO ALTO PARANAÍBA EM MINAS GERAIS.....	34
O USO DE PROVAS ILÍCITAS POR MEIO DE GRAVAÇÕES POR INTERLOCUTORES SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL.....	35

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À GESTANTE COM DIABETES MELLITUS GESTACIONAL	36
MICROCEFALIA ASSOCIADA AO ZIKA VÍRUS.....	37
CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: a importância da enfermagem na orientação às mulheres quanto às práticas preventivas.....	38
CRIMES CONTRA A HONRA OCORRIDOS NO AMBIENTE CIBERNÉTICO: A DIFICULDADE EM IDENTIFICAR A AUTORIA E MATERIALIDADE NO CRIME DE CALÚNIA	39
A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 7 ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL EM NÍVEL MUNICIPAL	40
SEPSE NEONATAL: a importância do conhecimento.....	41
e da assistência em enfermagem.....	41
O LIMITE ENTRE A TRANSPARÊNCIA/PUBLICIDADE E A PROTEÇÃO DE DADOS DOS LICITANTES EM PREGÕES ELETRÔNICOS MUNICIPAIS.....	42
IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR.....	43
FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS ANIMAIS PELO RECONHECIMENTO DOS <i>PETS</i> COMO SUJEITOS DE DIREITO	44
AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O PLANEJAMENTO FAMILIAR SOB O APOIO DO ENFERMEIRO.....	45
A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS COMO LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA ESTABELECE OBRIGAÇÕES NOS ACORDOS ANTENUPCIAIS	46
MENSTRUACÃO: AÇÃO EDUCATIVA, POBREZA MENSTRUAL E DIGNIDADE MENSTRUAL.....	47
A DEFINIÇÃO LIMITADA DA NORMA ACERCA DO ASSÉDIO MORAL EM VÍNCULOS TRABALHISTAS NOS CASOS DE HIERARQUIA: A SUBJETIVIDADE COMO ELEMENTO DETERMINANTE.....	48
CÂNCER DO COLO DE ÚTERO	49
MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS CONDOMINIAIS NA BUSCA DA CULTURA DA PAZ SOCIAL.....	50
A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO DO CRITÉRIO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PARA A INCLUSÃO DO MENOR SOB GUARDA NO ROL DE DEPENDENTES DE PENSÃO POR MORTE NO BRASIL.....	51
DE LITERATURA.....	52
EXPERIÊNCIAS MENSTRUAIS DE MENINAS NA ADOLESCÊNCIA.....	53
EQUOTERAPIA: Benefícios terapêuticos motores na paralisia cerebral.....	54
RESPONSABILIDADE CIVIL NO LINCHAMENTO VIRTUAL E A CULTURA DO CANCELAMENTO	55

O RECONHECIMENTO DO ESTUDO POR CONTA PRÓPRIA COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO APENADO: a efetivação do direito à educação no sistema prisional	56
CÂNCER DE INTESTINO	57
OBESIDADE INFANTIL: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR.....	58
ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA DISCUSSÃO SOB A ÓTICA DA CRIMINOLOGIA E PSICOLOGIA	59
DESVANTAGENS DOS TRIBUTOS NO AGRONEGÓCIO.....	61
ANÁLISE PRELIMINAR DA QUALIDADE DA ÁGUA NA NASCENTE DO CÓRREGO BARREIRO – PATOS DE MINAS MG: uma apreciação sobre o cercamento	63
A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DO PÉ DIABÉTICO	64
OS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA PARA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR À CONDENADAS: um olhar para as gestantes, mães em estado puerperal ou de crianças com deficiência, que estão em regime fechado e semiaberto	65
A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO CIRURGIÃO DENTISTA NOS PROCEDIMENTOS DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL	66
A CONSTRUÇÃO DO PADRÃO ESTÉTICO E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DA AUTOIMAGEM E BEM-ESTAR	67
A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DE DRENAGEM LINFÁTICA MANUAL NO PÓS-OPERATÓRIO DE ABDOMINOPLASTIA	68
A RESPONSABILIDADE JUDICIAL NO HACKEAMENTO DE DADOS EM FRAUDES CONSUMERISTAS.....	69
A NEUROCIÊNCIA DA BELEZA: COMO O CÉREBRO PROCESSA A ESTÉTICA.....	70
CARACTERÍSTICAS DO MELASMA E A CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA ESTÉTICA NO SEU TRATAMENTO	71
TRABALHADORES RURAIS: COMBATE Á ESCRAVIDÃO MODERNA NO CAMPO	72
MAXIMIZANDO A EFICIÊNCIA LOGÍSTICA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	73
A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES DIANTE DA PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA DÍVIDA ATIVA ASSOCIADA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	74
BENEFÍCIOS MOTORES DA EQUOTERAPIA EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	75
EQUOTERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR DOENÇA DE PARKINSON.....	76
A TRANSMISSÃO DA HERANÇA DIGITAL COMO FATOR DE LESÃO À INTIMIDADE E VIDA PRIVADA.....	77
A ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA PORTADORA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: possibilidades de atuação e interação	78
IMAGINÁRIO MATERNO E CRIMINALIDADE:.....	79

as subjetividades reveladas através das narrativas da imprensa jornalística digital	79
ANÁLISE DO FILME “KARAKTER”: EXPLORANDO A CONSTRUÇÃO PESSOAL POR MEIO DA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA	80
PACIENTES COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO SUBMETIDOS A EQUOTERAPIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	81
LEVANTAMENTO SOBRE O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	82
IMPORTÂNCIA DA GESTÃO INTEGRADA E FINANCEIRA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	83
ALTERAÇÕES PSICOEMOCIONAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS DIANTE DO ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	84
PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO ASSOCIADA AO USO DE PRESSÃO POSITIVA CONTINUA NA VIA ARÉA - CPAP EM RECÉM- NASCIDO PRÉ-TERMO - RNPT	85
OS REFLEXOS JURÍDICOS NA TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO DIGITAL, BUSCANDO A GARANTIA DA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS FALECIDOS E A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	86
PADRÃO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (COSIF): MODELO DE CONTA PARA INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO CREDENCIADORAS	87
OS LIMITES DO TRATAMENTO DESPORTIVO FRENTE AO ESTATUTO DO DESARMAMENTO	88
MOBILIZAÇÃO EM RODA DE CONVERSA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA SOBRE SAÚDE FEMININA E DIGNIDADE MENSTRUAL	89
MENSTRUACÃO SUSTENTÁVEL.....	90
IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ACERCA DO USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS..	91
O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL COLETADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO NORMATIVA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NO ALTO PARANAÍBA EM MINAS GERAIS.....	92
O OBJETIVO E A IMPORTÂNCIA DAS VACINAÇÕES NA INFÂNCIA.....	93
OS BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA NA SAÚDE DO IDOSO	94
CEFALEIA EM SALVAS: UM RELATO DE CASO	95
TRATAMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM LEUCEMIA	96
ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E SUAS IMPLICAÇÕES LEGAIS	97
DOENÇAS LABORAIS EM CONTADORES: PRINCIPAIS AGRAVOS E PREVENÇÃO	98
PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS	99
A ABORDAGEM POLICIAL E SUA RESTRIÇÃO EM FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO	100

CONSEQUÊNCIAS DA CONTAMINAÇÃO ALIMENTÍCIA POR AFLATOXINAS: UMA PERSPECTIVA SOCIAL.....	101
AFLATOXINA B1 E HEPATOCARCINOMA: UMA ASSOCIAÇÃO PATOLÓGICA.....	102
A DEVIDA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS FRENTE AOS PROBLEMAS OCACIONADOS POR MULTINACIONAIS DO SETOR DE <i>FAST FOOD</i> : UM ESTUDO DE CASO EM MINAS GERAIS/BRASIL.....	103
O DIAGNÓSTICO DA LEUCEMIA	104
EXAMES TOXICOLÓGICOS PARA MOTORISTAS PROFISSIONAIS: O QUE ELES DETECTAM E POR QUE SÃO NECESSÁRIOS.....	105
O DIREITO HUMANO À HABITAÇÃO COMO PADRÃO PARA GARANTIR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	106
DEFENSORES AMBIENTAIS E SUAS LUTAS.....	107
O CONFLITO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E TRIBUTÁRIA CAUSADA PELA REFORMA TRIBUTÁRIA.....	108
MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PATOS DE MINAS: UMA ANÁLISE SUSTENTÁVEL E INTELIGENTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS LOCAIS	109
CUIDADOS PALIATIVOS E PSICO-ONCOLOGIA: COMPREENDENDO O IMPACTO EMOCIONAL NO TRATAMENTO DO CÂNCER.....	110
IMPLANTE IMEDIATO: ALTERNATIVA PARA REABILITAÇÃO ORAL.....	111
CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E OS DÉFICITS INERENTES A PATOLOGIA	112
EFEITO TERAPÊUTICO DO MICROAGULHAMENTO COM DRUG DELIVERY DE ÁCIDO TRANEXÂMICO.....	113
O AUTISMO EM CONFRONTO COM O DIAGNÓSTICO PRECOCE.....	114
CÂNCER DE PULMÃO E O USO DO CIGARRO ELETRÔNICO.....	115
TRATAMENTO DE HERPES LABIAL COM TERAPIA FOTODINÂMICA.....	116
TERAPIA ESCLEROSANTE PARA HEMANGIOMAS NA CAVIDADE ORAL.....	117
ALTERAÇÕES NA CAVIDADE BUCAL POR CANDIDÍASE EM PACIENTE USUÁRIO DE PRÓTESE TOTAL	118
A PRIMAZIA DA REALIDADE EM FACE DAS FRAUDES EXISTENTES NO PROCESSO DO TRABALHO	119
A VALORIZAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	120
REFORMA AGRÁRIA: A VENDA DE LOTES EM ASSENTAMENTOS DE FORMA ILEGAL E A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE ESTELIONATO	121
ESTADO, MERCADO E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE MARIANA MAZZUCATO	122
REMIÇÃO FICTA DA PENA: A multi participação de atores como estratégia para remodelar a aplicação da remição ficta em momentos pandêmicos	123
PERFIL DO ALUNADO E EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA: da formação e trajetória profissional.....	124

Apresentação do evento

É com grande satisfação que apresentamos os anais dos VI Fórum de Iniciação Científica (VI FIC) de 2023, que ocorreu de 9 a 11 de outubro. Neste evento, continuamos a tradição de promover discussões sobre projetos de pesquisa em andamento, reunindo tanto professores quanto estudantes das instituições educacionais da região. O VI FIC, que faz parte das atividades acadêmicas do Grupo Faculdades IDEA (Faculdade Patos de Minas, Faculdade Cidade de João Pinheiro, Faculdade Planalto Central e Faculdade Cidade de Coromandel), contou com uma programação diversificada, incluindo palestras, mesas-redondas e apresentações de trabalhos selecionados.

O VI FIC de 2023 recebeu um número significativo de submissões de resumos, demonstrando o crescente interesse dos alunos em compartilhar suas pesquisas. Foram submetidos 139 trabalhos, dos quais 72 foram selecionados para apresentação. Este aumento nas submissões é um reflexo da dedicação dos estudantes e do comprometimento das instituições em incentivar a pesquisa científica. O número expressivo de submissões não apenas enriquece o evento, mas também destaca o potencial da região em contribuir para o avanço do conhecimento e da pesquisa no âmbito nacional.

A apresentação de trabalhos em eventos como o VI FIC desempenha um papel fundamental na vida acadêmica dos alunos e no fomento à iniciação científica. A exposição de pesquisas permite que os estudantes compartilhem suas descobertas, ampliem seus horizontes e adquiram experiência na divulgação científica. Além disso, essa prática contribui para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, comunicação e pensamento crítico, preparando os alunos para um futuro promissor na pesquisa acadêmica e profissional.

A disseminação do conhecimento por meio da apresentação de trabalhos tem o potencial de influenciar positivamente o desenvolvimento da pesquisa no Brasil. À medida que mais alunos se envolvem nesse processo, aumenta-se a diversidade de perspectivas e tópicos abordados, enriquecendo o cenário da pesquisa acadêmica no país. A pesquisa é a base do avanço científico e tecnológico, e o VI FIC desempenha um papel significativo ao cultivar o interesse pela pesquisa desde a graduação.

Finalizamos este editorial agradecendo a todos os envolvidos na organização e realização do VI Fórum de Iniciação Científica de 2023. Nossos sinceros agradecimentos vão para as instituições de ensino que participaram do evento, as Faculdades IDEA. Também expressamos nossa gratidão a todos os moderadores das Apresentações Oraís, participantes, palestrantes e apoiadores por tornarem este evento um sucesso. É o comprometimento e a dedicação de todos que permitem que o VI FIC continue a crescer e a cumprir seu propósito de promover a pesquisa e a iniciação científica em nossa região.

O VI Fórum de Iniciação Científica é uma celebração do conhecimento, da curiosidade e do comprometimento com o avanço da ciência. Continuaremos a incentivar e apoiar a pesquisa acadêmica e a busca pelo saber em todas as suas formas, com a esperança de que nossos esforços tenham um impacto duradouro na educação e na pesquisa científica.

Prof. Dr. Hugo Christiano S. Melo

Resumos do evento



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

FATORES QUE LEVAM À MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Gabriel Bruno Moreira Rosa ^a e José Humberto Magela Camêlo ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A abertura de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) têm aumentado significativamente no Brasil. No entanto, o número de empresas encerradas vem crescendo exponencialmente. As empresas desse porte contribuem de forma significativa econômica e socialmente para o país e representam 27% do PIB brasileiro¹. **Objetivos:** Verificar o quantitativo de empresas que encerram suas atividades no país; listar as causas do fechamento de pequenas empresas e, por fim, sugerir estratégias para evitar essa ocorrência. **Metodologia:** Estudo foi desenvolvido por meio da revisão bibliográfica ² e pesquisa documental ³ nas bases de dados Google Acadêmico e Governo Brasileiro, através de artigos e documentos publicados em sua maioria a partir de 2017 a 2023, utilizando as palavras chaves mortalidade, encerramento, micro e pequenas empresas, MPEs e empreendedorismo. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode-se evidenciar que são vários os fatores que provocam o fechamento das Micro e Pequenas Empresas, mas existe um fator relevante que foi identificado durante a pesquisa, que é a falta de planejamento. A partir da identificação dos motivos de mortalidade das Micro e Pequenas Empresas, pretende-se contribuir com a implementação das grades curriculares dos cursos de Administração, focadas no empreendedorismo e sugere-se aos empreendedores a elaboração do plano de negócios (PN) e do planejamento estratégico (PE), a fim de dirimir possíveis erros ⁴, bem como ações unificadas, visando alcançar os objetivos da organização⁵.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas; mortalidade; empreendedorismo.

E-mail do autor de contato: gabriel.jufra@live.com

¹ SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

² ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia Científica: princípios e fundamentos**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062236/>. Acesso em: 06 maio 2023.

³ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 06 maio 2023.

⁴ SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Como Elaborar um Plano de Negócios**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/gestao-e-comercializacao-como-elaborar-um-plano-de-negocios.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

⁵ MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de *et al.* O Planejamento Estratégico como Ferramenta: um estudo sobre a eficiência das micro e pequenas empresas brasileiras. **Administração de Empresas em Revista**, Curitiba, v. 16, n. 17, p. 50-68, jan. 2017. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/2195/1373>. Acesso em: 25 mar. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

SÍNDROME DE *BURNOUT* EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UM OLHAR PARA A LITERATURA COM ÊNFASE NOS FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Karina Rodrigues Caldeira ^a e Luciana de Araújo Mendes Silva ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O trabalho considerado meio para subsistência e satisfação pessoal, tem sido na atualidade fonte de adoecimento gerando em especial o estresse laboral, que se prolongado ocasiona a Síndrome de *Burnout*. Essa tem sido uma preocupação crescente no campo da saúde, especialmente entre os profissionais de Enfermagem.⁶

Objetivos: Identificar situações geradoras associadas ao desenvolvimento da referida síndrome nessa categoria profissional, averiguar suas queixas e consequências na vida dos acometidos, com vistas a sugerir ações que minimizem seus impactos. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão narrativa da literatura com abordagem descritiva e qualitativa. Foram analisados conteúdos científicos relacionados ao tema, indexados nas bases de dados da BVS, SCIELO e dissertações, ambos publicadas no período de 2016 a 2023, sendo a busca realizada por meio das palavras-chave: Síndrome de *Burnout* e profissionais de enfermagem. **Considerações Finais:** A análise dos estudos revelou que fatores como: sobrecarga de atividades; condições desfavoráveis de trabalho; a falta de reconhecimento/valorização dos gestores institucionais; escassez de mão de obra; ausência de apoio psicológico estão diretamente relacionados ao aumento do estresse no trabalho e o surgimento da síndrome entre profissionais de enfermagem. A literatura investigada mostrou também que os principais sinais da síndrome são exaustão física e mental, despersonalização e sinais de baixa realização profissional. Suas consequências são variáveis incluindo aspectos físicos e mentais podendo ocasionar inclusive desistência e/ou afastamento profissional. Este estudo evidencia a necessidade de atenção e intervenções no ambiente de trabalho dos profissionais de Enfermagem, visando reduzir a vulnerabilidade e prevenir a ocorrência da Síndrome de *Burnout*. A promoção/implementação de políticas institucionais que valorizem e apoiem esses profissionais, além do estabelecimento de estratégias de gerenciamento do estresse, são fundamentais para proteger a saúde e o bem-estar desses indivíduos.

Palavras-chave: enfermagem; estresse; condições de trabalho; políticas institucionais; Síndrome de *Burnout*.

E-mail do autor de contato: karina.25536@alunofpm.com.br

⁶ FALGUERAS, M. V. *et al.* Burnout y trabajo em equipo em los profesionales de Atención Primaria. *Atención Primaria*, v. 47, n. 1, p. 25-31, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/82600065.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA A PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a; Thalison M. Moreira Ramos^a; Gumercindo
Gustavo Silva Santos^a; Fabiana Vitalina Santos Medeiros^a e Gabriel Peres Dupim^a

^aFaculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Água potável atualmente no município de João Pinheiro está sendo uns dos principais problemas enfrentados, especialmente nas zonas rurais. Famílias com dificuldades financeiras e, por causa disso, são alvos de escassez de saneamento eficiente e de alguns recursos hídricos necessários para a vida⁷. **Objetivos:** Conhecer como o ODS 6 está sendo efetivado no município de João Pinheiro/MG através das políticas públicas de garantia da água potável e saneamento básico. E, de forma específica: conhecer a legislação aplicáveis às políticas públicas de saneamento básicos e água potável; Verificar os problemas da população brasileira em relação ao saneamento básico e a água potável no Brasil através dos julgados; Definir como a conscientização ambiental pode auxiliar nas matrizes ecossistêmicas para garantir a água potável à população; Estudar as melhores maneiras para a garantia da qualidade da água para a população; Verificar o melhor desenvolvimento das estruturas de saneamento básico e água potável em João Pinheiro/MG. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. **Considerações Finais:** O presente trabalho encontra-se em andamento, possuindo os seguintes resultados: existe a necessidade da água potável ser acessível e melhor condicionada para a distribuição e uso da sociedade, além do mais, isso engloba também o saneamento básico e íntegro. A referida necessidade existe devido à preservação do meio ambiente como elemento fundamental para a sobrevivência humana, entretanto a indisponibilidade de recursos hídricos afeta a efetivação do Plano de Governo de água potável e saneamento básico, além do que a salubridade como elemento garantidor de execução das políticas públicas do tema abordado.

Palavras-chave: água potável; saneamento eficientes; recursos hídricos.

E-mail do autor de contato: fabiana.medeiros@aluno.fcjp.edu.br

⁷ JPAGORA. Moradores de João Pinheiro se revoltam com a Copasa por falta de água frequente em vários pontos da cidade. A situação é insustentável e os pinheirenses já não sabem mais o que fazer. **JPAGora**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://jpagora.com/moradores-de-joao-pinheiro-se-revoltam-com-a-copasa-por-falta-de-agua-frequente-em-varios-pontos-da-cidade/>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a, Helenita Gonçalves Souto ^a, Homero Cardoso P. Neto ^a, Jakson Expedido Veloso Neto ^a, Larissa Moreira Cardoso ^a e Marielle A. Martins Rodrigues ^a

^a Faculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Em 2015 foi aprovado o documento ‘Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’, uma resolução internacional da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), mais conhecido como ODS, que define uma estratégia mundial composta por 17 objetivos e 169 metas. O ODS2 tem por objetivo ‘fome zero e agricultura sustentável’, meta a ser alcançada pelo Brasil até 2030.⁸ Este ODS tem o objetivo de acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano, dentre outras metas correlacionadas. **Objetivos:** Identificar a importância da agricultura familiar para o combate da fome no município de João Pinheiro para viabilizar a implementação. E de forma específica, definir a participação dos pequenos produtores na agricultura sustentável; pesquisar sobre a capacitação de agricultores familiares em ações de gestão associativas; identificar os desafios da agricultura sustentável familiar e, por fim, compreender as estratégias da agricultura familiar no cenário atual dentro do município de João Pinheiro/MG. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. **Considerações Finais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes resultados: a agricultura sustentável, com processo produtivo agrícola bem elaborado, pode contribuir para o bem-estar global, com a disponibilização de comida suficiente e outros bens e serviços de formas economicamente eficientes e lucrativas, socialmente responsáveis e ambientalmente adequados. Tal questão está definida no estabelecimento de estratégias para o incentivo de atividades rurais com o propósito de promover a agricultura familiar, além do que possui respaldo na agricultura familiar sustentável como meio para efetivar o direito à alimentação saudável para o combate à fome no município de João Pinheiro/MG.

Palavras-chave: desenvolvimento Sustentável; agricultura familiar; fome zero.

E-mail do autor de contato: marielle.rodrigues@aluno.fcjp.edu.br

⁸ ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Nações Unidas Brasil**, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 16 EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a; Maria Eduarda de Negreiros Borges^a; Nathane Yara Souza da Silva^a; Igor Mateus Moreira Pimentel^a; Paulo Adriano Lopes Landim^a e Wanderson Lopes dos Reis^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A violência doméstica contra crianças e adolescentes compreende as ações contra a integridade física, sexual ou psicológica e está ligada a fatores sociais, culturais e econômicos. Tais violências são sofridas em qualquer lugar e em diferentes classes sociais.⁹ Na maioria das vezes as agressões vêm das pessoas mais próximas e de quem as vítimas mais confiam. A violência doméstica não é só agressão física, entender quais são os tipos de violências é essencial para reconhecer o ato com mais facilidade para realizar denúncias e prevenir, as mesmas são violência sexual, uma das formas mais devastadoras de violência doméstica¹⁰, deixando traumas profundos e afetando a saúde mental e emocional das vítimas, violência psicológica, que se manifesta através de insultos, humilhações, ameaças e intimidações, minando a autoestima e a confiança da criança, e violência física, envolvendo agressões corporais que causam dor e lesões, deixando cicatrizes visíveis e invisíveis. Qualquer violação sofrida causará traumas irreversíveis para as crianças e adolescentes. Os abusadores geralmente são pessoas próximas, normalmente familiares, e muitas vezes se aproveitam da vulnerabilidade para cometer atos violentos. **Objetivos:** O trabalho tem como objetivo geral verificar as lacunas que precisam ser supridas no município para a efetiva proteção de crianças e adolescentes no município de Patos de Minas/MG, através das informações do Conselho Tutelar bem como definir estratégias para combater a violência doméstica de crianças e adolescentes no município. **Metodologia:** Quanto à metodologia aplicada foi realizada pesquisa qualitativa, com fontes primárias (pesquisa de campo) e secundária (referencial teórico), visando o conhecimento doutrinário acerca da matéria, além de utilizar o método dedutivo e como técnicas de pesquisa a abordagem conceitual (investigação teórica) e entrevistas (pesquisa empírica). **Considerações Finais:** O presente trabalho encontra-se em elaboração, apresentando os seguintes resultados iniciais: a implementação dos instrumentos jurídicos para efetivação das políticas públicas de proteção contra a Violência doméstica das crianças e dos adolescentes no município de Patos de Minas/ MG. Assim, viabilizando o ODS 16 é necessário devido à negligência das políticas públicas do Estado, tais como violência sexual, violência psicológica, violência social. Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente como norma principal de proteção é necessário para assegurar a efetivação das políticas públicas, com absoluta prioridade, bem como colocá-los a salvo de toda forma de violência doméstica.

Palavras-chave: violência doméstica; crianças; adolescentes; ods.

E-mail do autor de contato: igor.30214@alunofpm.com.br

⁹ UNICEF BRASIL.. Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências. **Unicef Brasil**, s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protexao-de-criancas-e-adolescentes-contra-violencias>

¹⁰ BRASIL. Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/14344.htm

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 4 PARA A GARANTIA DA INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a; Kamilla Oliveira Rosa^a; Zélia Maria de Oliveira Guedes^a;
Mariza Vitória Ribeiro da Silva^a; Nilziele Eduarda Reis de Carvalho^a e Laura Gonçalves de
Souza Neta^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Educação de qualidade é a oportunidade de ensino a todos, gozando de todos recursos necessários para o melhor desenvolvimento da criança, Tratando da criança deficiente tem-se a educação inclusiva, que consiste na inclusão dessas crianças em sala de aula e projetos educacionais, tem por ¹¹direito acesso a professores de apoio, infraestrutura adequada para recepcioná-los, e aqueles alunos que necessitarem de ¹²dieta especial, serão também disponibilizados. A educação inclusiva ratifica facilitar a estadia da criança deficiente nas dependências das escolas, garantindo que não sofra nenhum tipo de constrangimento ou prejuízo devido às suas condições físicas, mentais ou psicológicas¹³. **Objetivos:** O objetivo geral deste trabalho é conhecer como está sendo efetivada a educação inclusiva no Município de Patos de Minas/MG para proteção das crianças deficientes. E, de forma específica, verificar como a legislação aborda a temática de educação inclusiva; analisar os julgados que estabelecem o processo de educação inclusiva das crianças com deficiência; identificar como a APAE de Patos de Minas trabalha com as crianças deficientes; analisar na CEMED de Patos de Minas as diretrizes sobre educação inclusiva; analisar na CEMED de Patos de Minas as diretrizes sobre educação inclusiva; e, por fim, definir propostas de melhoria das políticas públicas. **Metodologia:** Quanto à metodologia aplicada foi realizada pesquisa qualitativa, com fontes primárias (pesquisa de campo) e secundária (referencial teórico), visando o conhecimento doutrinário acerca da matéria, além de utilizar o método dedutivo e como técnicas de pesquisa a abordagem conceitual (investigação teórica) e entrevistas (pesquisa empírica). **Considerações Finais:** O presente trabalho encontra-se em andamento, já apresentando os seguintes resultados iniciais: para efetivação das políticas públicas que garantem a proteção da criança deficiente no município de Patos de Minas/ MG. Assim, torna-se necessário a inclusão do deficiente na sociedade, garantindo-lhe um trabalho-educação igualitário. Ademais, a ausência de profissionais capacitados representa um empecilho no processo de consolidação da educação inclusiva de crianças deficientes, assim como, a aceitação familiar é um fator dificultador no processo de educação inclusiva da criança deficiente.

Palavras-chave: inclusão; deficiência; educação; igualdade.

E-mail do autor de contato: kamilla.29485@alunofpm.com.br

¹¹ MINAS GERAIS. Projeto de Lei nº 3.165/2021. Institui o Índice Estadual de Educação Inclusiva – IEEI –, no sistema estadual de ensino. **Assembleia legislativa de Minas Gerais.** Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=3165&ano=2021> (Art. 3º).

¹² MINAS GERAIS. Projeto de Lei nº 3.165/2021. Institui o Índice Estadual de Educação Inclusiva – IEEI –, no sistema estadual de ensino. **Assembleia legislativa de Minas Gerais.** Disponível em: [lmg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=3165&ano=2021](https://www.lmg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=3165&ano=2021) (art. 3º).

¹³ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Artigo 5º. **Planalto.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm (Artigo 5º).

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

TRANSFORMANDO VIDAS EM PATOS DE MINAS: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 3

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a; Michelle Timóteo Freitas^a; Gedeon Batista Silva; Amanda Tavares da Silva^a; Lígia Ferreira de Santana^a, Emília Cristina Ribeiro Soares^a e Millena Ramos Neto^a.

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Saúde e bem-estar é assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, especificamente no tema de Transtorno Mental, causas e consequências da descontinuidade do tratamento psíquico e a relação de transtorno mental/crimes violentos. Estudos apontam que o sistema de saúde ainda não está adequadamente preparado para atender os pacientes com transtorno mental. Como resultado, existe uma grande lacuna entre a necessidade de tratamento e a disponibilidade de tratamento em todo o mundo. Em países de baixa e média renda, 76% a 85% das pessoas com transtornos mentais não recebem ou não têm continuidade no tratamento. Em países de alta renda, 35% a 50% das pessoas com transtornos mentais estão na mesma situação, outro problema é a má qualidade dos cuidados prestados aos pacientes tratados¹⁴. **Objetivos:** Expõe-se como objetivo geral deste trabalho identificar as lacunas existentes nas políticas públicas estatais quanto à negligência e o abandono no atendimento às pessoas com transtornos mentais. E forma específica: analisar o funcionamento das medidas propostas pelo Estado contra o abandono da psicoterapia; demonstrar a importância da implementação de Políticas Públicas Sociais que envolvem o tratamento mental; verificar como os Direitos Fundamentais visam combater o abandono familiar ao paciente com transtorno mental; explicar a frequência da negligência psicológica devido à falta de apoio do Estado e, por fim, definir meios de aplicação políticas públicas para conscientizar e punir o responsável legal por falta de compromisso com o manejo psicológico do paciente. **Metodologia:** A metodologia aplicada é pesquisa qualitativa, com fontes primárias (pesquisa de campo) e secundária (referencial teórico), visando o conhecimento doutrinário acerca da matéria, além de utilizar o método dedutivo e como técnicas de pesquisa a abordagem conceitual (investigação teórica) e entrevistas (pesquisa empírica). **Considerações Finais:** O presente trabalho encontra-se em andamento, com os seguintes resultados iniciais: as políticas públicas estatais disponibilizam recursos e garantias às pessoas acometidas de transtornos mentais, porém, não existe seguridade a interrupção do tratamento psíquico. A disponibilidade de recursos é disponibilizada pela proteção legal na viabilização da dignidade das pessoas com transtorno mental. Ademais, o acesso gratuito, sigiloso e a conscientização da saúde mental para prevenir a violência auto provocada, bem como, o Direito de Prioridade como meio de efetivação de políticas públicas de proteção contra abandono do tratamento de transtorno mental. Logo, pessoas com transtorno mental são consideradas incapazes para entender o caráter ilícito do fato.

Palavras-chave: saúde; bem-estar; transtorno mental; tratamento psíquico; ODS.

E-mail do autor de contato: michelle.29316@alunofpm.com.br

¹⁴ OPAS. Organização Pan Americana de Saúde. **Transtornos Mentais:** OPAS - Organização Pan Americana de Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES FRENTE À PANDEMIA COVID19: UM OLHAR PARA AS CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEL TRATAMENTO

Maysa Aparecida Silva Ribeiro^a e Luciana de Araújo Mendes Silva^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A pandemia por Covid-19 foi um marco global com consequências marcantes na vida pessoal e profissional dos indivíduos. Como forma de evitar maiores danos, o isolamento social foi adotado como principal medida preventiva.¹⁵ Entretanto, os modos de organização de vida e labor sofreram drásticas mudanças, principalmente no contexto educacional. Os profissionais foram expostos a vários desafios para se adaptar aos novos modelos de ensino-aprendizagem, tiveram que implantar diversas modalidades de organização, planejamento e execução de aulas com ferramentas tecnológicas antes não utilizadas. Em meio às tensões diversificadas, os docentes foram acometidos por inúmeros agravos, destacando em especial a sua saúde mental.¹⁶

Objetivos: Perante esta realidade, o presente estudo objetivou discutir sobre os impactos à saúde mental de docentes em consequência da pandemia por COVID-19, bem como sugerir estratégias para melhorar a saúde mental desses profissionais. **Metodologia:** Para atingir tal proposta foi realizada uma revisão narrativa da literatura, sendo utilizados artigos obtidos por meio de busca de materiais nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico com ênfase na realidade dos docentes no Brasil. O recorte temporal compreende obras publicadas em especial de 2020 a 2023 sendo buscadas por meio do uso das seguintes palavras-chave: Covid-19 X professores X Saúde mental. **Considerações Finais:** A literatura investigada apontou que os professores ao enfrentarem as diversas mudanças ocorridas no seu posto de trabalho e considerando também as alterações nas demais dimensões de sua vida, foram impactados pelo: sentimento de medo, angústia, tristeza, frustração, insônia, baixa autoestima, depressão, ansiedade, estresse, *Burnout*, pânico e em casos mais graves, tentativas de suicídio e suicídio real, além de alterações comportamentais como irritabilidade e agressividade. Os autores investigados apontaram como forma de minimizar as consequências do adoecimento mental as seguintes ações: acompanhamento psicoterápico e/ou psiquiátrico, atividades de lazer, atividade física, atividades de relaxamento e atividades interativas ao lado da família, espaços de escuta, debate e acolhimento, promoção do autocuidado e apoio social.

Palavras-chave: Covid-19; Professores; Saúde Mental.

E-mail do autor de contato: maysa.15416@alunofpm.com.br

¹⁵ SILVA, L. C.; MENDES, D. F.; SILVA, L. A. M. Impactos psicológicos causados pelo isolamento em decorrência da pandemia de Covid-19: uma revisão de literatura. *Investigação, Sociedade e Desenvolvimento*, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 9, e3011931531, 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31531>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31531>. Acesso em: 26 abr. 2023

¹⁶ SANTANA, L. L.; RAMOS, T. H.; ZIESEMER, N. B.; CARVALHO, T. P.; PEDROLO, E. Fatores intervenientes na qualidade de vida docente durante a pandemia da COVID-19. *Revista Actualidades Investigativas en Educación*, San José, v. 22, n. 1, p. 1-32, jan. 2022. <https://doi.org/10.15517/aie.v22i1.447441>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/447/44769515009/html/> Acesso em: 20 mar. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 5: IGUALDADE DE GÊNERO EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a; Letícia Ferreira Silveira^a; Aline Aparecida Gonçalves Pereira^a; Fabielly Martins dos Santos^a e Gisela Maria Rodrigues^a

^a Faculdade da Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Assembleia Legislativa de Minas Gerais destaca que política pública é o resultado de atividades políticas e de gestão pública que utilizam bens e serviços públicos.¹⁷ Logo, infere-se que políticas públicas são uma orientação para um conjunto de práticas e normas que são emanadas por pessoas que representam o poder público. Nesse sentido, vale mencionar que de acordo com a Lei n.º 11.340, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, violência contra a mulher consiste em qualquer prática ou omissão baseada na distinção de gênero que gere consequências como: morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano material ou patrimonial.¹⁸ Importante ressaltar que a Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma organização intergovernamental criada para promover colaboração internacional, criou em 2015 os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são 17 metas globais com o objetivo de criar um mundo sustentável e que contém 169 metas para acabar com a pobreza e promover uma vida digna para todos respeitando os limites do planeta.¹⁹ Nesse contexto, dentro da ODS 5, que se refere a igualdade de gênero, uma das metas é eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada. Dessa forma, o objeto de estudo deste trabalho é retratar sobre a violência contra a mulher. Nele será abordado sobre como a desigualdade de gênero serve como instrumento para a violência contra a mulher, quais são os tipos de violência nas quais elas são vítimas e quais são e como são na prática os mecanismos de prevenção e combate a esse tipo de violência. Logo, tem como objetivo estabelecer a relação das políticas públicas sobre violência contra a mulher no geral e como esse contexto influencia na realidade dessa prática no município de João Pinheiro. **Objetivo Geral: Compreender** como ocorre a violência contra a mulher e como combatê-la em João Pinheiro para viabilizar o ODS 5. **Objetivos Específicos:** Entender as principais formas de violência doméstica contra a mulher; investigar novas formas de combate à violência doméstica contra a mulher no município de João Pinheiro; esclarecer os motivos para a persistência dos casos de feminicídio; bem como identificar a importância da Lei Maria da Penha para o combate à violência contra a mulher no município de João Pinheiro. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. **Considerações Finais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01- A desigualdade de gênero como instrumento de geração de violência contra as mulheres e 02- A Lei Maria da Penha como mecanismo de prevenção ao combate a violência doméstica.

Palavras-chave: violência contra a mulher; combate; feminicídio; Lei Maria da Penha; João Pinheiro

E-mail do autor de contato: gizela.silva@aluno.fcjp.edu.br

¹⁷ MINAS GERAIS. **O que é política pública?** s.d. Disponível em: https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/sobre/index.html#O_que_e_Politica_Publica. Acesso em: 17 jun.. 2023.

¹⁸ BRASIL. lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 17 jun.. 2023.

¹⁹ CEARÁ. **O que é a agenda 2030 da ONU**. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/agenda2030/o-que-e-a-agenda-2030-da-onu/#:~:text=A%20agenda%202030%20%C3%A9%20um,dentro%20dos%20limites%20do%20planeta>. Acesso em: 17 jun.2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

SÍNDROME DE *BURNOUT*: CAUSAS, SINTOMAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS TRATAMENTOS

Luana Barbara Pires Barbosa^a e Luciana de Araujo Mendes Silva^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Na atualidade, as enfermidades ocupacionais são analisadas como sendo uma das razões do prejuízo da produtividade laboral do trabalhador, bem como causadoras até mesmo de desligamento da organização. A necessidade de ser reconhecido profissionalmente ou, a ansiedade de se manter, no emprego, a concorrência ou a execução de atividades que exigem alto grau de responsabilidade ocasionam o cansaço mental e físico do trabalhador e, em consequência de tudo isto ocorre o estresse e esse, se prolongado, gera a Síndrome de *Burnout*²⁰.

Objetivos: Verificar as causas, sintomas e consequências da Síndrome de *Burnout*, bem como as estratégias de prevenção e tratamento que podem ser adotadas para minimizar seu impacto na vida dos profissionais.

Metodologia: As informações foram conseguidas por meio de uma revisão narrativa da literatura, de cunho qualitativo/descritivo, embasada em livros, artigos, dissertações e teses que abordam o tema. **Considerações**

Finais: A literatura utilizada apontou que a Síndrome de *Burnout* é causada por fatores relacionados à insegurança nas realizações dos procedimentos, bem como em relação a permanência no emprego, necessidade de dois a três vínculos empregatícios dentre outros. Além disso, evidenciou-se que o tratamento precisa ser abordado como problema coletivo e organizacional e não como um problema individual. Também foi possível analisar que existem meios para evitar, reconhecer os sintomas e tratar a doença para salvaguardar não só o trabalhador, mas também toda a instituição. Essas ações preventivas podem ter foco tanto no colaborador quanto nas formas de organização do trabalho e urgem de serem adotadas no mercado de trabalho.

Palavras-chave: doença ocupacional; Síndrome de *Burnout*; trabalhador.

E-mail do autor de contato: luana.22542@alunofpm.com.br

²⁰ Alencar, B. E. R., Gomes, R. C. N. T., Ferro, I. T., Viana, A. B., Grangeiro, G. R., Pereira, C. T. F., ... & Maia, G. M. C. (2022). Compreendendo o adoecimento mental pelo esgotamento profissional da Síndrome de Burnout: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(1), 2642-2658- Acesso em 30 agosto de 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



O DESCOMPASSO ENTRE AS NORMAS DE PROTEÇÃO CONTRA AS MULHERES E OS CÓDIGOS DE ÉTICA DE MULTINACIONAIS EM MINAS GERAIS

Ana Gabriele Batista da Silva ^a e Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

Introdução: Atualmente as mulheres estão conquistando cada vez mais seu espaço na sociedade, sendo notória sua participação nas multinacionais do setor bancário, presentes em Minas Gerais. Advindo a temática deste trabalho, acerca da igualdade de gênero que está descrita no parágrafo 5º da Constituição Federal, que diz que todos são iguais perante a lei. Entretanto, é notório que as mulheres ainda sofrem muita discriminação no mercado de trabalho, logo, essas multinacionais precisam gerar códigos de ética mais benéficos em relação a discriminação. Tais multinacionais apoiam a ODS 5, ODS que são os objetivos de melhoria da ONU, no caso trata-se de igualdade de gênero. ²¹ Assim é importante analisar os códigos e propostas de apoio às ODS, propondo possíveis melhorias para os problemas encontrados. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo geral comparar as normas estatais de proteção contra a discriminação das mulheres e as normas internas sobre o tema presentes nos códigos de ética dos bancos localizados em Minas Gerais, atualmente. E de forma específica, definir como as normas estatais vigentes realizam a proteção contra a discriminação das mulheres no Brasil; identificar como ocorre o cumprimento da legislação de proteção contra a discriminação de gênero no Brasil, voltado à proteção das mulheres, principalmente em ambiente de trabalho; conhecer as normas de proteção contra a discriminação de gênero (mulheres) existentes nos documentos empresariais (código de ética e conduta) dos bancos (multinacionais selecionadas) localizados em Minas Gerais; identificar a responsabilidade social corporativa (RSC) das multinacionais diante das falhas na efetivação das próprias normas internas (autorregulação). **Metodologia:** Foi utilizada como metodologia de pesquisa a pesquisa normativa-jurídica, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, usando fontes primárias e secundárias, com o método dedutivo e indutivo, além de utilizar técnicas documentais e jurisprudenciais. **Considerações finais:** o descompasso entre as normas de proteção contra a discriminação das mulheres e os códigos de ética de multinacionais em Minas Gerais, existe devido ao fato de que as normas possuem dupla objetividade na proteção das mulheres pelas normas estatais brasileiras (da igualdade de gênero ao combate à discriminação). Esse descompasso é reafirmado na existência de cláusulas genéricas para proteção contra a discriminação de gênero nos documentos empresariais das multinacionais pesquisadas, mesmo com uma capacidade de melhoria das normas internas dessas multinacionais pela incorporação de normas estatais vigentes.

Palavras chaves: Igualdade, mulher, multinacionais.

E-mail do autor de contato: ana.20052@alunofpm.com.br

²¹ ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Onu Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A CONDENAÇÃO EM DANO MORAL PELA NEGLIGÊNCIA EM PERÍCIAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Isabela Dutra Ferreira ^a e Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Neste trabalho busca-se analisar a possibilidade de responsabilização civil do INSS nos casos de negligência em perícias do INSS. Essa negligência pode ser caracterizada pela demora na realização da perícia, ou erro pericial, com a negativa indevida do benefício por incapacidade. A escolha deste tema se justifica pela necessidade de aprofundamento teórico sobre a negligência nas perícias do INSS. Os benefícios previdenciários possuem caráter alimentar, e se destinam à subsistência do segurado, motivo pelo qual, a negligência pericial, a princípio, pode causar graves danos ao mesmo. **Objetivo:** analisar o processo administrativo do INSS para a obtenção de benefício por incapacidade, com foco na produção de prova pericial. E de forma específica, compreender o processo previdenciário; analisar a prova pericial do INSS, por fim, verificar a possibilidade de responsabilização civil por danos morais do INSS em decorrência de negligência em perícias. **Metodologia:**, o presente trabalho está definido em uma pesquisa normativa-jurídica, tendo como natureza do estudo a pesquisa exploratória, cujo objetivo é o de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, indo além da descrição de seu objeto de estudo, definido nas ideias relativas à condenação do INSS em dano moral. **Resultados:** A presente pesquisa explora os seguintes argumentos jurídicos: 1 O processo previdenciário e a atuação negligente do perito que resulta em danos ao segurado; 2 A demora e o descaso dos peritos que provoca o limbo previdenciário; 3 A aplicação do dano moral como meio necessário para mudar a realidade pericial do INSS na atualidade. Conclui-se que em caso de erro pericial, seja por negligência ou pela demora, prejudicando o sustento do segurado, pode haver a aplicação do dano moral, com a responsabilização civil da autarquia.

Palavras-chave: Benefício por incapacidade. Negligência. Perícia. Previdência Social

E-mail do autor de contato: isabela.12177@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE PRONTUÁRIOS DE PACIENTES COM FIBRILAÇÃO ATRIAL EM HOSPITAL SECUNDÁRIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

Stella Petrazzo Fascineli^a e Cláudia Helena Cury Domingos Roselino^a

^a Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Resumo

Introdução: A fibrilação atrial é uma doença cardiovascular que refere - se à um tipo de arritmia sustentada, que pode atingir de 0,5 - 1% da população geral e 8% dos idosos a partir de formação ou propagação anormal do impulso elétrico, que leva ao surgimento de fenômenos de reentrada que podem ser percebidos no eletrocardiograma: frequência cardíaca entre 90 a 170 bpm; Irregularidades do intervalo RR; Ausência de onda P ou qualquer atividade elétrica regular e complexo QRS estreito. **Objetivos:** Estudar a presença de pacientes com fibrilação atrial em hospital secundário de Ribeirão Preto - SP. **Metodologia:** Com base na introdução sobre a doença, foi feito uma análise epidemiológica, a qual em um universo de 156 prontuários, a incidência de fibrilação atrial foi, de aproximadamente, 16,02% (25 pacientes com FA), como consta no número de parecer de aprovação do projeto em Comitê De Ética E Pesquisa CAAE: 09815219.3.0000.5498. **Considerações Finais:** Desse total, 23 pacientes têm hipertensão arterial sistêmica, sendo aproximadamente, 92% com HAS. Também há 19 pacientes com dislipidemia, sendo próximo de 76% pacientes com DLP. Já a relação de insuficiência cardíaca é de 4% dos pacientes. Por esse estudo, fica - se visível, a relação de pacientes com mais de uma doença cardiovascular associada, sendo elas, hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca e dislipidemia, a qual contribui para risco cardiovascular de obter as doenças já citadas. Com isso, conclui - se que é fato que muitos desses pacientes não seguem em tratamento adequado para todas as enfermidades citadas, sendo a que mais tem baixa adesão medicamentosa: Fibrilação atrial. Além da adesão precária, há ainda, o fato de muitos desses diagnósticos terem outras doenças associadas, como Doença de Chagas, Diabetes Mellitus, Valvopatias e altos índices de sedentarismo associados, os quais, em conjunto, contribuem para uma má qualidade de vida e dificuldade em adquirir bem - estar.

Palavras-chave: Fibrilação atrial; Hospital secundário; Análise epidemiológica.

E-mail do autor de contato: fascineli.stellinha@outlook.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



TÉCNICA DE MICROAGULHAMENTO NO TRATAMENTO DE ESTRIAS

Paula Eduarda De Camargos Oliveira^a . Lilian De Abreu Ferreira^a e Eva Mendes Monteiro^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Nos últimos anos, a busca pela estética do corpo perfeito tem crescido cada vez mais. várias técnicas têm ganhado espaço no mercado, como o microagulhamento, no tratamento de estrias, que são lesões avermelhadas ou esbranquiçadas localizadas na derme. Apesar de terem sido julgadas como irreversíveis, as estrias podem ter o seu aspecto melhorado significativamente. O microagulhamento consiste em aplicar a técnica com um roller, produzido de cabo policarbonato e acrilonitrila butadieno estireno, com o auxílio de agulhas de aço inoxidável ou titânio, que podem variar de tamanho entre 0,2 a 3,0 mm, esse procedimento visa estimular a produção de colágeno, a vasodilatação e a angiogênese. Esta técnica tem como objetivo a reparação tecidual, que consequentemente trará um melhoramento estético na área lesionada pelo estiramento da derme. **Objetivos:** realizar uma revisão sistemática sobre o melhoramento tecidual das estrias, com o uso de microagulhamento. **Metodologia:** realizou-se uma busca de dados, nas bases google acadêmico, e bibliotecas eletrônicas; PUBMED E SCIELO, revista saúde em foco, utilizando os termos, “ melhoramento tecidual ”, “estriações atroficas” “ terapia de indução percutânea de colágeno”, “ rejuvenescimento” combinados entre si. **Considerações Finais:** as estrias podem surgir nos glúteos, coxas, braços, abdômen, conforme o biotipo e predisposição genética de cada indivíduo, surgem na derme, conforme o estiramento dos fibroblastos .o tratamento visa o rejuvenescimento tecidual da mesma, onde irá induzir a produção de colágeno no local. a técnica de microagulhamento, tem se mostrado eficaz, no tratamento de estrias, a fim de provocar um agravo tecidual com as microagulhas utilizadas no procedimento, visando induzir a resposta celular na derme, podendo a mesma ter efeitos positivos ou negativos, a depender da análise e estímulos realizados pelo profissional, outros fatores que colaboram para o resultado significativo são os cuidados pós procedimentos e os cosméticos utilizados. Palavras-chave: estiramento da derme, terapia de indução percutânea, estímulo de colágeno, melhoramento tecidual.

E-mail do autor de contato: paulacamargosoliveira@gmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

MARKETING DIGITAL: QUAIS OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ACTION ADESTRAMENTO

Bruna da Silva Braga^a e Maria Eduarda dos Reis e Barros^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Um planejamento de marketing digital bem elaborado possibilita ao empreendedor da empresa Action Adestramento maximizar os lucros da empresa e diminuir os riscos, além de ter uma maior compreensão das estratégias necessárias para se destacar no mercado. **Objetivos:** O objetivo geral deste estudo é analisar como o marketing digital é realizado em uma empresa de Pet Shop em uma cidade de médio porte no interior de Minas Gerais e compreender os desafios e oportunidades do Marketing Digital na empresa Action Adestramento, com objetivos específicos que incluem analisar eventuais falhas nas ações de marketing da empresa, discutir a necessidade de implementar ações eficazes para melhorar o marketing e apresentar estratégias a serem adotadas neste contexto. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, conduzida por meio de entrevistas. Pesquisas exploratórias são realizadas principalmente quando o tema é pouco explorado e difícil de formular hipóteses precisas. Quanto aos métodos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi conduzida para ampliar a compreensão das diferentes facetas do tema, por meio de materiais acessíveis ao público em geral, como livros, artigos científicos e teses relacionadas ao assunto. **Considerações Finais:** Com base nas respostas obtidas nas entrevistas, observou-se que o empresário utiliza muito pouco o marketing digital. Portanto, acredita-se que a empresa Action Adestramento deveria adotar novas estratégias de marketing digital, como a realização de cursos e treinamentos na área ou a contratação de um profissional qualificado, visando manter uma posição mais competitiva no mercado.

Palavras-chave: Estratégias; Marketing Digital; Pet Shop.

E-mail do autor de contato: bruna.20800@alunofpm.com.br



PRECIFICAÇÃO DE BANHO E TOSA EM CÃES: UM ESTUDO NA EMPRESA ACTION DOG LTDA

Rafaela Karen Vieira^a e José Humberto Magela Camêlo^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O presente estudo aborda sobre a precificação dos serviços de banho e tosa em estabelecimentos pet, num mercado em constante expansão, a pesquisa é baseada num estudo da empresa “Actiondog Ltda”, localizada na cidade de Patos de Minas, Minas Gerais, que oferece diversos serviços relacionados a animais de estimação, incluindo creche, hotel, banho, tosa, adestramento e táxi, com foco no serviço de banho e tosa. Com a expansão do mercado Pet, cada vez aumenta mais o número de animais domesticados, fato que proporciona os empreendedores começam a tomar gosto pelo ramo da atividade. A necessidade dos donos de estabelecimento ao longo dos anos é poupar tempo e fazer atendimentos de qualidade para os cães²². **Objetivos:** Pretendeu-se fazer uma análise da precificação utilizada pelos proprietários. Após levantamento, promoverá sugestões para a gestão eficiente de custo na área de varejo de pet, apresentando proposições orientadoras de precificação no setor de banho e tosa. A expectativa foi de contribuir no sentido de que o empreendedor tem uma visão mais ampla de custos (fixos e variáveis), além de despesas, no sentido de que ele além do tempo busca a precificação mais adequada a realidade do seu negócio atrelado à prática de preços competitivos do mercado. **Metodologia:** Pesquisa quantitativa a partir de levantamento de dados da empresa “Actiondog Ltda”, e busca de material científico para revisão de literatura. **Considerações Finais:** Durante a realização da pesquisa na empresa foi observado falhas nos processos de precificação no serviço de banho e tosa. Durante a primeira etapa da pesquisa foi definido a margem de lucro de 30%. Percebe que a empresa teria um maior lucro se investisse em cães com maior porte. Na segunda etapa foi efetuado um estudo referente a melhoria do salário da funcionária da empresa e um possível contrato de plano de saúde e vale refeição. A terceira etapa ofertou-se ao proprietário da empresa conhecimento referente aos tributos obrigatórios na empresa de pet. E na quarta foi feita uma listagem dos produtos necessários para a realização do serviço de banho e tosa.

Palavras-chave: banho; custos; pet; precificação; tosa.

E-mail do autor de contato: rafaela.20598@alunofpm.com.br

²² SALLES, Julia Castro Alves de. **Empreendimento:** banho home. 2020. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Processos Gerenciais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25436/TCC%20Uff%20Julia%20%20284%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 abr. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

FLUXO DE CAIXA: UMA ANÁLISE FINANCEIRA DA EMPRESA ACTION DOG LTDA

Alexandre Menezes da Silva ^a; Amanda Teixeira Silva ^a e Dinamar Rodrigues Vidallas

^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O estudo destaca o fluxo de caixa como a principal estratégia de gerenciamento empresarial, devido à sua simplicidade e eficácia como método de controle, monitorando as entradas e saídas ao longo de um período, dada a sua importância para uma gestão eficiente, orientando os administradores financeiros na supervisão das operações da entidade, garantindo eficiência e otimização dos recursos disponíveis, contribuindo assim para a tomada de decisões informadas. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo verificar como o proprietário da empresa Action Dog realiza o Fluxo de Caixa, em seguida demonstrar formas da empresa Action de gerir seus dados do fluxo de caixa, para que haja um bom controle, para tornar os dados da empresa, cruciais para a tomada de decisões mediante ao futuro da empresa. **Metodologia:** Para tal foi realizado um estudo de caso da empresa Action Dog, descrevendo detalhadamente como tem sido gerenciada ao longo dos últimos cinco meses de 2023 e analisando minuciosamente seu processo de gestão do fluxo de caixa. Além disso, são propostas medidas para otimização da gestão financeira da entidade. Aborda-se de igual modo, os métodos direto e indireto de elaboração do fluxo de caixa, considerando criteriosamente a seleção do método mais adequado à situação específica da empresa. **Considerações finais:** O estudo permitiu verificar que a empresa carece de um planejamento financeiro fundamentado em projeções de fluxo de caixa, o que resulta em custos significativos. Em outras palavras, a empresa enfrenta dificuldades para lidar com as variações sazonais em determinados períodos, e o custo alto para a prestação de serviço ou custos de seus produtos, o que gera desembolsos imprevistos e, conseqüentemente, compromete progressivamente a saúde financeira da organização. Após essas análises sugere-se um plano como a realização de um estudo de viabilidade econômica e financeira, metas financeiras claras e específicas a serem alcançadas, orçamento detalhado que estabeleça limites claros, fluxo de caixa atualizado, explorar maneiras de diversificar as fontes de receita, realizar revisões regulares do desempenho financeiro. Com as implementações dessas medidas, a empresa Action Dog pode suprir as deficiências da gestão garantindo uma boa saúde financeira da empresa e conseqüentemente um bom fluxo de caixa, acabando com a pressão financeira da empresa, mantendo o equilíbrio nos períodos de menor demanda e ampliando a capacidade de aderir novas oportunidades do mercado. Além disso, tem a capacidade de criar estratégias, ajudando na tomada de decisões com informações válidas e sólidas.

Palavras-chave: empresa action dog; fluxo de caixa; gestão financeira.

E-mail do autor de contato: alexandre.21730@alunofpm.com.br



A GARANTIA DA INCLUSÃO SOCIAL DOS PACIENTES COM CERATOCONE: A EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE DOS PACIENTES COM A DEFICIÊNCIA

Sthela Evelyly Soares Nascimento^a e Maria Isabel Esteves de Alcântara^a

^a Faculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O Ceratocone é uma enfermidade que faz com que a córnea se projete para frente, formando uma saliência em forma de cone, o que pode levar ao comprometimento da visão. Sendo assim, é considerada uma doença rara, devido não se conhecer a causa exata da doença.²³ Embora não seja considerada uma deficiência visual, essa doença pode afetar a qualidade da visão e ter impactos significativos na vida dos pacientes. Nesse sentido, é crucial garantir que os portadores de Ceratocone sejam amparados por uma legislação adequada. Essa ausência de políticas públicas, interferem de uma forma econômica e social na vida dos portadores da doença, o que traz como consequências a desigualdade nos acessos à saúde, gerando uma limitação ao acesso dos pacientes aos tratamentos, do mesmo modo, o alto custo para conseguir arcar com as custas do mesmo, o que pode reduzir não somente a qualidade de vida como atrasos no diagnóstico dos pacientes. **Objetivo:** Compreender como a inclusão do Ceratocone na lista da Lei nº 13.146/2015, que protege os deficientes, pode contribuir na proteção do direito humano à saúde dos pacientes. **Metodologia:** Para análise e elaboração do trabalho foi utilizado uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 - Problemas jurídicos ocasionados pela não inclusão do Ceratocone na Lei nº 13.146/15; 02 - A necessária definição de políticas públicas de proteção aos pacientes com Ceratocone: a efetivação da garantia de inclusão social;

Palavras-chave: ceratocone; direito à saúde; deficiência

E-mail do autor de contato: sthela.soares@aluno.fcjp.edu.br

²³ VARELA, Draúzio, Ceratocone. Drauzio. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/ceratocone/>. Acesso em: 12 mai. 2023

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS MAIS COBRADOS NO EXAME SUFICIÊNCIA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-CRC

Daniella Pereira Rodrigues^a e Unilson Gomes Soares

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A importância da educação superior em Ciências Contábeis e a necessidade de os profissionais estarem bem preparados para atender às demandas do mercado de trabalho. O exame de suficiência, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, é mencionado como uma exigência para obter o registro profissional. A preocupação com o exame é justificada pelos dados históricos de aprovação e pelas reclamações de alunos que enfrentam dificuldades, como a prova mais elaborada e a falta de tempo para se preparar adequadamente. A citação de Souza, Cruz e Lyrio (2017) ressalta as limitações do ensino superior em contabilidade no Brasil em comparação com outros países. A importância de estudar e se manter atualizado, alinhados com as demandas do mercado de trabalho e as mudanças regulatórias na área contábil, é enfatizada.²⁴ **Objetivos:** Identificar quais os conteúdos ou assuntos mais cobrados no exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade que se tornaram obstáculos para os acadêmicos de Ciências Contábeis e propor estratégias de estudo que possam auxiliar na preparação para a aprovação no exame. **Metodologia:** Abordagem descritiva com análise de exames anteriores do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, pesquisa no site do Conselho Federal de Contabilidade e busca de artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo. As palavras-chave "Conselho Federal de Contabilidade", "Exame de Suficiência" e "Ensino Superior" foram utilizadas para direcionar a pesquisa e obter informações relevantes. **Considerações Finais:** Neste estudo, foi identificado que os profissionais contábeis enfrentam dificuldades nos conteúdos de contabilidade gerencial, controladoria e língua portuguesa nos exames de suficiência. Os resultados mostraram taxas de aprovação baixas em Minas Gerais, indicando a necessidade de maior atenção nessas matérias. A contabilidade gerencial e a controladoria são fundamentais para a profissão, enquanto a habilidade na língua portuguesa é essencial para a comunicação eficaz. Recomenda-se uma abordagem estratégica nos estudos, priorizando os conteúdos mais cobrados e buscando recursos adicionais. A busca pela aprovação no exame deve ser vista como um compromisso com a excelência profissional e o aprimoramento contínuo, contribuindo para o fortalecimento da profissão contábil como um todo.

Palavras-chave: conselho federal de contabilidade; exame de suficiência; ensino superior.

E-mail do autor de contato: daniella48rodrigues@gmail.com

²⁴ SOUZA, P. V. S. de.; CRUZ, U. L. da.; LYRIO, E. F. A relação do exame de suficiência contábil com o desempenho do discente e a qualidade dos cursos superiores em ciências contábeis no Brasil. *Revista ambiente contábil*, Natal, v. 9, n. 2, p. 179-199, 2017.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

PRECIFICAÇÃO DE TÁXI PET NA EMPRESA ACTION DOG

Cássia Lorrane Mesquita Braga ^a, Renata Ribeiro Vargas ^a e Unilson Gomes Soares ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O conhecimento do custo para se manter um serviço é fundamental, para que o gestor saiba qual o valor cobrado por ele e quanto de retorno terá. Nesse sentido, para uma empresa se manter estável no mercado é indispensável o controle de seus custos para saber precificar seus produtos. No entanto, muitas empresas surgem sem nenhuma base de custeio para reger ou flexibilizar seus preços, precificando puramente através do mercado ou por meio de dados dos seus concorrentes, sem olhar seus custos. Este estudo aborda a importância do controle de custos na estabilidade de empresas e destaca a falta de uma estratégia de precificação eficaz em algumas situações. **Objetivos:** realizar uma pesquisa documental nos dados de gestão financeira de uma empresa de Pet Shop da cidade de Patos de Minas – MG “Action Dog”, com ênfase na precificação do serviço de transporte de animais de estimação (táxi pet). O problema central é a inadequação da precificação dos serviços pela empresa. O objetivo principal é analisar os custos associados à manutenção do serviço de transporte de animais de estimação e propor uma estratégia de precificação que evite prejuízos. **Metodologia:** Para conduzir este estudo de caso, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros online e sites, utilizando o Google Acadêmico. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental na empresa em questão, na qual o proprietário forneceu dados reais em planilhas Excel relacionadas às despesas fixas e variáveis do serviço de transporte de animais de estimação. **Considerações Finais:** Com base no estudo de caso, conclui-se que a empresa necessita de um conhecimento adequado de sua estrutura de custos. A análise de precificação revelou que os valores usados para determinar os preços do serviço de táxi pet são superiores aos preços praticados pela empresa. Como resultado, a empresa enfrenta prejuízos devido à inadequação dos preços estabelecidos pelo proprietário. É essencial que a empresa reavalie sua estratégia de precificação e ajuste seus preços para garantir a sustentabilidade financeira do serviço de transporte de animais de estimação.

Palavras-chave: custos; precificação; táxi-pet.

E-mail do autor de contato: cassia.17481@alunofpm.com.br



A IMPORTÂNCIA DOS AVANÇOS DA FERTILIZAÇÃO IN VITRO NO TRATAMENTO DA INFERTILIDADE

Polliany Dominga Beltoldo ^a, Eva Mendes Monteiro ^a, Paulo César Segundo de Sousa ^a.

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A infertilidade é caracterizada pela dificuldade de engravidar após tentar uma gestação durante o período de no mínimo 12 meses, tendo relações sexuais frequentes e sem o uso de nenhum método contraceptivos. Esta condição pode afetar ambos os sexos independentemente de suas posições socioeconômicas ou culturais e vem sendo vista como problema de saúde pública mundial, alcançando 10% a 15% dos casais em idade fértil. Objetivando diminuir as frustrações de experiências malsucedidas presenciadas por diversos casais que enfrentam a infertilidade, estão sendo desenvolvidos diversos métodos de Reprodução Assistida, sendo a Fertilização in vitro um dos métodos mais utilizados²⁵. **Objetivo:** Analisar a significância da Fertilização in vitro na possibilidade de ofertar uma solução para casais inférteis. **Metodologia:** Realizou-se uma busca de artigos em bases de dados como: Google Acadêmico, Scielo e Pubmed no período de 2007 a 2022. Usando as palavras-chaves "fertilização in vitro", "infertilidade", "infertilidade feminina", "infertilidade masculina" e "reprodução assistida". **Considerações Finais:** A Fertilização in vitro (FIV) é um procedimento realizado em laboratório onde ocorre a estimulação ovariana, a coleta dos gametas, a fertilização, o cultivo dos embriões e a transferência para o útero materno, a FIV é indicada quando os tratamentos convencionais para infertilidade não obtiveram sucesso e existem critérios a serem seguidos de forma a alcançar maiores chances de gestação completa. Os casais que decidem pelo tratamento da fertilização in vitro estando ciente das vantagens e desvantagens do procedimento já estão vivenciando essa situação há algum tempo, dessa forma é de extrema importância que eles sejam informados sobre a abordagem do tratamento, de como a ansiedade e estresse podem influenciar na infertilidade e também de como é relevante o acompanhamento psicológico. O tratamento da infertilidade com a reprodução assistida tem aumentado com os avanços tecnológicos, de forma a aumentar a expectativa dos casais em conseguir alcançar resultados positivos.

Palavras-chave: fertilização in vitro; infertilidade; infertilidade feminina; infertilidade masculina; reprodução assistida.

E-mail do autor de contato: polliany.dominga.pd@gmail.com

²⁵ PASQUALOTTO, Fábio Firmbach. Investigação e reprodução assistida no tratamento da infertilidade masculina. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, [s. l.], v. 29, ed. 2, p. 103-112, 2 maio 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-72032007000200008>. Disponível em: Investigação e reprodução assistida no tratamento da infertilidade masculina. Acesso em: 23 set. 2023.

MORAIS, Lanna Tarce Gonçalves de; MORAES, Júlia Rodrigues; RISTOV, Isabella Reis; MANSO, Giovanna Garcia; JURCA, Camila Fortaleza; NASCIMENTO, Danielle Brandão. Reprodução Assistida: transpondo os desafios da Infertilidade Feminina. Brazilian Journal of Health Review, [s. l.], v. 4, ed. 2, p. 4841-4844, março/abril 2021. DOI [DOI:10.34119/bjhrv4n2-069](https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-069). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25973/20599>. Acesso em: 23 set. 2023.

FÉLIS, Keila Cristina; ALMEIDA, Rogério José de. Perspectiva de casais em relação à infertilidade e reprodução assistida: uma revisão

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A NECESSÁRIA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA O BANIMENTO JUSTO DE CONTEÚDOS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS PELAS PLATAFORMAS

Paula Rafaella Oliveira Costa ^a e Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: É evidente e indiscutível a grandeza e poder que as plataformas de redes sociais assumiram na última década, a facilidade de conexão proporcionada pelas empresas contribuíram com o surgimento de uma nova classe de usuários denominados influenciadores digitais, esses usuários possuem um engajamento acima da média e utilizam seus perfis para monetização de conteúdo. As empresas (redes sociais) são legalmente regidas por normas internas que exercem papel relevante na aplicação de sanções aos conteúdos veiculados em suas plataformas digitais, justamente pela imposição excessiva de regras unilaterais e impossibilidade de acesso sem aderência integral ao contrato oferecido, demonstrando assim uma atuação abusiva, bem como, uma vulnerabilidade do criador de conteúdo que existe devido a prática dos algoritmos programados para coletar dados e executar tarefas, software que vem apresentando falhas no comando ou análise do conteúdo, gerando assim inúmeros casos de bloqueios e banimentos injustificados, trazendo diversos prejuízos aos usuários que garantem a popularidade e credibilidade da plataforma. **Objetivos:** Verificar como os tribunais estão lidando com as demandas acerca dos banimentos e bloqueios dos conteúdos e perfis nas plataformas digitais. **Metodologia:** Pesquisa do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, fontes primária e secundária, método dedutivo e indutivo, técnica documental e jurisprudencial. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode se evidenciar que os influenciadores digitais movimentam diariamente milhares de acessos nas redes sociais, sendo vulneráveis tecnologicamente e tecnicamente na atuação dessas empresas. A ausência de critérios estabelecidos para banimentos e bloqueios justificados resultam diversos impactos negativos para os criadores de conteúdos, sobretudo pela obscuridade da normas internas e ainda pela falta de punição eficaz para atuação desmedida das plataformas, haja vista que os tribunais atuam de forma meramente branda, sendo necessária uma responsabilização civil eficaz para proteção dos direitos fundamentais dos usuários.

Palavras-chave: Redes sociais. Perfis. Conteúdos. Banimentos. Injustificados.

E-mail do autor de contato: paula.19303@alunofpm.com.br



A RECUSA À PRENOMES COM EXPOSIÇÃO AO RIDÍCULO DO PORTADOR: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE NO LIMITE ENTRE O JUDICIÁRIO E REGISTRADOR CIVIL

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a; Roseane Eduarda Cunha^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O registro de civil é a entrada para o exercício dos direitos essenciais ao portador²⁶. O primeiro e o mais importante documento, com ele a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade²⁷. O registro é feito nas serventias das pessoas naturais que são exercidos pelos registradores civis²⁸. Um dos requisitos para o registro de nascimento é o nome apontado pelos responsáveis, sendo a forma que será identificado. O direito ao nome é a classificação dos direitos da personalidade, próprio à pessoa humana, sendo que o portador obtém a personalidade com nascimento com vida²⁹. Um problema encontrado foi que com o direito de escolha pelos genitores alguns resolvem inovar na imaginação em busca de um nome incomum, ou até mesmo uma forma de homenagear algum, desta forma acontece que os indivíduos estão ficando expostos a situações vexatórias³⁰. **Objetivos:** Estabelecer os limites definidos pelos Tribunais brasileiros para a recusa do Registro Civil das Pessoas Naturais quando considera que o nome civil expõe ao ridículo o seu portador. E, de forma específica conceituar o registro civil dentro dos parâmetros da sistemática legal brasileira, definindo os limites estabelecidos entre os Tribunais e Registradores Cíveis e analisar os casos recorrentes de recusa ao registro civil no Brasil, assim destacando a base principiológica que rege as relações cíveis no Brasil, com enfoque no princípio da Dignidade da Pessoa Humana com a finalidade de demonstrar a viabilidade da atribuição do nome como direito à personalidade. **Metodologia:** Foi utilizado para realização da presente pesquisa a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, sendo a modalidade escolhida a pesquisa normativa-jurídica, com fontes primárias e secundárias. A técnica de pesquisa utilizada foi a jurisprudencial e para análise dos dados utilizou-se a Teoria de Análise de Conteúdo. **Considerações Finais:** A presente pesquisa ainda encontra-se em andamento, porém já apresenta os seguintes resultados preliminares: mesmo com as proteções previstas na legislação a criança acaba sendo exposta a situações vexatórias ocasionadas pelo nome civil. A falta de uniformização e a recusa do nome ridículo causa ainda um desconforto entre os registradores civis e pais. Desta maneira esse desconforto acaba indo parar no judiciário o que cabe ao mesmo decidir se o nome expõe ou não ao ridículo, não ocorrendo também por parte dos tribunais uma uniformidade na recusa ou aceite.

Palavras-chave: nome civil; vexatório; registradores civis;

E-mail do autor de contato: roseane.21215@alunofpm.com.br

²⁶ NETTO, Victória. **Documentação pessoal: o primeiro passo para o exercício da cidadania**. 10 maio 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/documentacao-pessoal-o-primeiro-passo-para-o-exercicio-da-cidadania> p. 1

²⁷ ASSUMPTÃO, Letícia Franco Maculan. **O registro de nascimento e as pessoas invisíveis**. *Recivil*, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://recivil.com.br/o-registro-de-nascimento-e-as-pessoas-invisiveis/>. p. 1.

²⁸ NEGREIROS, Danilo. FABRIZ, Daurly Cesar. **O dever de promover o registro de nascimento sob a perspectiva dos deveres fundamentais**. *Derecho y Cambio social*. Lima-Perú, ano 11, n. 35, p. 1-13, 31 Jan. 2014. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/656>. p. 2.

²⁹ PETROCELLI, Aimee Bortollo. FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. **O Sub-Registro de nascimento como processo de exclusão social e acesso aos direitos da personalidade: um paralelo entre o indivíduo destituído de registro de nascimento e a figura do Homo sacer de Giorgio Agamben**. *Revista jurídica cesumar*. Mestrado, v. 22, n. 3, p. 567-579, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/11125/7215>. p.570.

³⁰ **A responsabilidade dos cartórios nos registros dos nomes. O bom senso deve prevalecer no ato do registro de nascimento da criança**. *Recivil*. 17 fev. 2022. Disponível em: <https://recivil.com.br/a-responsabilidade-dos-cartorios-nos-registros-dos-nomes/>.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

DELITOS PRATICADOS POR MEIOS ELETRÔNICOS

Maria Eduarda Rodrigues^a, Maria Clara Rodrigues^a, Nicolly Silva, Rafaela Alves^a, Renato Gonçalves Ribeiro^a, Yngrid Gabryelle^a, Talyta Gabriele^a e Heberton Duarte de Sousa^a

^a Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O grande avanço da tecnologia traduz a nova realidade onde a maior parte das atividades são feitas com o uso da internet, e como consequência disso, temos o surgimento de maior vulnerabilidade da sociedade nos crimes cibernéticos. Com isso, cria no operador do direito o levantamento de inúmeros questionamentos de como prevenir e combater esta nova espécie delituosa alavancada pelo uso indevido de informações. **Objetivos:** Face ao exposto, o presente estudo tem como objetivo pontuar as desvantagens e as consequências que o mau uso das informações desencadeia na vida de seus usuários. O intuito é reconhecer os vícios e falhas jurídicas e de segurança que acompanham o crescimento tecnológico; o entendimento de como o uso da tecnologia facilita a aplicação de golpes, a compreensão da visão da doutrina e dos Tribunais acerca dos golpes aplicados pelos meios digitais. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 – A evolução do meio digital facilitou a prática de delitos, alcançando os diversos públicos sociais. 02- A falta de segurança de dados no meio digital contribui para a prática de fraudes tornando algo comum nos dias atuais. 03- As dificuldades em identificar os agentes tornam complexas a punição e recuperação dos bens perdidos.

PALAVRAS-CHAVES: tecnologia; crimes cibernéticos; fraudes de dados.

E-mail do autor de contato: rafaela.006063@aluno.fcc.edu.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

FEMINICÍDIO: ANÁLISE ENTRE AS DETERMINAÇÕES JURÍDICAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS PROTOCOLOS APLICADOS EFETIVAMENTE DURANTE O PROCEDIMENTO/PROCESSO JUDICIAL NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Juliana de Oliveira Braga^a e Maria Isabel Esteves de Alcântara^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A violência contra a mulher pode se manifestar de variadas maneiras e constitui uma das principais violações de seus direitos e dignidade humana, em especial seu direito à saúde, segurança e à vida. Constitui dever das autoridades em geral garantir que a mulher não seja vítima de violência e, caso aconteça, que sejam tomadas medidas de proteção e readaptação à sociedade. **Objetivos:** Realizar a análise entre as determinações jurídicas de proteção às vítimas de violência doméstica a fim de coibir o feminicídio e os protocolos aplicados efetivamente durante o procedimento/processo judicial no município de Patos de Minas. **Metodologia:** Para que a pesquisa fosse realizada, a modalidade de pesquisa utilizada foi a normativa-jurídica, caracterizada pelo uso sistemático de legislações que versam sobre a temática do estudo a ser realizado, com o intuito de que se obtenha informações e conhecimentos sobre a matéria a partir da análise da norma, exigindo do pesquisador conhecimento aprofundado da legislação a ser estudada a fim de que seja possível criar um fio condutor entre as informações adquiridas e, assim, criar argumentos coesos com o tema em estudo³¹. Nesse intento, foram pesquisados e utilizados os artigos que fazem referência à proteção à integridade física/emocional da mulher, bem como crimes cometidos, presentes na Constituição Federal de 1988, Código Penal Brasileiro, Lei 11340/2006 (Lei Maria da Penha), Lei Municipal 7411/2016, bem como o Decreto 1973/1996 (Convenção de Belém do Pará). **Considerações parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 - As medidas protetivas presentes na legislação brasileira como forma de proteção às vítimas de violência em contexto doméstico; 02 - Os protocolos aplicados em Patos de Minas como forma de proteção às vítimas e de repressão aos agressores; 03 - A necessária atuação de diversas políticas públicas para viabilizar a prevenção da violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: Violência doméstica. Proteção às vítimas. Dignidade Humana.

E-mail do autor de contato: juliana.23194@alunofpm.com.br

³¹ BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para os cursos de direito . 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. p. 65. E-book. ISBN 9786553622470. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622470/>.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A REPERCUSSÃO DA DECISÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOBRE A JUSTA CAUSA DA AÇÃO PENAL

Vanessa Luiz de Paiva^a e Thatiane Nara de Oliveira^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: De acordo com recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a absolvição na ação de improbidade administrativa em virtude da ausência de dolo e da ausência de obtenção de vantagem indevida esvazia a justa causa para manutenção da ação penal em andamento que apura os mesmos fatos. A independência entre as instâncias é inclusive mitigada pela inclusão do artigo 21, parágrafo 4º da Lei n. 8.429/92, segundo o qual a absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação de improbidade. A norma está suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal. A ideia é que, embora a absolvição na ação de improbidade administrativa não autorize o encerramento da ação penal, tais fundamentos não podem ser ignorados na análise do juízo criminal. No caso concreto, o ministro Ribeiro Dantas concluiu que houve um esvaziamento da justa causa para a persecução penal³². **Objetivos:** Estudar sobre a independência e a autonomia das esferas cível, penal e administrativa e as possíveis consequências da decisão de uma esfera sobre a outra. Verificar a independência entre esferas criminal, cível e administrativa e a recente interferência do resultado da improbidade na ação penal em andamento. **Metodologia:** Metodologicamente, a pesquisa, quanto à modalidade, será normativa-jurídica. Essa modalidade é definida para entender o limite da ação administrativa e da ação penal. É a forma mais adequada para responder às questões em relação à forma do julgamento da esfera administrativa e esfera penal. **Considerações Finais:** Diante das pesquisas realizadas, o estudo traz que a ausência de provas na ação de improbidade administrativa não gera automaticamente o trancamento da ação penal relacionada aos mesmos fatos. Embora a falta de provas na ação de improbidade administrativa possa sugerir que não há fundamentos sólidos para a acusação, os processos de improbidade administrativa e ação penal são distintos, cada um com seus próprios requisitos e procedimentos.

Palavras-chave: RHC; trancamento da ação penal; improbidade .

E-mail do autor de contato: vanessa10.564@alunofpm.com.br

³² Ação de improbidade administrativa. Absolvição. Repercussão sobre a ação penal. Especificidades examinadas pela esfera cível. Dolo de atentar contra os princípios da administração não configurado. Exceção à independência das esferas. Justa causa para ação penal esvaziada..

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO JURÍDICO DOS ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Karoláine Aparecida da Silva ^a e Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A construção do reconhecimento jurídico dos animais como sujeitos de direitos questiona a ideia tradicional de que os animais são meras propriedades, e sugere o reconhecimento de seus direitos. Essa abordagem busca proporcionar a proteção, respeito e uma vida mais digna aos animais, onde os direitos fundamentais não estejam limitados somente para os seres humanos. **Objetivos:** Definir como está sendo construído o reconhecimento jurídico dos animais como sujeitos de direitos no Brasil. **Metodologia:** A pesquisa é justificada pela necessidade de uma construção do reconhecimento jurídico, em que os animais possam ser considerados sujeitos e não meros objetos. Como objetivos específicos, entender como o tratado internacional que define meio ambiente como direito humano, bem como seus impactos para viabilizar o reconhecimento jurídico dos animais no Brasil; estabelecer como os maus-tratos são delimitados na perspectiva legal e jurisprudencial para além da mera violência física, atribuindo inclusive violência psicológica para respaldar o reconhecimento dos animais como sujeitos de direito; e verificar como o ordenamento jurídico brasileiro está considerando direitos fundamentais dos homens para animais no Brasil, principalmente quanto à guarda, tutela e alimentos. Desse modo, será utilizada uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa³³, fontes primárias e secundárias. As fontes primárias consistem em documentos adquiridos pelo autor da pesquisa, sendo informações diretas e autênticas, considerando as leis, artigos científicos, teses, e documentos internacionais. Já as fontes secundárias, é o resultado das discussões das fontes primárias, sendo utilizado nela, as jurisprudências. A modalidade de pesquisa selecionada para o desenvolvimento do tema é a pesquisa normativa-jurídica³⁴. Foi adotado métodos indutivo e dedutivo³⁵. Em relação às técnicas, foram utilizadas as conceituais e jurisprudenciais. **Considerações Finais:** Com base nos estudos realizados, verifica-se que os animais são dignos de serem considerados sujeitos de direitos, pois se trata de seres sencientes, seres que são capazes de sentir e demonstrar emoções. Sendo assim, os tratados internacionais que definem o meio ambiente como direito humano, contribuem para incentivar o Brasil a ter mudanças nas legislações e na sociedade, garantindo assim a proteção efetiva aos animais e a sua preservação de vida é importante. Mas diante de todos os desafios e preconceitos sobre a ética e o papel da legislação para a proteção dos animais no planeta, é fundamental que haja respeito a dignidade dos animais e proteção de seus direitos por parte da comunidade, com um propósito de uma sociedade mais compassiva e igualitária, e para que não mais, definem os animais como mero objetos.

Palavras-chave: sujeitos de direitos; meio ambiente; animais; proteção.

E-mail do autor de contato: karolaines971@gmail.com

³³ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 43.

³⁴ BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 17 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. p. 65.

³⁵ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. p. 105.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A VERDADE BIOLÓGICA DA CRIANÇA NASCIDA POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA E O SIGILO DO DOADOR DE MATERIAL GENÉTICO

Nádia Firmo Pereira ^a e Júlio Alves Caixêta Júnior ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Com o desenvolvimento da tecnologia, a reprodução se torna cada vez mais facilitada, e, com a inseminação artificial, é possível que mulheres tenham filhos sem a necessidade de um cônjuge ou companheiro ou em caso de infertilidade, com a doação de material genético de terceiro, com o consentimento expresso do cônjuge ou companheiro. Assim, a inseminação artificial heteróloga ocorre com a doação anônima de material genético de terceiro, que assina um formulário no qual ficam salvos seus dados, mas devido à cláusula de confidencialidade dos dados do doador, a criança nascida não tem acesso à verdade biológica, daí a violação aos direitos da criança ao nascer, pois o direito de conhecer a verdade biológica é um direito pessoal, consagrado na legislação e, caso a inseminação ocorra com o consentimento do cônjuge ou companheiro, automaticamente este será considerado pai da criança, não podendo negar a paternidade em face da legislação. **Objetivos:** A pesquisa acadêmica tem como objetivo analisar como os tribunais brasileiros tratam o direito à verdade biológica em casos de inseminação artificial com cláusulas de sigilo de identidade. **Metodologia:** O procedimento metodológico se desenvolve por uma pesquisa na modalidade normativo-jurídica, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando fontes primárias e secundárias, juntamente com o método indutivo e dedutivo e com as técnicas jurisprudenciais e análise de conteúdo para análise e elaboração. **Considerações finais:** Ao final desse trabalho espera-se conseguir uma compreensão ampla da situação jurídica do direito à verdade biológica em casos de inseminação artificial heteróloga com cláusulas de sigilo de identidade, bem como, demonstrar que a paternidade biológica/sanguínea, a verdade biológica, representa um direito personalíssimo de toda criança, o direito de saber sobre sua origem, e, mesmo que o doador assine documentos que preserve seus dados, a criança possua resguardado o direito de buscar sua identidade a qualquer momento da vida.

Palavras-chave: paternidade; verdade; biológica.

E-mail do autor de contato: nadia.20564@alunofpm.com.br



AS IMPLICAÇÕES DO ESTUPRO VIRTUAL NA AUSÊNCIA DE TIFICAÇÃO PENAL E SUA CONSUMAÇÃO

Gisele da Silva Santos ^a, Bárbara Thauanny Silva Lemes ^a, Thiago Antônio Borges ^a, Ana Maria da Silva ^a, Karen Letícia Fernandes Costa ^a, Nathalia Taynna Soares de Araújo ^a, Sibelly Cristina de Souza ^a, José Eduardo Alves Caixeta ^a e Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A era digital trouxe consigo uma série de avanços tecnológicos que transformaram nossas vidas de maneiras inimagináveis. No entanto, essa mesma tecnologia também deu origem a novos desafios, entre eles um crime chocante e invasivo conhecido como estupro virtual, ou extorsão. Ao contrário do estupro físico, o estupro virtual ocorre no mundo digital, onde indivíduos mal-intencionados exploram a intimidade e a vulnerabilidade de suas vítimas, ameaçando e coagindo através do compartilhamento de conteúdo sexualmente explícito. Este fenômeno perturbador levanta questões complexas sobre segurança online, consentimento e a necessidade de conscientização e prevenção. Neste texto, exploraremos em detalhes o que é o estupro virtual, suas implicações sociais e legais e como podemos combater essa forma de abuso no mundo digital. **Objetivos:** examinar os aspectos em que são cometidos os crimes sexuais através da internet, analisando diferentes jurisdições e abordagens para lidar com esse problema. Além disso, explora as dificuldades de identificar os autores da prática desse crime e até mesmo de tipificá-lo, uma vez que na maioria dos casos, são cometidos de forma anônima, não existe tipificação própria e o sistema não dispõe de tantos recursos tecnológicos para uma correta identificação. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. **Considerações Parciais:** O presente artigo está analisando as constantes práticas de crimes virtuais contra a dignidade sexual, de maneira mais específica, o crime de estupro. Serão abordados os aspectos que têm maior relevância diante desse tipo de crime cibernético e apresentar a forma que ocorre o estupro virtual. O foco deste estudo é levantar os impactos que esse tipo de crime causa na vida da sociedade, principalmente nos aspectos processuais. Também é importante verificar a forma correta de agir para identificação do agressor ou agressores para que, na esfera penal, configure o crime de estupro e se aplique as devidas sanções de forma efetiva ainda que sem tipificação específica. Em caso de aprovação do Projeto de Lei 1891/23, qual seria a dificuldade em identificar a consumação do crime.

Palavras-chaves: extorsão, virtual, estupro.

E-mail do autor de contato: jose.006465@aluno.fcc.edu.br



A DIFICULDADE DE COMBATER O ALICIAMENTOS NAS REDES SOCIAIS QUE TEM POR FIM TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a e Verônica Martins dos Santos ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O avanço da tecnologia tem proporcionado grandes mudanças, as quais são significativas para a sociedade, seja no trabalho ou em casa, esse avanço traz benefícios e malefícios, ao tratar dos malefícios e notório que o amplo acesso da tecnologia facilita os crimes na esfera digital. Na contemporaneidade os crimes cometidos em âmbito virtual são tipificados como fraudes bancárias e estelionato, mas diante dessa vertente ainda se encontram crimes que não estão tipificados como o aliciamento nas redes sociais.³⁶ A ausência de tipificação deste crime causa descredibilidade da população, que não foi ensinada a viver na democracia digital, causando danos para as vítimas e possibilitando o aumento do crime de aliciamento, o qual tem por finalidade o tráfico internacional de pessoas. **Objetivos:** Compreender o impacto do aliciamento em redes sociais para fins de tráfico internacional de pessoas no Brasil. **Metodologia:** Utilizou-se no presente trabalho a pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e na fonte foram utilizadas as fontes primárias e secundárias. A técnica escolhida foi jurisprudencial e os métodos usados foram dedutivo e indutivo, e por fim foram utilizados na análise a teoria de bardin. **Considerações Finais:** A pesquisa encontra-se em andamento com os seguintes resultados preliminares: o avanço da tecnologia, o *modus operandi* dos cibercriminosos mudaram e a tecnologia se tornou uma ferramenta para recrutar vítimas. A dificuldade de combater o aliciamento nas redes sociais para fins de o tráfico internacional de pessoas, se dá mediante a ausência de tipificação do crime e a falta de orientação do que seria aliciamento nas redes sociais causa grave entrave para o combate do tráfico internacional de pessoas. Contudo, na maioria dos casos, ainda na contemporaneidade a responsabilidade pelo cometimento do crime recai sobre a vítima, o aliciamento é considerado crime quando tem como polo ativo criança e adolescente, mas é ignorado quando o crime tem como vítimas os adultos.

Palavras-chave: acupuntura; aliciamento; crimes: malefícios: tráfico internacional de pessoas: tipificados: redes sociais.

E-mail da autora de contato: veronica.22168@alunofpm.com.br

³⁶ TJDF. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. O novo crime de fraude eletrônica e o princípio da legalidade. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2022/o-novo-crime-de-fraude-eletronica-e-o-principio-da-legalidade>.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ADEQUAÇÃO DE NORMAS DIANTE DA FALTA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS LIGAS DESPORTIVAS DE AUTOMOBILISMO NO BRASIL

Jefferson Luís da Silva^a e Júlio Alves Caixêta Júnior^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A atribuição de responsabilidade civil representa uma forma de resolver conflitos de reparação de danos materiais e danos morais, em razão de uma conduta do sujeito, desde que presente o nexo de causalidade entre a conduta do sujeito e os danos. Assim, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; pois, as reiteradas múltiplas responsabilidades derivadas da falta de regulamentação das Confederações Automobilísticas em eventos esportivos têm como vulneráveis múltiplas pessoas a se responsabilizar pelos danos causados, seja ele por dolo ou culpa; a falta de uma legislação específica, quanto a responsabilidade do piloto, das Ligas Desportivas e das Confederações Automobilísticas, faz com que os sujeitos que sofreram o dano, muitas vezes, desistam de buscar seus direitos, ou fiquem desamparados em razão da falta de informação. **Objetivos:** A pesquisa acadêmica tem como objetivo expor a responsabilidade do piloto, das Ligas Desportivas e das Confederações Automobilísticas em caso de acidentes/danos ocorridos durante a corrida. **Metodologia:** A modalidade de pesquisa escolhida para o desenvolvimento do tema é a pesquisa normativa-jurídica, analisando todas as leis das confederações, e leis das federações, analisar a falta de regulamentação específica e propor um plano de ação para adequar o processo regulatório das ligas desportivas de automobilismo no Brasil, diante dos possíveis danos ocorridos. **Considerações:** O apreço da pesquisa se deve à intenção de oferecer maior concretude às argumentações, por mais frágil que possa ser o estatuto das Ligas Desportivas e das Confederações Automobilísticas, diante das pesquisas realizadas, pode se evidenciar a necessidade de suprir as omissões, assim, a pesquisa busca promover uma compreensão ampla da situação jurídica para adequação de normas de responsabilidade civil, obtendo a melhor adequação sobre a punição do causador do dano, podendo assim compreender a cada caso quem deve-se arcar com a reparação civil.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Autorresponsabilidade. Automobilismo. Ligas Desportivas. Confederações Automobilísticas.

E-mail do autor de contato: jefferson.21703@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E AÇÕES PARA EVITÁ-LO

Carolina Amaral Santos^a e Osmar Braga da Trindade^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O presente trabalho tem como tema o endividamento pessoal no Brasil com enfoque nas causas e ações para evitá-lo, tendo em vista a necessidade de entendimento acerca do tema endividamento pessoal e da “estrutura” para conhecimento de temas diretamente ligados. É visível que a relação dos brasileiros com o dinheiro nem sempre é boa, resultando cada vez mais em indivíduos endividados, presos em um ciclo recorrente resultando na inadimplência, a famosa “bola de neve”. **Objetivos:** Verificar os causadores culturais, econômicos e sociais de endividamento pessoal no Brasil, também as ações para que o indivíduo possa inserir no seu dia a dia para evitar o endividamento e ainda algumas medidas governamentais que os endividados podem usar a seu favor para sair do endividamento. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de revisão narrativa qualitativa, as buscas foram realizadas nas bases de dados Google Acadêmico e Google, os termos utilizados na busca foram: endividamento pessoal no Brasil, educação financeira, gestão financeira, cultura brasileira no endividamento pessoal, economia brasileira. Embasada em: artigos, dicionários, livros, revistas, site e TCC's. O artigo conduz o leitor de forma clara dentro das “subdivisões” do tema. Ao decorrer do artigo o leitor conseguirá “visualizar” os vários cenários que contribuem para o endividamento pessoal no país, além disso verá que evitar o endividamento não é uma tarefa impossível. **Considerações Finais:** Diante da literatura utilizada é exibido que as causas do endividamento pessoal no Brasil são: a falta de conhecimento sobre finanças, a necessidade de manter uma falsa aparência e o próprio sistema econômico do país. Ainda foi apresentado como forma de mitigar o endividamento pessoal a busca de conhecimento teórico sobre matemática financeira e gestão de finanças pessoais, colocando em prática o conhecimento adquirido no dia a dia. Também é falado de formas legais que o indivíduo pode utilizar a seu favor para sair da inadimplência.

Palavras-chave: educação financeira; endividamento pessoal no Brasil; gestão financeira pessoal.

E-mail do autor de contato: carolina.21187@alunofpm.com.br



A VIABILIDADE DA REGULAÇÃO BRASILEIRA DAS ATIVIDADES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS NOS METAVERSOS DIANTE DA EVOLUÇÃO CONTÍNUA DA TECNOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO METAVERSO

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a e Talita Carolina Mesquita Silva ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo: O metaverso é um universo paralelo digital, ainda vagamente definido, que pode ser explicado como uma extensão virtual da vida real, e que tem ganhado cada vez mais poder e usuários devido ao avanço da internet no decorrer dos anos. Entende-se que o metaverso seja um mundo virtual e que tenha como habitantes, avatares, que representam as ações humanas. A era 3.0 possibilitou a realização de inúmeras atividades de forma online, trazendo facilidade e agilidade para seus usuários, desde transações bancárias, a atendimentos médicos, tornando-se essencial para a vida dos seres humanos, e se enraizando cada vez mais em todos os aspectos da sua vida cotidiana³⁷, e com isso a migração de pessoas e empresas para o universo virtual: O Metaverso. **Objetivos:** Este trabalho acadêmico tem como objetivo geral demonstrar a necessidade de regulamentação jurídica nas relações dos indivíduos para a criação colaborativa de um Código de Direito de Internet. Metodologicamente, a presente pesquisa utiliza-se como modalidade a pesquisa normativa-jurídica, por se dedicar ao tratamento da lei e de fatos da realidade. **Metodologia:** A pesquisa é qualitativa do tipo exploratória, e foi realizada por meio de fontes primárias (leis e normas) e secundárias. As técnicas utilizadas na pesquisa se caracterizam como documental, (fonte imediata de pesquisa de interesse jurídico) e jurisprudencial (fonte jurídico formal de pesquisa)³⁸. Quanto às teorias, serão aplicadas a teoria de Análise de Conteúdo e a Teoria do Direito em Rede. **Considerações Finais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento, como os seguintes resultados preliminares: a evolução contínua da tecnologia, a construção do código metaverso se mostrou viável. Referida viabilidade é observada na ausência da regulação brasileira nesta arena. A viabilidade supracitada existe ainda, devido à ausência de ações que auxiliem na definição dos padrões mínimos de atuação do Estado no controle de atividades no Metaverso no Brasil. Além do que, a inexistência de cláusulas específicas que definem as responsabilidades empresariais nos Códigos de Ética e Conduta gera insegurança na realização de atividades no Metaverso, que prioriza a viabilidade da construção do código metaverso.

Palavras-chave: código metaverso; direito digital; direito em rede; tecnologia.

E-mail do autor de contato: talitamesquita815@gmail.com

³⁷ CASE, Steve. *A Terceira Onda da Internet: Como reinventar os negócios na era digital*. São Paulo: HCM, 2017. p. 2.

³⁸ BITTAR, Eduardo. C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito*. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 70



O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL COLETADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO NORMATIVA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NO ALTO PARANAÍBA EM MINAS GERAIS

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a e Flavia Oliveira Guedes Silva ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O tratamento de dados sensíveis da população municipal que estão sob responsabilidade da administração pública municipal dos municípios que compõem o Alto Paranaíba, necessitam de adequação normativa assim como de constante atualização no processo de governança para assegurar que haja segurança da informação. **Objetivos:** O objetivo geral deste trabalho é analisar como é feita a proteção de dados dos cidadãos na gestão pública dos municípios do Alto Paranaíba em Minas Gerais apontando a efetividade da aplicação da LGPD³⁹ e LAI⁴⁰ nas gestões municipais. E de forma específica, identificar as falhas da gestão pública na aplicação da LGPD; conhecer as regras definidas pela LGPD acerca da proteção de dados dos cidadãos - público e não públicos (sensíveis); entender como a “transparência” (LAI) está sendo aplicada para sites e divulgação das informações das prefeituras; analisar os Programas de governança dos municípios do Alto Paranaíba e analisar a necessidade de Programas de compliance administrativo. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa de cunho documental e jurisprudencial para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se as dificuldades no tratamento de dados sensíveis da população municipal coletados pela Administração Pública Municipal para compor banco de dados necessário ao serviço público. Na segunda parte, verificou-se a necessária alteração nos procedimentos de gestão para o tratamento de dados sensíveis da população municipal. **Considerações Finais:** A pesquisa encontra-se em andamento com os seguintes resultados preliminares: existe a necessidade de adequação normativas das prefeituras do Alto Paranaíba para a realização do tratamento de dados sensíveis da população municipal coletados pela Administração Pública. A referida necessidade existe devido às dificuldades no tratamento de dados sensíveis da população para compor banco de dados necessário ao serviço público municipal. Além do que, essa necessidade gera uma possível alteração nos procedimentos de gestão para o tratamento de dados sensíveis da população municipal.

Palavras-chave: LGPD; LAI; dados sensíveis; governança; compliance.

E-mail do autor de contato: flavia.20944@alunofpm.com.br

³⁹ BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. **Planalto**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13709&ano=2018&ato=293QzZ61UeZpWT79e> (art. 1º).

⁴⁰ BRASIL. Lei de Acesso à Informação. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm (art. 1º).

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

O USO DE PROVAS ILÍCITAS POR MEIO DE GRAVAÇÕES POR INTERLOCUTORES SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

Daphenny Marcela Barbosa de Souza ^a e Maria Isabel Esteves de Alcântara ^a

^a Faculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Lei 9296, de 24 de julho de 1996, a mesma aborda sobre a ilicitude da prova gravada por terceiros, que será anexada no processo judicial. De acordo com o art. 157 do CPP, as provas ilícitas são aquelas que violam as normas da constituição. Entretanto, ressalta que as provas ilícitas estão relacionadas com o momento de sua obtenção, e não no momento em que as mesmas estão sendo produzidas. Sendo assim são ilícitas todas as provas produzidas mediante a violação da lei. De acordo com a constituição federal de 1988 são inadmissíveis as provas produzidas por meio ilícito no processo. Podendo citar as provas mediante a ofensa à integridade física ou moral do ser humano, provas mediante a tortura, coação, intromissão na vida privada, e no domicílio. **Objetivos:** apresentar os principais critérios definidos pela jurisprudência para considerar lícita a gravação de provas realizada por terceiros. **Metodologia:** pesquisa empírica normativa-jurídica, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, analisando as normas julgados e alguns autores que tratam do determinado tema. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 - A determinação legal de nulidade da gravação realizada por interlocutor; 02 - Os Critérios utilizados pela jurisprudência para considerar a ilicitude e licitude da gravação de provas por interlocutor; 03 - A licitude da gravação realizada por interlocutor nos casos de crimes dolosos contra a vida; 04 - O reconhecimento da licitude da prova gravada por interlocutor nos crimes de tráfico de drogas consideradas por quantidade e reincidência do réu

Palavras-chave: Prova Ilícita. Gravação da prova.

E-mail do autor de contato: daphenny.marcela@aluno.fcjp.edu.br



ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À GESTANTE COM DIABETES MELLITUS GESTACIONAL

Kamilla Marissa Santana^a e Marlene Aparecida Lopes Ferreira Del Ducca^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) é uma intolerância a carboidratos com gravidade variável, sem ter tido anteriormente critérios clínicos para diabetes. Acontece na gestação atual, geralmente no segundo ou terceiro trimestre gestacional. Se constitui em um fator de risco para a mãe, para o feto e para o recém-nascido. É importante orientar que esse tipo de diabetes pode ocorrer com qualquer mulher e nem sempre há presença de sinais e sintomas, sendo necessário alertar as gestantes sobre esse fato durante as consultas de pré-natal, a partir da primeira consulta. A assistência de Enfermagem é considerada essencial nos cuidados à gestante com DMG, auxiliando para que a gestante a minimizar os danos causados pela doença, além de acompanhar o desenvolvimento fetal⁴¹. **Objetivos:** O objetivo geral é descrever o papel do profissional de enfermagem na assistência às gestantes com diabetes *mellitus* gestacional e aos recém-nascidos. E mais especificamente: conceituar diabetes gestacional; identificar fatores de risco para desenvolvimento de diabetes gestacional e avaliar a atuação da enfermagem junto a gestante com DMG. **Metodologia:** Revisão literária, através do levantamento de dados em revistas/periódicos, publicados no período de 2015 a 2023, utilizando para a busca as palavras-chave “diabetes *mellitus*”, “enfermagem” e “gestação”. **Considerações Finais:** Diante da pesquisa realizada, foi possível compreender os fatores de risco para o diabetes mellitus gestacional, bem como a maneira com a qual é realizado o diagnóstico, as complicações materno-fetais provenientes dessa patologia, os tratamentos e prevenção, além de como é realizada a atuação da enfermagem junto à gestante. Deste modo, entende-se que a equipe de enfermagem possui papel fundamental para a gestante e o bebê na assistência em relação ao diabetes *mellitus* gestacional, uma vez que, desde o momento do diagnóstico, é o enfermeiro quem realiza o acompanhamento, orientando quanto à alimentação e atividades físicas a serem executadas, monitorando os níveis de glicose, administrando a medicação, oferecendo o suporte psicológico, esclarecendo as dúvidas da gestante, bem como apoiando no momento do parto e no pós-parto. A presença de uma equipe de enfermagem capacitada é extremamente necessária para oferecer o suporte e confiança que a gestante precisa em um momento tão delicado e especial.

Palavras-chave: diabetes *mellitus*; enfermagem; gestação.

E-mail do autor de contato: kamilla.18226@alunofpm.com

⁴¹ DIAS, D. T. *et al.* Cuidados de enfermagem prestados a gestantes com diabetes mellitus gestacional. *Conexão Unifametro*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. e1219-e.1219, 2019.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



MICROCEFALIA ASSOCIADA AO ZIKA VÍRUS

Yasmin Yara Vieira Neves ^a, Luciana de Araújo Mendes Silva ^a e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A microcefalia constitui um distúrbio neurológico caracterizado pelo nascimento de crianças com crânios anormalmente pequenos e cérebros subdesenvolvidos. Este fenômeno é resultado do inadequado crescimento cerebral durante a gestação no útero materno. A microcefalia pode ser atribuída a diversos fatores, tais como infecções virais ocorridas durante a gravidez, o uso de substâncias como drogas ou álcool pela gestante, condições genéticas hereditárias ou a exposição a toxinas. Crianças acometidas por esta condição podem manifestar deficiências intelectuais e motoras, convulsões, transtornos visuais e auditivos, atrasos no desenvolvimento e outras condições adversas à saúde⁴². **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo principal abordar de forma abrangente a microcefalia como um distúrbio neurológico, investigando suas causas, fatores de risco e consequências no desenvolvimento infantil, buscando examinar a relação entre a infecção pelo vírus Zika durante a gestação e o aumento da incidência de microcefalia em recém-nascidos, com base em evidências científicas disponíveis até o momento. **Metodologia:** Revisão integrativa da literatura. Foi utilizada a base de dados do Google Acadêmico, sendo utilizados artigos publicados em idioma português no período de 2013 a 2023. **Considerações Finais:** A microcefalia é um problema neurológico de grande importância clínica e social, e sua complexidade é notável. Pode-se concluir, em primeiro lugar, que é essencial enfatizar que ela pode resultar de diversas causas, que vão desde infecções virais durante a gravidez até o uso de substâncias prejudiciais, condições genéticas e exposição a agentes tóxicos. Identificar esses fatores de risco é crucial para fundamentar estratégias eficazes de prevenção e intervenção. É importante ressaltar o acompanhamento multiprofissional incluindo fisioterapeuta garantindo à criança afetada cuidados completos e assistência continuada de acordo com suas necessidades específicas. O acompanhamento médico desde cedo e de forma regular desempenha um papel crucial na melhoria do desenvolvimento e na qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: enfermagem; microcefalia; zika vírus.

E-mail do autor de contato: yasmin.02604@alunofpm.com.br

⁴² ALVES, A. L. S.; PODSCLAN, L. E.; SILVA, M. C. P.; JUSTI, V. D. O.; MAFRA, A. L. S. Estratégia saúde da família: dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros para realizar o gerenciamento. *Anais de Enfermagem do UNIFUNEC*, [S. l.], v. 6, n. 6, 2021. Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/ASAE/article/view/5088>. Acesso em: 21 set. 2023.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO ÀS MULHERES QUANTO ÀS PRÁTICAS PREVENTIVAS

Thaís Silva De Souza ^a e Marlene Aparecida Lopes Ferreira Del Ducca ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O câncer do colo do útero, também conhecido como câncer cervical, é resultado de uma infecção persistente por certos tipos de Papilomavírus Humano (HPV) oncogênicos. O HPV é transmitido principalmente por contato direto de pele a pele e durante relações sexuais, com alguns tipos apresentando alto risco de causar câncer cervical. A detecção precoce é fundamental, e o exame de Papanicolau é o método mais indicado, pois pode identificar lesões precoces antes dos sintomas aparecerem. Comportamentos de risco devem ser observados, e é crucial realizar exames preventivos regularmente (BRASIL, 2023)⁴³. **Objetivos:** O objetivo principal deste trabalho é analisar de forma abrangente o papel crucial da enfermagem na promoção de práticas preventivas relacionadas ao câncer cervical. Isso inclui a importância do exame preventivo, a necessidade de ampliar a cobertura vacinal contra o HPV, a identificação de fatores de risco e o apoio nos tratamentos disponíveis. **Metodologia:** Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica qualitativa abrangendo o período de 2015 a 2023. A pesquisa envolveu a coleta de dados em plataformas de saúde relevantes, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), MEDLINE, LILACS, SCIELO e Plataforma de Periódicos CAPES. **Considerações Finais:** O estudo enfatiza a importância da prevenção do câncer cervical, que é causado por infecções persistentes por tipos específicos de HPV. O destaque vai para o papel vital da enfermagem na promoção de práticas preventivas, como a conscientização sobre o exame de Papanicolau, a ampliação da cobertura vacinal contra o HPV, a identificação de fatores de risco e o apoio no tratamento. A pesquisa sublinha a necessidade contínua de educação, conscientização e acesso a serviços de saúde para prevenir e controlar o câncer cervical, com a enfermagem desempenhando um papel fundamental nesse processo. Isso não só melhora a saúde das mulheres, mas também sua qualidade de vida.

Palavras-chaves: câncer cervical; HPV; prevenção e conscientização em saúde.

E-mail do autor de contato: thaís.18327@alunofpm.com.br

⁴³ BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **Controle do câncer do colo do útero**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/controlado-cancer-do-colo-do-utero/conceito-e-magnitude>.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



CRIMES CONTRA A HONRA OCORRIDOS NO AMBIENTE CIBERNÉTICO: A DIFICULDADE EM IDENTIFICAR A AUTORIA E MATERIALIDADE NO CRIME DE CALÚNIA

Keila Ferreira Sucupira^a, Lara Letícia Sucupira Rosa Alves^a, Jhonatan Henrique Machado Rodrigues^a, Sinésia Alves Ferreira^a, Patrícia Prado Santos^a, Alexandro Machado Rocha^a, Ryan Vieira de Castro^a e Heberton Duarte de Sousa^a

^a Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Os crimes contra a honra tipificados na legislação penal brasileira buscam proteção à dignidade e imagem dos indivíduos. Caluniar é imputar falsamente um crime a uma pessoa. Difamar e desacreditar publicamente a honra de uma pessoa. Por fim, injuriar é agredir a pessoa de forma direta, ocorrendo sua desqualificação. É sabido que a relação social mudou drasticamente durante as últimas décadas, e um dos motivos foi a globalização e troca de informações em tempo real. A existência das diversas redes sociais fez com que os limites à intimidade fossem alterados de forma significativa. Explorando os desafios e as perspectivas jurídicas associadas a essa forma de propagação digital, e com o avanço da tecnologia cibernética, a disseminação de informações falsas se tornaram mais amplas e rápidas, levantando complexas na esfera jurídica. A calúnia é a falsa imputação a alguém de fato tipificado como crime. Também serão ofendidos os loucos, os menores e os mortos. Trata-se de crime de ação livre que pode ser cometido por meio de palavra escrita ou oral, gestos e símbolos. Pode ser explícita, implícita ou reflexiva. São duas as figuras: 1-imputar falsamente e 2- propalar ou divulgar, bastando que uma só pessoa tome conhecimento. A liberdade de expressão de cada indivíduo limita-se ao respeito pelo próximo. **Objetivos:** examinar os aspectos em que são cometidos os crimes de calúnia através da internet, analisando diferentes jurisdições e abordagens para lidar com esse problema. Além disso, explora as dificuldades de identificar os autores dessa prática de crime, uma vez que na maioria dos casos, são anônimos e o sistema não dispõe de tantos recursos tecnológicos para uma correta identificação. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. **Considerações Parciais:** O presente artigo está analisando as constantes práticas de crimes virtuais contra a honra (calúnia, difamação, injúria), de maneira mais específica, o crime de calúnia. Serão abordados os aspectos que têm maior relevância diante desse tipo de crime cibernético e apresentar a forma que ocorre a Calúnia virtual. O foco deste estudo é levantar os impactos que esse tipo de crime causa na vida da sociedade, principalmente nos aspectos processuais. Também é importante verificar a forma correta de agir para identificação do agressor ou agressores para que, na esfera penal, configure o crime de calúnia e se aplique as devidas sanções de forma efetiva.

Palavras-chave: liberdade de expressão, calúnia, tipificação.

E-mail do autor de contato: Lara.006882@aluno.fcc.edu.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 7 ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a; Raislan Mateus Monteiro Rocha ^a; Marcus Vinicius Ramos Cabral Gomes ^a; Anna Laura Vieira Silva ^a e Paulo Renato Veloso de Souza ^a

^a Faculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Atualmente, existem programas e financiamentos para o aumento da utilização da energia solar. Várias leis destacam o processo de acesso aos benefícios dessa modalidade de energia. Porém, a disponibilidade das famílias de baixa renda não é realizada em todos os locais igualmente, o que destaca a realização da presente pesquisa em nível municipal a ausência de estímulo dessa modalidade para crescimento da sustentabilidade⁴⁴. **Objetivos:** O objetivo geral deste trabalho está definido em conhecer os meios para efetivação das políticas públicas de energia limpa no município de João Pinheiro/MG. E de forma específica: definir como as normas federais, estaduais e municipais estão sendo efetivadas, o consumo e a venda de energia solar no Brasil; estabelecer meios acessíveis de programas de conhecimento para o autoconsumo e a redução de gastos quanto à energia no Brasil; verificar as fiscalizações da produção de energia solar no município pesquisado; Entender como estão sendo feitas as taxações e fiscalizações no Brasil; compreender como as políticas de incentivo à produção de energia solar estão acontecendo no município de João Pinheiro/MG. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. **Considerações Finais:** O presente trabalho encontra-se em andamento apresentando os seguintes resultados: a falta de estímulos públicos e a deficiência de leis eficazes como restrição para a implantação da energia solar no Município de João Pinheiro/MG. Tal questão é vista quando se considera que o autoconsumo é usado como ferramenta para a efetivação das políticas públicas de incentivo à energia solar no Brasil. Além do que, o Estado poderá ser usado como agente estimulador da produção de energia limpa e sustentável pela energia solar. E por fim, além de existir falha no processo de inspeções dos regulamentos da ANEEL, existe um impacto negativo das novas medidas tarifárias da ANEEL nas políticas públicas de energia solar.

Palavras-chave: economia; sustentabilidade; energia limpa.

E-mail do autor de contato: anna.silva@aluno.fcjp.edu.br

⁴⁴BRASIL. Lei N° 14.300, De 6 De Janeiro De 2022. Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114300.htm

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

SEPSE NEONATAL: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO E DA ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

Dirlene Faria de Andrade ^a e Marlene Aparecida Lopes Ferreira Del Ducca ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A sepse neonatal é uma síndrome clínica caracterizada por sinais sistêmicos de infecção e alterações hemodinâmicas no período entre o nascimento e o 28º dia de vida, uma resposta inflamatória sistêmica grave, comprovada por resultados de exames laboratoriais que podem ocorrer de forma precoce ou tardia⁴⁵. **Objetivos:** O objetivo geral é descrever a importância do conhecimento especializado e do atendimento da enfermagem para o tratamento da sepse neonatal. E os objetivos específicos são: caracterizar a sepse neonatal; diferenciar a sepse neonatal precoce e tardia; identificar a importância da assistência da enfermagem para o tratamento. **Metodologia:** Revisão literária narrativa, por meio da coleta de dados na Biblioteca Virtual em Saúde, SciELO e sites da Organização Mundial da Saúde, do período de 2015 a 2023, utilizando-se para busca as seguintes palavras-chave “assistência”, “enfermagem” e “sepse neonatal”. **Considerações Finais:** Os estudos realizados, levam a compreensão de que uma equipe de enfermagem que possui o conhecimento adequado e que seja especializada em atender casos de sepse neonatal contribui diretamente para o sucesso do tratamento e recuperação do recém-nascido. O suporte se revela em distintos momentos, como na identificação precoce, que é fundamental para resultados positivos, monitoramento constante da mãe e do bebê, administração correta da medicação, além da orientação para família, que é imprescindível para a boa recuperação. Assim, compreende-se que uma equipe especializada, com conhecimento em relação à patologia e atendimento humanizado, é fundamental para o sucesso no tratamento da sepse neonatal.

Palavras-chave: assistência de enfermagem; sepse neonatal; sepse precoce.

E-mail do autor de contato: dirlene.17273@alunofpm.com

⁴⁵ SILVA, S. M. R. *et al.* Sepse neonatal tardia em recém-nascidos pré-termo com peso ao nascer inferior a 1.500g. *Rev Gaúcha Enferm*, Porto Alegre, n. 36, v. 4, p. 9-84, 2015.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

O LIMITE ENTRE A TRANSPARÊNCIA/PUBLICIDADE E A PROTEÇÃO DE DADOS DOS LICITANTES EM PREGÕES ELETRÔNICOS MUNICIPAIS

Lays Barbara Freitas Silva ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo: A Lei de Licitação e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aponta evidentes lacunas que se destacam e carecem de um estudo jurídico cauteloso para especificar as divergências existentes com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso de Informações Públicas (LAI). Para esta pesquisa foi escolhida a proteção de dados dos licitantes, uma área do Direito Administrativo pouco explorada que por se tratar de uma lei atual, não houve grande número de pesquisas jurídicas envolvendo a mesma. A presente pesquisa se justifica-se com o novo Portal de Contratações Públicas (PNCP), um sítio oficial que dará transparência à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133, de 2021, foi admissível perceber os impactos causados pelo acesso excessivo da aos dados dos licitantes nos pregões eletrônicos, consequentemente as falhas da Administração pública no tratamento dos dados sensíveis dos licitantes, não apenas no PNCP, mas também nos principais portais para participação e acompanhamento de licitações eletrônicas, tendo como exemplo o Licitanet. **Objetivos:** O presente trabalho acadêmico tem como objetivo definir o extremo de transparência/publicidade e a proteção de dados dos licitantes nos casos de pregões eletrônicos. **Metodologia:** Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório utilizando-se dos meios documentais e jurisprudenciais para análise e elaboração do presente trabalho, a modalidade normativa-jurídica e método dedutivo por se empregar de uma concepção jurídica da problemática e o método indutivo perante os julgados analisados. **Considerações:** Na primeira parte desta pesquisa, estudou-se as condutas da Administração Pública Municipal no tratamento de dados sensíveis como garantia para a proteção do Direito à Privacidade. Na segunda parte, identifica-se onde se inicia os impactos negativos do acesso excessivo aos dados sensíveis nos pregões eletrônicos e as irregularidades do Licitanet definindo, assim, a delimitação de direitos. E por fim, na terceira parte identificou-se quais os mecanismos de segurança que devem ser utilizados pela Administração Pública e o Portal Licitanet como medidas protetivas e mitigação de riscos.

Palavras-chave: Licitação. Administração Pública. Proteção de dados. Portal de Contratações Públicas. Acesso Excessivo. Transparência. Publicidade.

E-mail do autor de contato: lays.15255@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Andreza Martins Borges^a e Marlene Aparecida Lopes Ferreira Del Ducca^a

^aFaculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Br

Resumo

Introdução: As Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde (IRAS) são um desafio crucial para a segurança dos pacientes. Este estudo revisa o papel vital da enfermagem na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e destaca a importância do uso adequado de antimicrobianos para prevenir as IRAS. O termo IRAS, veio substituir o termo Infecção hospitalar (IH) até então utilizado pelos profissionais de saúde, um evento adverso surgido geralmente após 48 horas da admissão ou atendimento do paciente, ou após a alta, o que passou a exigir e requerer controle e prevenção.⁴⁶ **Objetivos:** Avaliar a relevância da participação da equipe de enfermagem, com foco no enfermeiro na CCIH e entender as medidas adotadas para o controle de IRAS, bem como a importância do uso racional de antimicrobianos. **Metodologia:** A metodologia empregada envolveu uma revisão bibliográfica qualitativa, na qual foram pesquisados artigos indexados nas bases de dados Scielo, BVS e dissertações relacionadas ao tema, publicados no período de 2015 e 2022. As palavras chaves utilizadas foram "Comissão", "Enfermagem", "Prevenção", "Infecção relacionada à assistência em Saúde (IRAS)" e "CCIH". **Considerações Finais:** Os resultados obtidos indicam que o papel desempenhado pela equipe de enfermagem na CCIH desempenha um papel fundamental na prevenção e controle das IRAS, contribuindo diretamente para a segurança dos pacientes e a eficácia dos tratamentos médicos. Além disso, a literatura revisada destaca a necessidade premente de promover a adesão às diretrizes estabelecidas para o uso apropriado de antimicrobianos, visando mitigar a ameaça da resistência bacteriana. Este estudo enfatiza, portanto, a importância crucial de reconhecer e fortalecer o papel da enfermagem na CCIH, bem como a necessidade contínua de educação e conscientização dos profissionais de saúde sobre as práticas de prevenção de infecções e o uso responsável de antimicrobianos. Essas medidas visam aprimorar significativamente a qualidade da assistência hospitalar e reduzir os riscos associados às IRAS, garantindo assim uma prestação de cuidados de saúde mais segura e eficaz.

Palavras-chave: comissão; enfermagem; prevenção; IRAS.

E-mail do autor de contato: andreza.18406@alunofpm.com.br

⁴⁶SANTANA, Rosane da Silva et al. Atribuição do Enfermeiro na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar: Revisão Integrativa. *Rev Prev Infec e Saúde*, v. 1, n. 2, p.67-75, 2015. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/4338>>. Acesso em: 27 de set. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS ANIMAIS PELO RECONHECIMENTO DOS *PETS* COMO SUJEITOS DE DIREITO

Iremar Sebastião dos Reis ^a e Júlio Alves Caixêta Júnior ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Ao longo dos anos o conceito de família tem se modificado, com novos valores, ampliando os tipos de família, a relação entre seus membros, diferente da antiga família patriarcal, na qual se tratava sempre o homem como chefe de família e era formada tão somente pelo pai, a mãe e os filhos. Dessa forma, o conceito de família vem evoluindo e alargando-se trazendo aos poucos para seu núcleo a presença de animais, levando a percepção de que, mesmo tudo mudando no mundo, algumas coisas ainda permanecem, como o intuito de formar uma família, ainda que em outros moldes. Na presente pesquisa, o conceito de família refere-se a “todos os relacionamentos que possuam origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação, identificando a família pelo vínculo afetivo que une seus integrantes”⁴⁷. Atualmente, os animais são tratados como bens, objetos passíveis de valoração econômica, assim, não se enquadrando no conceito de sujeitos de direito, carecendo de um olhar mais aguçado no que tange aos sentimentos dos animais e a relação que esses têm com as famílias brasileiras da atualidade, inclusive pelo poder público e pelos garantidores de direitos. A família multiespécie surge como uma nova modalidade de família, como uma entidade familiar constituída pelo vínculo afetivo interespécies, entre os seres humanos e seus animais de estimação, de companhia, de apoio emocional, de forma que os humanos adquirem os deveres de tutores para garantir os direitos dos animais; considerados membros da família, um ente querido, um familiar, quase um filho. **Objetivos:** Definir os limites jurídicos para o reconhecimento da família multiespécie no Brasil, apresentando o conceito de Família e sua evolução histórica, verificando as espécies de entidades familiares e mais especificamente a definição de família multiespécie e mapeando os direitos e proteções que podem ou não existir quanto a família multiespécie. Busca-se também neste trabalho, verificar a aplicação dos institutos do direito de família (guarda, visitas, alimentos) como garantia de direito dos animais domésticos, bem como demonstrar a importância de uma regulamentação sobre o assunto, fazendo um estudo sobre a situação jurídica dos animais no direito brasileiro. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa normativa-jurídica, qualitativa e de cunho bibliográfico. Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como documental e jurisprudencial⁴⁸. **Considerações Finais:** Ao final desse trabalho espera-se conseguir uma compreensão ampla da situação jurídica dos animais no direito brasileiro, entender os projetos de lei em andamento com relação aos assuntos que envolvem a família multiespécie e seus animais, bem como contribuir para que tal assunto possa ser cada vez mais debatido na busca de melhores soluções. Embora tal assunto não se esgote por aqui, mas é fundamental que não se deixe cair no esquecimento das autoridades, para que possamos de fato, buscar melhorias para as famílias que já adotam animais como membros no seu lar, famílias estas em constante crescimento em nosso país e que precisam da visibilidade da sociedade e do poder público.

Palavras-chave: Família multiespécie. Sujeitos de direito. Proteção jurídica.

E-mail do autor de contato: iremarreis@gmail.com

⁴⁷ REIS, Iremar Sebastião dos; CAIXÊTA JUNIOR, Júlio Alves. O reforço sentimental paralelo como violação ao princípio da monogamia: uma análise sob a ótica do dever de fidelidade, respeito e lealdade. IN: **Direito em Foco:** Direito de Família e Sucessões/Organizadores: Julio Alves Caixêta Júnior, Keny de Melo Souza. Londrina, PR: Thoth, 2023.

⁴⁸ BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 291.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O PLANEJAMENTO FAMILIAR SOB O APOIO DO ENFERMEIRO

Eduarda Pereira Rodrigues^a e Luiza Araújo Amâncio Sousa^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Planejamento familiar é o conjunto de ações adotadas na sociedade em idade fértil, com o intuito de prevenir a gravidez indesejada, evitar doenças sexualmente transmissíveis e utilizar de métodos contraceptivos para que, desse modo, as pessoas tenham senso crítico para planejar se vão ou não ter filhos e qual o momento adequado caso a opção seja por procriar, evitando assim desprazeres. O planejamento familiar é um direito de todo cidadão e está amparado na Constituição Federal, em seu artigo 226, parágrafo 7º, e pela Lei 9.263, de 1996, que o regulamenta. É dever do Estado destinar recursos financeiros, educacionais, profissionais e tecnológicos para o exercício desse direito através dos profissionais de saúde capacitados para desenvolverem ações de conscientização e inserção do planejamento familiar na vida das pessoas⁴⁹. **Objetivos:** Descrever a importância do planejamento familiar e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) que o norteiam; caracterizar o planejamento familiar e as leis que resguardam esse direito às pessoas no Brasil; mencionar os métodos contraceptivos existentes; mencionar a importância da equipe especializada para conduzir o planejamento familiar. **Metodologia:** Revisão literária, com coleta de dados no SciELO, Plataforma CAPES e Google Acadêmico, utilizando-se publicações no período de 2015 a 2023, utilizando para a busca, as palavras-chave: “enfermagem”, “planejamento familiar” e “Sistema Único de Saúde”. **Considerações Finais:** Tendo como base as pesquisas executadas, foi possível definir que o auxílio da equipe especializada dentro do atendimento e planejamento familiar possui enorme importância, principalmente pelo fato de o processo de planejamento familiar envolve múltiplos fatores, uma vez que as ações que o conduzem ocupam os principais instrumentos dentro da atenção básica. O papel da equipe especializada, é preparar a família para que tome suas decisões tendo como base estudos e autoconhecimento, é a equipe que atende, oferece o suporte, apresenta os métodos contraceptivos, os cuidados necessários para evitar contrair infecções sexualmente transmissíveis, oferece conteúdos acerca da educação sexual, apoio à infertilidade, além de apresentar, dentro das diretrizes do sistema único de saúde, os direitos e deveres de cada um. Com o apoio adequado, é possível o desenvolvimento de um bom planejamento familiar garantindo assim a proteção da família, através de uma vida sexual saudável, evitando as consequências negativas das práticas sexuais sem segurança.

Palavras-chave: enfermagem; planejamento familiar; Sistema Único de Saúde.

E-mail do autor de contato: eduarda.16158@alunofpm.com

⁴⁹ MOZZAQUATRO, C. O.; ARPINI, D. M. Planejamento Familiar e Papéis Parentais: o Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Santa Maria, v. 37, n. 04, p. 923-938, 2017.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS COMO LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA ESTABELECENDO OBRIGAÇÕES NOS ACORDOS ANTENUPCIAIS

Luana Resende Queiroz Barbosa ^a e Júlio Alves Caixêta Júnior ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O casamento é uma instituição social que reflete os valores da sociedade e é uma escolha baseada em experiências pessoais e íntimas entre duas pessoas, assim, trata-se de um negócio jurídico formal e solene, que exige e possui pré-requisitos para sua formação, para a contratação; no entanto, nem sempre foi assim, inicialmente, o casamento era visto como um negócio de família, com os pais decidindo o acordo de casamento para seu próprio benefício, representava uma forma de negociação entre famílias, para garantir bons negócios e parcerias. À medida que a sociedade avança, surge uma legislação que aborda as características de uma união, bem como os direitos e obrigações, resultando no sistema de bens dentro do casamento e no acordo pré-nupcial celebrado antes da união. Com isso, visualiza-se a natureza contratual do casamento. O acordo antenupcial se faz presente e necessário para formação da sociedade conjugal, bem como, para fixação de cláusulas especiais e indenizatórias, em razão do descumprimento do pacto. **Objetivos:** Analisar os limites jurídicos para fixação de obrigações nos pactos antenupciais, bem como, analisar a função social do contrato; descrever as definições de pactos pré-nupciais e os regimes de comunhão de bens; mapear as decisões judiciais para localizar o reconhecimento judicial de multas por quebra do pacto pré-nupcial por infidelidade e a apontar a dualidade presente em cláusulas patrimoniais e indenizatórias nos pactos pré-nupciais. **Metodologia:** A pesquisa representa uma pesquisa normativa-jurídica, por meio de pesquisa exploratória nas legislações, jurisprudências e textos jurídicos que abrangem a temática de pacto antenupcial. **Considerações Finais:** Ao final desse trabalho; que começa pela identificação da função social dos contratos, tendo como limite à autonomia privada para fixação de obrigações no pacto antenupcial, e a fixação de obrigações específicas no pacto antenupcial para proteção patrimonial; espera-se conseguir uma compreensão ampla da situação jurídica dos limites jurídicos para fixação de obrigações indenizatórias nos pactos antenupciais, a partir do mapeamento das decisões judiciais indenizatórias que fixam multas por quebra do pacto pré-nupcial por infidelidade.

Palavras-chave: Direito Civil. Regime de Bens. Pacto Antenupcial. Autonomia Privada. Obrigações.

E-mail do autor de contato: luanaresende_queiroz@hotmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

MENSTRUÇÃO: AÇÃO EDUCATIVA, POBREZA MENSTRUAL E DIGNIDADE MENSTRUAL

Carla Cristina Resende Mesquita Barcelos ^a, Joana Darc de Oliveira Chagas ^a, Maria Eduarda Matos Silva ^a, Eva Mendes Monteiro ^a e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A menarca é um evento que ocorre durante a adolescência, uma fase caracterizada por mudanças rápidas e significativas, tanto físicas quanto psicológicas, emocionais e hormonais. Essas transformações frequentemente deixam as adolescentes inseguras, às vezes resultando em quadros de ansiedade. Infelizmente, a menstruação é um tópico envolto em tabus e, muitas vezes, negligenciado, tornando-se um momento difícil e constrangedor para muitas jovens. É crucial fornecer informações sobre a fisiologia menstrual, a pobreza menstrual e a dignidade menstrual. **Objetivos:** Discutir a fisiologia da menstruação, o ciclo menstrual, a pobreza menstrual e a dignidade menstrual no contexto das escolas estaduais de Patos de Minas, MG. **Metodologia:** Realizamos uma revisão bibliográfica utilizando artigos científicos e cartilhas do site do governo federal. Utilizamos os descritores "Menstruação", "Adolescentes", "Pobreza menstrual" e "Dignidade menstrual". **Considerações Finais:** Durante o período menstrual muitas adolescentes evitam a escola, seja por falta de controle do fluxo, vergonha ou medo de situações constrangedoras. Isso prejudica seu desempenho escolar e reforça estigmas relacionados ao tema. Segundo a OMS, 10% das meninas deixam de frequentar a escola durante a menstruação. Isso deixa as meninas que menstruam em situação de vulnerabilidade. É evidente que a falta de informação, saneamento básico e itens de higiene afeta diretamente a dignidade e qualidade de vida durante o período menstrual. Portanto, é crucial que o Estado seja proativo na implementação e cumprimento das leis existentes, além de desenvolver novas políticas públicas para abordar essa questão de forma abrangente.

Palavras-chave: escola, higiene, sangramento.

E-mail do autor de contato: carla.re.barcelos@gmail.com



A DEFINIÇÃO LIMITADA DA NORMA ACERCA DO ASSÉDIO MORAL EM VÍNCULOS TRABALHISTAS NOS CASOS DE HIERARQUIA: A SUBJETIVIDADE COMO ELEMENTO DETERMINANTE

Luíza Alves Dias^a e Heberton Duarte de Sousa^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O assédio moral nos vínculos trabalhistas, vem se tornando cada vez mais comum em nosso país. As relações de trabalho existem em nossa sociedade, antes mesmo de surgir uma definição para o que se trata o trabalho. Com a crescente globalização problemas aparecem também, como é o caso do assédio moral no trabalho. O assédio moral nas relações de trabalho, pode ser definido como repetitivos e prolongados, atos e comportamentos que expõem o trabalhador a situações constrangedoras e humilhantes, trazendo essa conduta, danos físicos ou psicológicos para o empregado e prejudicando o ambiente de trabalho. Marie-France Hirigoyen o conceitua, como “qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho”⁵⁰. É uma forma de violência, com condutas repetitivas do agente emissor do assédio, que causam constrangimento e humilhações a quem o recebe, causando sérios problemas na vida pessoal e profissional. **Objetivos:** Apontar se há a possibilidade ou não de definir o limite do assédio moral pelo fato da característica subjetiva da quantificação do dano e da dificuldade probatória, analisando os campos privados e públicos da gestão. **Metodologia:** Foi utilizado uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória de cunho jurisprudencial, para análise e elaboração do presente trabalho. **Considerações finais:** Diante dos estudos, vale destacar que no ordenamento jurídico brasileiro o trabalhador possui amparo na Constituição federal e na CLT, mas não há uma lei específica e direta para o tratamento do assédio moral no local de trabalho, assim baseado nesses direitos que cada caso é julgado, reforçando a importância da pesquisa para aumentar o conhecimento do assunto, visando a construção de algo maior.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Assédio moral. Saúde mental. Ambiente de trabalho.

E-mail do autor de contato: luiza.21173@alunofpm.com.br

⁵⁰ Paula, A. P.; Pinto, R. A. B. (2013). Do assédio moral à violência interpessoal: relatos sobre uma empresa júnior. **SciELO Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/RVfbsPgNjFDR5w6gzcTqtsq/#>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



CÂNCER DO COLO DE ÚTERO

Cintia Rodrigues Sobrinho ^a, Dirlene Faria de Andrade ^a, Kamila Marissa Santana ^a,
Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a e Eva Mendes Monteiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O câncer do colo de útero constitui um dos maiores problemas da saúde pública, apresentando grandes índices de letalidade em mulheres em várias faixas etárias e causado por infecção persistente provocada pelo oncogênico papilomavírus humano (HPV). Essa patologia pode ser contraída através da relação sexual de multiplicidade de parceiros, histórico de DSTs, idade precoce da primeira relação sexual e a multiparidade. São fatores de risco: alimentação pobre em nutrientes, tabagismo e o uso contínuo de anticoncepcionais. A principal forma de detectar a doença em estágio inicial é o exame de PCCU. No estágio inicial não apresenta sintomas, sendo que esses podem se manifestar quando a doença já está se tornando invasiva acometendo os tecidos próximos. Os principais sinais e sintomas são: sangramento e secreção vaginal anormal, dor abdominal associada com queixas urinárias ou intestinais, sangramento menstrual mais prolongado, sangramento após a relação sexual e dores durante a relação. Todas as mulheres devem realizar o exame anual, após o início da atividade sexual. A principal forma de tratamento em estágio avançado é a radioterapia isolada ou cirurgia seguida de radioterapia. Muitas vezes a radioterapia é administrada junto com as baixas doses de quimioterápico cisplatina. Os tratamentos são administrados cinco dias por semana; sendo realizado em horários programados e a medicação é prescrita pelo médico⁵¹. **Objetivos:** Estudar sobre a importância da prevenção e o acesso aos métodos de vacinação contra o HPV, o uso de preservativos e campanhas educativas conscientizando os adolescentes. **Metodologia:** Revisão bibliográfica narrativa a partir de buscas no scielo e no google acadêmico, sem restrição de tempo utilizando para a busca as palavras chaves: “câncer” e “colo de útero”. **Considerações finais:** Diante da pesquisa realizada, conclui-se que o HPV possui um grande índice de mortalidade, e que pode ser facilmente prevenível por meio de vacinação e do rastreamento adequado.

Palavras-chave: neoplasia; colo de uterino; sangramento vaginal.

E-mail do autor de contato: dirlene.17273@alunofpm.com.br

⁵¹ LOPES, Viviane Aparecida Siqueira. Fatores limitadores e facilitadores para o controle do câncer do colo de útero: uma revisão de literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*. Campos dos Goytacazes, v. 24, n. 9, p. 2-40, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wKH88LkHg3qq87tCLQtqvTp/> Acesso em: 25 set. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS CONDOMINIAIS NA BUSCA DA CULTURA DA PAZ SOCIAL

Jose Marcos de Araújo ^a e Júlio Alves Caixêta Júnior ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A aplicação da mediação e da conciliação, já praticada pela grande maioria das pessoas deste sector habitacional e empresarial, busca resolver conflitos que muitas vezes causam transtornos e maiores despesas. Na maioria das vezes, esses conflitos ocorrem por causa de pequenas intrigas que tornam estressante a vida em um condomínio. As queixas mais comuns são: perturbação de sossego, animais de estimação, utilização de espaços coletivos e pessoais etc. A escolha deste tema justifica-se porque essas medidas são aplicáveis aos conflitos existentes em ambiente coletivo, com o objetivo de promover o debate entre os moradores e buscar um acordo satisfatório para ambas as partes. **Objetivos:** O objetivo da pesquisa foi determinar o efeito do uso da mediação e da conciliação na resolução de conflitos condominiais, visando estabelecer um convívio pacífico e a paz social entre os condôminos. **Metodologia:** Metodologicamente, a pesquisa é definida como uma pesquisa jurídica normativa exploratória, pois tem por objetivo revisar e esclarecer o papel da mediação e da conciliação na resolução de conflitos, analisando as legislações, jurisprudências e textos jurídicos. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode-se deduzir que as disputas condominiais estão se tornando mais comuns a cada dia, e as cobranças excessivas estão causando sérios problemas jurídicos e confundindo tribunais. Portanto, é necessário e urgente discutir métodos de resolução de conflitos através da mediação e conciliação, que são métodos de resolução pacífica de conflitos causados pela convivência em condomínios, assim, a mediação e a conciliação, como mecanismo de resolução de conflitos, garantir que seja possível a continuidade do convívio entre os sujeitos, para manutenção das relações pessoais e promoção de uma cultura de paz social, uma vez que, não haverá a imposição de uma decisão por terceiro, mas sim, uma solução consensual do conflito.

Palavras-chave: Conciliação, Mediação, Conflitos

E-mail do autor de contato: jose.19416@alunofpm.com.br



A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO DO CRITÉRIO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PARA A INCLUSÃO DO MENOR SOB GUARDA NO ROL DE DEPENDENTES DE PENSÃO POR MORTE NO BRASIL

Jhéfyny Queiroz Ferreira ^a e Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Durante a evolução cronológica das leis, é perceptível as alterações, inclusões e exclusões de elementos que estão ultrapassados na norma. Não foi diferente quando se tratou da lei previdenciária criada em 1991⁵², que foi alterada em 1997 e 2019, especialmente, quando se trata dos beneficiários da pensão por morte. Modificada recentemente, mantendo os menores sob guarda excluídos do rol de dependentes. As crianças e adolescentes que perderam seus guardiões depois da Lei 9.528/97⁵³, deixaram de gozar o direito de serem beneficiários da pensão por morte. Depois de diversas discussões e entendimentos jurisprudenciais, os menores sob guarda passaram a ter oportunidade de perceber este benefício previdenciário. **Objetivos:** O presente trabalho acadêmico tem como objetivo verificar quais as consequências jurídicas estabelecidas pelos Tribunais Superiores quanto à exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes de pensão por morte no Brasil, mesmo após as alterações da EC 103/2019⁵⁴. **Metodologia:** Pesquisa empírica normativa-jurídica, que traz a teoria para a realidade, bem como quanti-qualitativa do tipo exploratória composta por investigação de novos dados para validar a importância do uso correto do critério de dependência econômica, utilizando-se de fontes primárias e secundárias, através dos métodos indutivos para o tratamento de dados da técnica jurisprudencial. **Considerações parciais:** a pesquisa encontra-se em andamento, sendo desenvolvidos os seguintes argumentos: 01 - A desigualdade entre as figuras guarda-tutelado para a concessão de pensão por morte no Brasil após a EC 103/2019; 02 - A dependência econômica como principal elemento argumentativo para concessão de pensão por morte aos menores sob guarda; 03 - As consequências jurídicas estabelecidas pelos tribunais superiores quanto à exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes de pensão por morte no Brasil após a EC 103/2019.

Palavras-chave: dependência econômica; direito previdenciário; estatuto da criança e adolescente; menor sob guarda; pensão por morte.

E-mail do autor de contato: jhefyny.20550@alunofpm.com.br

⁵² BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm

⁵³ BRASIL. Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19528.htm

⁵⁴ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

CÂNCER DE MAMA: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Karina Rodrigues Caldeira ^a, Yasmim Yara Vieira Neves ^a, Washington Davi Silva ^a e Eva Mendes Monteiro ^b

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O câncer de mama é um dos grandes desafios de saúde pública, visto ser a segunda enfermidade com maior taxa de óbitos, onde, se identificada precocemente, eleva as possibilidades de cura. Uma das medidas recomendadas, é o acompanhamento das pacientes consideradas de risco a partir dos 35 anos; grupos com históricos familiares; uso de anticoncepcionais; tabagistas; e a idade da menarca e da menopausa é recomendado uma maior atenção e realização de exames periódicos. É importante avaliar e rastrear os sintomas como nódulos no tecido mamário e nas axilas, retração na pele, aumento progressivo do tamanho da mama com edema e pele com textura de casca de laranja. Portanto, conhecendo a patologia, desde o estadiamento inicial, possibilita um tratamento assertivo com maiores chances de cura⁵⁵. **Objetivos:** Conhecer a patologia do câncer de mama, seu diagnóstico e tratamento. Realizar um debate sobre a importância do exame clínico e da mamografia no rastreamento, divulgando para a sociedade sobre o tema e fomentando a pesquisa científica. **Metodologia:** Revisão bibliográfica a partir de buscas no Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave "câncer de mama" e "prevenção ao câncer de mama". **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados, percebeu-se a importância dos profissionais de saúde conhecerem profundamente sobre o tema para atuar no tratamento e recuperação do paciente. Um dos exames eficazes na detecção do câncer é a mamografia e a histopatologia, onde, um possibilita a identificação do tamanho e da estrutura da doença e o outro permite a classificação morfológica para a melhor estratégia de tratamento, respectivamente. A literatura estudada descreve como terapias a cirurgia, a radiografia, quimioterapia e a reposição hormonal, levando em consideração o tamanho do tumor e o estágio da doença. Portanto, a partir desse estudo, observou-se toda a complexidade do sistema de identificação patológica e a importância de uma equipe multidisciplinar no tratamento e acompanhamento das pacientes.

Palavras-chave: Neoplasia mamária. Prevenção ao câncer de mama. Tratamento do câncer.

E-mail do autor de contato: karina.25536@alunofpm.com.br

⁵⁵ SARTORI, A. C.; BASSO, C. Câncer de mama: uma breve revisão de literatura. *Perspectiva*, Erechim. V. 43, n. 161, p. 07-13. 2019. Disponível em: [Perspectiva_161.indd \(uricer.edu.br\)](#). Acesso em 20 de setembro de 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

EXPERIÊNCIAS MENSTRUAIS DE MENINAS NA ADOLESCÊNCIA

Taynara Rodrigues Barbosa^a; Thais Silva de Jesus^a; Yane Barbosa de Oliveira^a; Eva Mendes Monteiro^a e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Menstruação, biologicamente definida como o período do ciclo menstrual onde ocorre a descamação do endométrio, camada interna do útero, através de um fluxo sanguíneo. Esse processo acomete aproximadamente 1,8 milhões mulheres em idade reprodutiva. Em nosso país, 60 milhões de pessoas menstruam, o equivalente a 30% da população do Brasil. No campo prático, menstruar aborda questões sexuais e reprodutivas, contudo esse é um processo multidisciplinar, envolvendo fatores culturais, educacionais, sociais e econômicos. Abordar esse processo fisiológico além do simbolismo da maternidade, representa promover uma educação precoce e continuada, promovendo a desconstrução de estereótipos. **Objetivos:** realizar uma revisão sistemática sobre as experiências vivenciadas das adolescentes diante a menstruação e fatores multidisciplinares envolvidos. **Metodologia:** realizou-se uma busca de dados, nas bases google acadêmico, e bibliotecas eletrônicas; PUBMED E SCIELO, utilizando os termos, “menstruação”, “adolescência” “descamação do endométrio”, combinados entre si. **Considerações Finais:** O tema menstruação na adolescência deve constar em todo campo educativo, visto os conceitos errôneos que o cercam. Ressalta-se a pouca aceitabilidade das meninas diante desse processo fisiológico, cabendo aos profissionais de saúde abordarem essa questão, pontuando todos os fatores envolvidos de maneira sucinta.

Palavras-chave: menstruação, adolescência, vergonha, menarca.

E-mail do autor de contato: thaismarins2013@gmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

EQUOTERAPIA: BENEFÍCIOS TERAPÊUTICOS MOTORES NA PARALISIA CEREBRAL

Giovanna Camargos de Sousa ^a, Ingrid Franciely Silva Queiroz ^a, Rafaela Borges Silva ^a e Mariane Fernandes Ribeiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Paralisia Cerebral é definida por uma encefalopatia crônica infantil não progressiva, resultante de uma lesão ocorrida no cérebro em desenvolvimento, causando um distúrbio postural. As prováveis causas são genéticas, infecção intrauterina, baixo peso ao nascimento, hipóxia e isquemia perinatal. Os sinais clínicos da Paralisia Cerebral apresentam principalmente alterações motora, do tônus postural, da postura e do desenvolvimento. Um dos métodos terapêuticos para tratamento nessa patologia é a Equoterapia, que se utiliza do cavalo para realizar a terapia, melhorando assim o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com necessidades especiais. **Objetivos:** Conhecer sobre os benefícios terapêuticos motores da Equoterapia em praticante com Paralisia Cerebral para promover ganhos físicos e psíquicos, desenvolvendo coordenação motora e do equilíbrio e força muscular. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de artigos científicos, retirados das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Durante a busca foram utilizados os descritores “Paralisia Cerebral”, “Equoterapia” e “Benefícios”. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode se perceber que as pessoas com Paralisia Cerebral apresentam várias deficiências que atrapalham a atividade de vida diária e também o convívio social. Entende-se que a Equoterapia é uma forma de terapia complementar que proporciona benefícios às pessoas com paralisia cerebral, principalmente por proporcionar um estímulo ao tônus postural e ao equilíbrio. Quando realizada de forma prazerosa vai contribuir no desenvolvimento motor, melhorando a coordenação motora, o alinhamento postural, raciocínio lógico, atenção, concentração e cria um vínculo social e efetivo. A equoterapia mostra a importância do cavalo com agente capaz de permitir que a criança sinta e reconheça o seu próprio corpo.

Palavras-chave: Terapia assistida por cavalos; benefícios; fisioterapia; Paralisia Cerebral.

E-mail do autor de contato: giovanna.23565@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

RESPONSABILIDADE CIVIL NO LINCHAMENTO VIRTUAL E A CULTURA DO CANCELAMENTO

Bruna Gonçalves Pinheiro^a, Lohane Gabrielly Pimentel Silva^a, Maria Eduarda Fernandes Nunes^a, Patrícia Palmeira Tarabal Abdala^a, Jhulian Evellin da Silva Mariano^a, Gabriela Freitas Moreira^a, Wesley Oliveira Bezerra^a e Heberton Duarte de Sousa^a

^a Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O linchamento virtual procede quando um grupo de pessoas se reúnem de forma online, com o intuito de massacrar, ofender, ameaçar e criticar alguma opinião e atitude expressada sobre qualquer assunto e qualquer pessoa. O mesmo gera danos irreversíveis a uma pessoa, e na maioria dos casos são passíveis de indenização. Em algumas jurisprudências identificamos alguns casos onde foi constatado que a vítima sofreu sérios danos, entre eles o moral, psicológico, entre outros e quando buscaram seus direitos, obtiveram êxito em suas demandas. Grandes são os efeitos negativos em relação à vítima, como perda de seus empregos, depressão, pânico, pois foram expostas de forma negativa no mundo das redes sociais. Além disso, em alguns casos, a situação é tão grave que a vítima é ameaçada juntamente com membros familiares. É importante ressaltar que esse tipo de atitude em rede social, levará a pessoa que a fez responder judicialmente aos seus atos. **Objetivos:** Demonstrar os prejuízos causados pela cultura do cancelamento no linchamento virtual estipulando os limites dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Equalizar a responsabilidade civil dos agressores estabelecendo possíveis parâmetros para o limite da liberdade de expressão e manifestação. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 – Qual o limite constitucional da liberdade de expressão nos ataques de linchamento virtual e cultura do cancelamento. 02 – Quais as medidas judiciais cabíveis para redução de ataques online dentro da responsabilidade civil.

Palavras-chave: Linchamento virtual, cultura do cancelamento, Responsabilidade civil.

E-mail do autor de contato: patricia.001223@aluno.fcc.edu.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

O RECONHECIMENTO DO ESTUDO POR CONTA PRÓPRIA COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO APENADO: A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Wellyanne Ribeiro de Oliveira Araujo^a e Thatiane Nara de Oliveira^a

Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Em uma realidade demasiada é perceptível o quanto vem crescendo o número de pessoas que perderam a liberdade de estar em meio à sociedade devido ao cometimento de crimes, situação em que a lei admite privação da liberdade como forma de repressão pelo ato cometido. Há na LEP autorização para que o apenado possa diminuir a sua sentença por meio do estudo. Sucede que a lei não é clara o suficiente quando se fala do estudo por conta própria, quando o apenado, por sua própria vontade e condições, estuda sozinho. Deste modo anseia-se obter uma resposta quanto a ausência de previsão legal específica, com intenção de verificar qual o impacto do possível reconhecimento do direito à remição de pena por meio do estudo por conta própria.

Objetivos: O pesquisador tem como objetivo verificar qual o impacto do possível reconhecimento do direito à remição de pena por meio do estudo por conta própria. E de maneira especificada analisar qual o argumento apto a fundamentar o reconhecimento do direito à remição de pena por meio do estudo por conta própria, identificar quais as consequências do reconhecimento e do não reconhecimento do estudo por conta própria como meio de abreviação da pena e, não menos importante verificar se o não reconhecimento do estudo por conta própria como meio de abreviação da pena viola direitos fundamentais do apenado. **Metodologia:** a pesquisa, quanto à modalidade, será normativa-jurídica, contando com a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Consistindo em uma construção de teses jurídicas convincentes, de modo que o pesquisador busque colher todas as informações disponíveis e acessíveis ao pesquisador. Tornando-se necessária para que se possa definir como o direito à remição da pena por estudo de conta própria está sendo analisada no Brasil. **Considerações Finais:** A execução deste estudo explora as seguintes premissas: 1 A ausência do reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade; 2 O reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade; 3 As consequências positivas do reconhecimento do direito à remição de pena por meio do estudo por conta própria.

Palavras-chave Direito Penal. Estudo por conta própria. Redução de pena.

E-mail do autor de contato: wellyanne.19367@alunofpm.com.br



CÂNCER DE INTESTINO

Andreza Martins Borges^a, Djulle Siqueira de Melo^a, Eva Mendes Monteiro^a, Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho^a e Thais Silva de Souza^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O câncer de intestino refere-se aos tumores que têm origem no cólon, reto e ânus, sendo também conhecido como câncer colorretal. Vários fatores estão associados ao risco desse tipo de câncer, incluindo predisposição genética, presença de doenças inflamatórias no cólon e estilo de vida, em especial hábitos alimentares inadequados, falta de atividade física, tabagismo, consumo excessivo de álcool e elevado consumo de carnes processadas ou vermelhas. Pacientes que sofrem de doenças que afetam o trato gastrointestinal devem receber um acompanhamento personalizado. Por exemplo, a doença de Crohn, que é uma condição inflamatória crônica que pode afetar diferentes partes do trato gastrointestinal, têm sido associada a um risco aumentado de desenvolver várias formas de câncer, incluindo o câncer colorretal, e é uma das principais causas de óbito relacionadas ao aparelho digestivo.⁵⁶ **Objetivos:** Analisar os principais fatores de risco associados ao câncer de intestino, bem como os principais sintomas, prevenção, rastreamento regular e opções de tratamento. Destacando a relevância da conscientização pública para uma detecção precoce, visando a diminuição do impacto do câncer de intestino. **Metodologia:** Revisão bibliográfica narrativa a partir de buscas no Google acadêmico, com levantamento dos últimos 10 anos, utilizando as palavras chave “câncer”, “colorretal” e “intestino”. **Considerações Finais:** Diante do estudo realizado entende-se que o câncer de intestino é uma condição grave, mas é possível reduzir significativamente seu impacto por meio da prevenção e da detecção precoce. A conscientização sobre os fatores de risco, a promoção de hábitos saudáveis e o acesso ao rastreamento são fundamentais para combater essa neoplasia. É essencial que a sociedade, os profissionais de saúde e os governos trabalhem juntos para enfrentar esse desafio de saúde pública e melhorar a qualidade de vida dos pacientes com câncer de intestino.

Palavras-chave: colorretal, fatores de riscos, neoplasia intestinal.

E-mail do autor de contato: djulle.17339@alunofpm.com.br

⁵⁶ SILVA, A. L. C. ; SILVA, L. J. da; OLIVEIRA, A. S.; OLIVEIRA, R. L. de; RAMOS, L. G. de A. Cuidados de enfermagem aos pacientes portadores de câncer colorretal. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 9, p. e46910918281, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18281. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18281>. Acesso em: 27 set. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



OBESIDADE INFANTIL: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Djulle Siqueira de Melo ^a e Luiza Araújo Amâncio Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) a obesidade infantil se tornou uma grande questão de saúde pública do nosso século. Este problema é considerado uma epidemia mundial e vem afetando continuamente países de baixa e média renda, com destaque na área urbana. A obesidade infantil é consequência de uma sucessão complexa de fatores genéticos, comportamentais, que atuam em vários contextos: familiar, escolar, social. Estima-se que 6,4 milhões de crianças brasileiras tenham excesso de peso e 3,1 milhões já evoluíram para obesidade afetando 13,2% das crianças entre 5 e 9 anos acompanhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, trazendo assim um risco iminente de consequências durante toda sua vida⁵⁷.

Objetivos: Avaliar a prevalência da obesidade infantil na faixa etária de 5 a 9 anos, seus principais fatores de risco e o papel do enfermeiro frente a problemática. **Metodologia:** Revisão narrativa da literatura sobre o tema obesidade infantil e seus principais fatores de risco, utilizando-se obras publicadas no período de 2017 a 2023, a partir de buscas no Scielo, google acadêmico e BVS por meio das seguintes palavras-chave: “alimentação”, “enfermagem”, “fatores de risco”, “obesidade infantil”, “prevalência”. **Considerações Finais:** Diante do estudo realizado conclui-se que o número de crianças com obesidade infantil está progredindo de forma alarmante e que fatores genéticos, ambientais e socioeconômicos são fortes influenciadores para o aumento de peso dessas crianças assim como o sedentarismo e alimentação inadequada, fazendo com que essas crianças tenham maiores chances para possíveis complicações como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e problemas psicossociais. O enfermeiro tem papel importante frente a prevenção, promoção e tratamento deste problema de saúde pública.

Palavras-chave: alimentação; enfermagem; fatores de risco; obesidade infantil; prevalência.

E-mail do autor de contato: djulle.17336@alunofpm.com.br

⁵⁷ BRASIL. Nathan Victor. Ministério da Saúde. **Obesidade infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil>. Acesso em: 30 mar. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA DISCUSSÃO SOB A ÓTICA DA CRIMINOLOGIA E PSICOLOGIA

Helen Carine de Andrade ^a e Gilmar Antoniasse Júnior ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A percepção a violência contra a mulher dentro da ótica criminológica, traz o papel da segurança da mulher na face da criminologia e aspectos psicológicos desse ato. A psicológica e a criminologia vêm sendo trabalhadas cada vez mais no contexto sociológico e universitário para fins do desenvolvimento a proteção às vítimas diretas e indiretas de violência doméstica. As consequências da violência doméstica tendem a atingir áreas significativas da vida de todos os envolvidos, como a carreira profissional, os vínculos familiares e sociais, já a criminologia pode fornecer informações sobre as diferentes formas de violência contra a mulher, como violência doméstica, assédio sexual, estupro e feminicídio. A Psicologia desempenha um papel fundamental na elaboração de estratégias de educação e prevenção, ajudando a entender como conscientizar os universitários sobre a violência contra a mulher, promover atitudes e comportamentos saudáveis, onde ambos visam compreender não apenas o porquê a violência ocorre, mas também como as pessoas a percebem, como são afetadas e como podem contribuir para a prevenção e o combate desse problema grave e persistente em nossa sociedade. ⁵⁸. **Objetivos:** Compreender o conceito da violência contra a mulher influenciando a formação de fatores contra os crimes de abuso físico e psicológico, incluindo sua educação, conscientização e conhecimento dentro da criminologia e psicologia, podendo assim identificar as causas possíveis e soluções para combater a violência de gênero e promover uma cultura de respeito e igualdade dentro das universidades e sociedade para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a igualdade de gênero e o combate à violência. **Metodologia:** Revisão bibliográfica narrativa a partir de buscas no Scielo e no Google acadêmico, sem restrição de tempo utilizando as palavras chave “violência” “criminologia” e “psicologia”. **Considerações Finais:** Diante do estudo realizado pode se evidenciar que a violência contra a mulher não se limita a agressões físicas, ela engloba diversos tipos de abuso, como o psicológico, sexual, financeiro e emocional, podendo entender a dinâmica dessas formas de violência e suas consequências, devendo ser desempenhado um papel importante na educação e conscientização sobre a violência de gênero dentro das universidades e comunidades. Assim, promovendo à igualdade e a redução da violência doméstica, sendo essencial aprofundar o conhecimento no que tange a criminologia de gênero, aduzindo a responsabilidade a orientação e o apoio para formação de uma melhor sociedade, onde o respeito e a segurança não são infringidos, pois essa é uma questão que está em constante evolução e sua necessidade de atenção aos números de morte e de mulheres precisam de uma maior atenção.

Palavras-chave: violência; criminologia; psicologia.

E-mail dos autores de contato: helen.3643@alunofpm.com.br

⁵⁸ LEANDRO, C. B. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PUNIBILIDADE: Reflexões a partir das Contribuições da Psicopatologia, Psicanálise e Criminologia Clínica: FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS, Dourados, 2020. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3290>



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA PROMOÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) N.º 08 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO EM NÍVEL MUNICIPAL

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a; Tiffani Natalia Landim Santana ^a; Lauane Caroline da Silva Barbosa ^a; Julia Alves Silva ^a; Leticia Pereira da Fonseca ^a e Maria Eduarda Lelis Rodrigues ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Agenda 2030 da ONU é um traçado global para atingir em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações. ODS é a sigla de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que integra a chamada “Agenda 2030”, tratado global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países integrantes. A agenda é constituída por 17 objetivos interligados e desenvolvidas 169 metas, voltadas para formas de superação dos desafios apontados por diversas pessoas no mundo, em busca da promoção do crescimento sustentável até 2030⁵⁹. As políticas públicas reproduzem as condutas de boas práticas e fiscalizações criadas pelo governo para assegurar os direitos da população. Servem como ferramentas para efetivação das modificações na sociedade. É por meio das políticas, que o governo providencia meios necessários para chegar nos objetivos definidos, buscando sempre promover melhoramentos e diminuir os problemas sociais⁶⁰. Entender como as políticas públicas são efetivadas em âmbito municipal é essencial para a garantia da efetivação do ODS n.º 08. Surge assim, a necessidade de verificar como as políticas públicas de proteção contra o trabalho infantil estão sendo efetivadas no município de Patos de Minas/MG. **Objetivos:** Verificar se existem atuação de políticas públicas na erradicação do trabalho infantil no município de Patos de Minas, que viabiliza o ODS n.º 8. **Metodologia:** A metodologia aplicada é pesquisa qualitativa, com fontes primárias (pesquisa de campo) e secundária (referencial teórico), visando o conhecimento doutrinário acerca da matéria, além de utilizar o método dedutivo e como técnicas de pesquisa a abordagem conceitual (investigação teórica) e entrevistas (pesquisa empírica). **Considerações Finais:** A opção pelo tema veio justamente em saber em que a pesquisa justifica-se por apresentar meios para solucionar os problemas quanto ao trabalho infantil realizado por crianças no município de Patos de Minas. Compreender o problema e buscar uma inovação no conhecimento para resultados de efetivação das políticas públicas é foco da pesquisa para viabilizar o ODS 8 no município. Portanto, a erradicação do trabalho infantil para o atendimento ao ODS 8 deve ter como instrumento o investimento em fiscalização de qualidade. Para a erradicação do trabalho infantil houve a necessidade de proibição dessa modalidade gerando uma proteção às crianças no Brasil, o que ocorre tanto na modalidade preventiva como na modalidade repressiva. Por fim, a erradicação somente será possível se houve uma aplicabilidade de políticas públicas na proteção contra o trabalho infantil.

Palavras-chave: políticas públicas; proteção das crianças; trabalho infantil.

E-mail do autor de contato: tiffani.28264@alunofpm.com.br;

⁵⁹ ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Onu Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel> p.1

⁶⁰ CNN. Cable News Network. Políticas públicas: entenda o que são, para que servem e veja exemplos. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas/p.1>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



DESVANTAGENS DOS TRIBUTOS NO AGRONEGÓCIO

Heberton Duarte de Sousa^a; Ana Luiza Martins Teixeira^a; Bruna Camargo Rosa^a; Dálete Galvão de Araújo^a; Deivison Rabib Dias^a; Lara Luiza Sousa Amaral^a e Lucas Magela Alves de Souza^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O agronegócio é um setor da economia que envolve atividades agrícolas e pecuaristas. Tributação é uma ação pecuniária compulsória em todos os âmbitos de tributos⁶¹. No agronegócio temos 4 principais áreas de tributação e elas são: IRPF ou IRPJ; ITR; Funrural e ICMS. O IRPF ou IRPJ⁶². O imposto da pessoa física e jurídica obtido com a atividade rural, pessoa física e a pessoa jurídica tem uma alíquota única de 20% sobre o faturamento bruto das atividades rurais. ITR o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural⁶³ de apuração anual do domínio útil ou a posse de imóvel por natureza de uma localidade rural. Funrural: o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural⁶⁴ é um imposto que incide sobre a receita bruta proveniente da comercialização rural é um tributo obrigatório para pessoa física e jurídica. E o último tributo trabalhado no presente artigo é o ICMS⁶⁵ e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, e para o produtor rural ele deve ser feito junto à Sefaz (Secretaria da Fazenda). Os impostos no agronegócio têm várias vantagens, porém as desvantagens são maiores, as taxas de impostos cresceram significativamente e houve antecipação de impostos mesmo antes do produtor vender. Além disso, os produtos para venda caíram o valor fazendo que o lucro despencasse significativamente, já para comprá-los os valores cresceram, deixando os produtores rurais com uma taxa de lucro muito baixa e de custo alta. **Objetivos:** Definir os as desvantagens dos tributos do agronegócio, contando as porcentagem, as e as desvantagens dessas tributações. E de forma específica: analisar julgados nos tribunais brasileiros para esclarecer o processo e como são essas tributações; identificar os principais tributos no agronegócio, como são aplicados e as porcentagem em cima delas, e quais as desvantagens o produtor rural como pessoa física e jurídica tem e como esses tributos voltam como um retorno; conhecer o entendimento acerca das teses aplicadas as tributação no agronegócio nos tribunais e na doutrina; bem como definir como estas tributação funcionam e retornam ao produtor. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa⁶⁶, buscando fontes primárias⁶⁷ (leis e julgados que debatem o tema de deficientes) e secundárias⁶⁸ (autores da área de políticas públicas de proteção aos deficientes). A Tributos, agronegócios, impostos. Além disso, aplicando o método indutivo⁶⁹ e o dedutivo⁷⁰. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. **Considerações Finais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos

⁶¹ BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Planalto**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm.

⁶² BRASIL. Lei 8.023/1990, art. 2º, Lei 9.250/1995. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8023.htm.

⁶³ BRASIL. Lei n. 9.393, de dezembro de 1996. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19393.htm.

⁶⁴ BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. **Planalto**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm.

⁶⁵ BRASIL. Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. **Planalto**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm.

⁶⁶ CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p.206.

⁶⁷ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia de Pesquisa Jurídica:** teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 17.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. p. 46.

⁶⁸ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia de Pesquisa Jurídica:** teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 17.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. p. 46.

⁶⁹ JOÃO, Bosco Medeiros; ANTÔNIO, Henrique. **Metodologia Científica na pesquisa jurídica.** 9.ed. São Paulo: Editora Atlas, p. 43 à 45.

⁷⁰ JOÃO, Bosco Medeiros; ANTÔNIO, Henrique. **Metodologia Científica na pesquisa jurídica.** 9.ed. São Paulo: Editora Atlas, p. 42 e 43.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



jurídicos: 01 - As taxas super elevadas nos impostos do agronegócio. 02 - As desvantagens na exportação e na importação de produtos agrários por causa das tributações.

Palavras-chave: Tributos, agronegócios, impostos.

E-mail do autor de contato: bruna.27227@alunofpm.com.br

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ANÁLISE PRELIMINAR DA QUALIDADE DA ÁGUA NA NASCENTE DO CÓRREGO BARREIRO – PATOS DE MINAS MG: UMA APRECIÇÃO SOBRE O CERCAMENTO

Saulo Gonçalves Pereira ^a; Mauro Gomes de Lima Junior ^a; M.e. Willyder Leandro Rocha Peres ^a; Daniela Cristina Silva Borges; Daniel de Almeida Santos ^a; M.a. Eni Aparecida do Amaral ^b

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Diretoria de Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de Patos de Minas

Resumo

Introdução: Esta pesquisa aborda a importância das nascentes de água e sua indispensabilidade na produção de alimentos e outras atividades econômicas. Destaca-se que a água é um recurso natural essencial para os seres vivos e que a qualidade da água é fundamental para prevenir doenças e garantir a qualidade de vida dos usuários. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é avaliar a qualidade da água da nascente do córrego Barreiro, microbacia do ribeirão da Cota, bacia do rio Paranaíba, por meio dos seguintes parâmetros Coliformes termotolerantes, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), Fósforo total, Nitrogênio Total, Oxigênio Dissolvido, pH, Sólidos Dissolvidos Totais, Sólidos Suspensos Totais e Turbidez. **Metodologia:** Este estudo adotou uma abordagem metodológica de pesquisa qualitativa exploratória e descritiva com análises de resultados, foram realizadas as coletas em dois pontos na fazenda a montante da nascente do córrego Barreiro (coordenadas 18°39'50.20"S; 46°39'19.24"O) e a jusante já no curso do córrego Barreiro (coordenadas 18°40'2.30"S; 46°39'28.29"O). As amostras foram coletadas pelo pesquisador e encaminhada para um laboratório comercial. Para avaliar o desempenho ambiental do corpo hídrico, os resultados foram analisados de acordo com o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, que complementa a antiga Portaria 2914 e Deliberação Normativa Conjunta COPAM Nº 8 de 21 de novembro de 2022⁷¹. **Resultados:** Evidenciou-se que os parâmetros analisados atendem integralmente às legislações aplicáveis. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano. Assim, de acordo com essa portaria, o limite máximo permitido para coliformes termotolerantes é de zero UFC/100 mL (Unidades Formadoras de Colônia por 100 mililitros), ou seja, não deve haver a presença detectável de coliformes termotolerantes na água destinada ao consumo humano, deste modo esta água não é potável para consumo humano sem tratamento prévio. Esta pesquisa foi coordenada pela Faculdade Patos de Minas (FPM); ProNascentes; Prefeitura Municipal de Patos de Minas sob patrocínio da empresa Limpebras.

Palavras-chave: Qualidade da água; IQA; Potabilidade, Nascente

E-mail do autor de contato: mauro.junio@faculdadepatosdeminas.edu.br

⁷¹ BRASIL. ANA, Agência Nacional das Águas: **Portal da Qualidade das águas. Enquadramento -Bases Legais**, 2018. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/enquadramento-bases-legais.aspx>. Acesso em 08 de julho de 2020.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DO PÉ DIABÉTICO

Saymon Alexsander Alves Oliveira^a, Luciana de Araújo Mendes Silva^a e Luiza Araujo Amancio Sousa^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O pé diabético, considerado uma complicação tardia do diabetes, ataca a maioria da população diabética. Tem como característica presença de lesões decorrentes de vasculopatias, neuropatias, e aumento do risco à infecções. O pé diabético é responsável pela maior parte de amputações não traumáticas de membros inferiores. Pode ser classificado em três tipos distintos: neuropático, isquêmico ou misto. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo estudar as causas das feridas do pé diabético, conhecer os aspectos fisiopatológicos e descrever os cuidados de enfermagem deformapreventiva. **Metodologia:** Revisão bibliográfica narrativa a partir de buscas no Scielo e no Google acadêmico, sem restrição de tempo utilizando as palavras chave "diabetes" e "pé diabético". **Considerações Finais:** O enfermeiro tem papel fundamental na realização de curativos diários nas lesões dos pés, na avaliação clínica da cicatrização, na assistência durante o período perioperatório, em casos de amputações, como também na assistência emocional aos pacientes e familiares. A educação adequada, tanto dos pacientes diabéticos quanto dos enfermeiros responsáveis por prestar atendimento primário a estes pacientes, é fundamental para a correta compreensão das principais características relacionadas ao desenvolvimento. Conclui-se que o enfermeiro precisa observar seu papel como educador, suas práticas e formação acadêmica, para desenvolver com propriedades as ações em saúde que promovem a construção do conhecimento e qualidade de vida da pessoa com diabetes.

Palavras-chave: diabetes; neuropatia; pé diabetico.

E-mail do autor de contato: saymon.12275@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

OS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA PARA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR ÀS CONDENADAS: UM OLHAR PARA AS GESTANTES, MÃES EM ESTADO PUERPERAL OU DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA, QUE ESTÃO EM REGIME FECHADO E SEMIABERTO

Luanna Monteiro da Costa ^a e Maria Isabel Esteves de Alcântara ^a

^a Faculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Quando uma mulher é condenada e se encontra em uma situação em que a prisão domiciliar seria uma opção mais adequada, há uma série de questões que precisam ser consideradas. Em muitos casos, as mulheres são mães ou cuidadoras principais de pessoas com deficiência e a separação das famílias pode ter consequências negativas para o desenvolvimento das crianças. Além disso, elas enfrentam muitos desafios como a falta de acesso a cuidados de saúde adequados, principalmente durante a gestação e ainda tendo a possibilidade de sofrer violência ou assédio sexual nas prisões. O presente projeto se baseia em pesquisa bibliográfica e visa analisar as relações jurídicas quanto à prisão domiciliar especificamente para condenadas gestantes, mães em estado puerperal ou de criança deficiente, que estão em regime fechado e semiaberto, no que se refere a rastreabilidade dos problemas, os impactos na vida dos menores e das mulheres sob a perspectiva de prisão domiciliar e à falta de critérios claros para a concessão do direito. **Objetivos:** Objetiva-se verificar como deveria ser a aplicação do direito à prisão domiciliar na prática da Execução Penal e como será o funcionamento e adaptação desse direito. **Metodologia:** A pesquisa se enquadra no tipo exploratório e tem como objetivo investigar a realidade da prisão domiciliar para condenadas no regime fechado e semiaberto no Brasil. A pesquisa qualitativa exploratória busca ampliar o conhecimento sobre o tema, tornando-o mais explícito e fornecendo subsídios para o desenvolvimento de hipóteses e aprimoramento de ideias e soluções. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: como a violação dos direitos da criança e da pessoa com deficiência gerada pela sua dependência de mães ou cuidadoras condenadas, a prisão domiciliar para detentas do regime fechado e semiaberto conforme a reafirmação do estado de coisas inconstitucional e a capacidade do sistema prisional de reabilitação e ressocialização das mesmas, violação dos direitos humanos e garantias violadas: a situação das detentas condenadas mães, desafios e perspectivas: objetivos do cumprimento da pena e a igualdade das mães condenadas perante a lei e a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 347 e quais medidas necessárias para que o Poder Público solucione os problemas no sistema prisional.

Palavras-chave: Ausência de previsão legal. Prisão domiciliar. Impactos. Mãe presidiária.

E-mail do autor de contato: luanna.costa@aluno.fcjp.edu.br



A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO CIRURGIÃO DENTISTA NOS PROCEDIMENTOS DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

Marttha Teixeira Fernandes ^a Júlio Alves Caixêta Júnior ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Responsabilidade é uma obrigação, de ordem civil, penal ou administrativa, a que estão sujeitos os Médicos, Cirurgiões, Farmacêuticos e Dentistas, já que têm obrigações e deveres éticos dispostos no artigo 951 do Código Civil⁷². No exercício profissional, quando de um resultado lesivo ao paciente deve ser analisada a responsabilidade civil, o que se institui desde o Código de Hamurabi. Com a elaboração do Código de Defesa do Consumidor⁷³ foram criadas alternativas de discussão do tema e atualmente há um crescimento significativo de demandas de procedimentos estéticos, pois uma das consequências da globalização é a difusão de uma sociedade que normatiza padrões estéticos, gerando grande interesse da população em seguir os padrões de beleza impostos pela sociedade. Essa situação pode acarretar diversos problemas, como a insatisfação com a própria imagem, o consumo excessivo de produtos e serviços relacionados à estética, e até mesmo o desenvolvimento de transtornos alimentares e psicológicos. Visando procedimentos com custo financeiro baixo, a procura de Cirurgiões Dentistas em procedimentos de Harmonização Orofacial tem aumentado constantemente, impulsionada pelo espaço que a mídia social tem conquistado nos últimos anos, assim, necessário analisar a responsabilização civil do cirurgião dentista nos procedimentos de harmonização orofacial. **Objetivos:** A pesquisa tem por finalidade investigar a relação de consumo entre cirurgião dentista e paciente em procedimentos não cirúrgicos do tipo Harmonização Orofacial, e sua responsabilidade subjetiva. **Metodologia:** A metodologia utilizada se desenvolveu por uma pesquisa normativa-jurídica exploratória, buscando em normas, jurisprudências e em textos jurídicos as respostas para os objetivos da pesquisa, utilizou-se como meio de coleta pesquisa qualitativa, em material acessível ao público em geral, como livros e artigos científicos. **Considerações Finais:** A pesquisa partiu de uma análise da teoria da responsabilidade civil para determinar em que condições uma pessoa pode ser considerada responsável pelo dano sofrido por outra pessoa, e em que medida está obrigada a repará-lo, em um recorte para verificar o reconhecimento da relação de consumo e consequente responsabilização do cirurgião dentista nas práticas de procedimentos estéticos não cirúrgicos de harmonização orofacial. Verificou-se a responsabilização em razão do ato, conforme definido no Código Civil, que cause danos a outrem, e por consequência comete ilícito, tanto sendo o dano causado por ação ou omissão voluntária, quanto por negligência ou imprudência, obriga o agente causador do dano a repará-lo, nos termos da aplicação de responsabilidade civil previstos no Código Civil de forma geral, observando a conduta, o nexo de causalidade, o dano e a culpabilidade do agente, uma vez que, não existe uma norma específica para tratar da temática.

Palavras-chave: cirurgião dentista; harmonização orofacial; responsabilidade civil.

E-mail do autor de contato: martha.10046@alunofpm.com.br

⁷² BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasília, DF: **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm.

⁷³ BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Brasília, DF: **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A CONSTRUÇÃO DO PADRÃO ESTÉTICO E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DA AUTOIMAGEM E BEM-ESTAR

Lana Laura Braga Aguiar^a; Lívia Duarte Borges Soares^a; Luana Alexandre Machado Nunes^a Lara Vitória Almeida de Oliveira^a; Nathany Cunha Machado^a; Lara Kelly Vicença de Assis^a e Mariane Fernandes Ribeiro^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Desde os tempos primitivos observa-se a busca pela beleza ideal, que é modificada de acordo com a época, costumes, fatores históricos e culturais. Na sociedade atual, existe uma avaliação constante, pelos outros e pelo indivíduo em si, construindo a autoimagem, que é variável ao longo dos anos. Ela é constituída por três fatores: o físico, caracterizado por impressões visuais e táteis; o psíquico: que são as motivações inconscientes; e o sociológico: as experiências sociais que influenciam para constituição de imagem individual. A autoestima faz parte da identidade pessoal, quando elevada, proporciona uma melhora no bem-estar físico e mental, conseguem ser mais produtivas e suas relações são mais saudáveis. Estudos mostram que os procedimentos estéticos produzem resultados positivos, justificando sua importância na melhora da autoestima dos pacientes. **Objetivos:** Analisar a construção da autoestima frente aos padrões de beleza e a influência do meio social na realização de procedimentos estéticos em geral. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura narrativa, a partir de buscas online nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando como descritores “estética”, “saúde mental”, “padrões de beleza” e “autoestima”. **Considerações finais:** A autoestima está relacionada com aspectos intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, sentimentos negativos em relação a esta podem causar efeitos graves a saúde. De forma geral, pode-se observar que a mídia é uma das grandes responsáveis por impor padrões de beleza, além de fomentar a procura por procedimentos estéticos, ainda que as pessoas estejam dentro do que seria considerado o padrão estético. A problemática não está na realização dos procedimentos estéticos, mas sim, na concepção social de que, para se atingir o belo estes procedimentos são imprescindíveis. Assim, ser belo não significa estar dentro de um padrão estabelecido, mas se sentir satisfeito com a própria aparência. Sendo assim os procedimentos estéticos devem auxiliar na busca pela beleza e qualidade de vida, a fim de elevar a autoestima sem causar danos à saúde.

Palavras-chave: autoestima; estética; saúde mental.

E-mail do autor de contato: lanaaguiar12@hotmail.com



A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DE DRENAGEM LINFÁTICA MANUAL NO PÓS-OPERATÓRIO DE ABDOMINOPLASTIA

Elizabeth Silva Vaz^a, Ana Vitoria Lima de Souza^a, Andréia Agostinha Caixeta^a,
Carmen Lúcia da Silva Soares^a, Leticia Marra Braga^a, Luciano José de Freitas^a e
Mariane Fernandes Ribeiro^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A cirurgia plástica de abdominoplastia é um dos métodos mais realizados por todo o mundo para lapidar a aparência estética do abdômen, obtendo uma melhoria estética visual para o corpo da pessoa. Essa técnica consiste na retirada de pele e tecido adiposo do abdômen, o que ocasiona rompimento de células e vasos sanguíneos, provocando uma concentração de líquidos. Comumente é prescrita a realização da drenagem linfática manual (DLM) para auxiliar na diminuição de complicações no pós-operatório. **Objetivos** O objetivo desse estudo é evidenciar, avaliar e comparar artigos estruturados para destacar a importância e benefícios da técnica de drenagem linfática manual no pós-operatório de abdominoplastia. **Metodologia:** Trata-se de um estudo em forma de revisão bibliográfica narrativa, onde para investigação analítica foi utilizado artigos científicos encontrados na base de dados eletrônicos do Google acadêmico, aplicando como descritores: drenagem linfática, pós-operatório, abdominoplastia, cirurgias plásticas, benefícios e contra indicações de drenagem linfática manual. O período de referência para a busca dos artigos correspondeu aos anos de 2011 a 2022. **Considerações Finais:** A investigação e análise dos artigos mostraram que a DLM é uma técnica extremamente essencial no pós-operatório de abdominoplastia, pois estimula a circulação sanguínea, evita a formação de edemas, elimina toxinas, melhora o processo de cicatrização e nutre os tecidos. Além de prevenir hematomas, infecções, fibrose, seroma, hiperpigmentação cutânea e embolia gordurosa oferecendo assim bem-estar ao paciente. Dessa forma pode-se verificar que a técnica de drenagem linfática no pós-operatório de cirurgias plásticas, especificamente de abdominoplastia, é extremamente importante e eficaz, pois contribui com o processo de cicatrização, sem ocasionar danos a saúde do paciente e trazendo benefícios satisfatórios.

Palavras-chave: abdominoplastia, benefícios, cirurgia plástica, contraindicações, drenagem linfática, pós-operatório.

E-mail do autor de contato: elizabeth.30246@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A RESPONSABILIDADE JUDICIAL NO HACKEAMENTO DE DADOS EM FRAUDES CONSUMERISTAS

Alessandra Moreira da Cunha^a, Crislaine Rutielle de Melo Oliveira^a, Fernanda Gonçalves de Souza^a, Isabella Ribeiro Borges^a, João Atos Ribeiro de Oliveira^a, Kelly Cristina Silva^a, Márcia Pereira Lima^a e Heberton Duarte de Sousa^a

^a Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O presente trabalho tem como escopo realizar um estudo com metodologia de revisão bibliográfica sobre o tema hackeamento de dados e responsabilidade judicial, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD aplicados à responsabilidade consumerista. Os avanços tecnológicos e principalmente sobre como se relacionar para resolver situações que envolvam assuntos pessoais que eram feitos fisicamente, porém, atualmente, utiliza-se da tecnologia, em virtude da comodidade fazendo com que a maioria das pessoas migrem para o mundo virtual. Hoje é muito comum milhares de pessoas realizarem compras via internet, o que faz com os dados da população estejam cada vez mais vulneráveis na rede de computadores. Com isso, os operadores do direito tentam se desdobrar para acompanhar a necessidade de fiscalização e punição dos crimes cometidos em consequência do hackeamento de dados. **Objetivos:** O objetivo principal é discutir sobre a relação de proteção de dados expostos na rede de computadores e pessoais sensíveis, com a proteção da privacidade do direito do consumidor. Buscar melhores mecanismos judiciais para controle e responsabilização no meio virtual, responsabilizando também, de forma objetiva as provedoras de internet e empresas responsáveis pelo manuseio de dados. **Metodologia:** Para a análise e elaboração do presente trabalho foi utilizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória de cunho jurisprudencial. **Considerações Parciais:** Não há dúvidas de que o tratamento de dados por meio digital oferece riscos diversos daqueles verificados no tratamento desses mesmos dados fora do ambiente virtual. O amplo recolhimento de dados dos usuários, principalmente, no campo do comércio eletrônico e nas relações de consumo causam imensos prejuízos à toda sociedade, causando extrema insegurança jurídica. A responsabilidade judicial deve ocorrer em caso de hackeamento de dados, por estar em desacordo com as leis, estando sujeito a penalidades mais severas e de forma solidária.

Palavras-chave: Hacheamento. Dados Bancários. Ambiente virtual. Responsabilidade.

E-mail do autor de contato: alessandra.006811@aluno.fcc.edu.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



A NEUROCIÊNCIA DA BELEZA: COMO O CÉREBRO PROCESSA A ESTÉTICA

Júlia Lara Silva ^a, Carla Cristina de Lima Oliveira ^a, Letícia Pereira da Costa ^a,
Taynara Venceslau Morais da Silva ^a e Mariane Fernandes Ribeiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A neurociência é uma área de estudo que pode revelar os mecanismos pelos quais o cérebro processa a estética, abrangendo diferentes áreas responsáveis pela percepção visual, emoção e memória. Nesse contexto, surgem algumas questões, como por exemplo: A beleza é algo subjetivo ou pode ser medido? Temos como dizer se existe um padrão universal para a beleza? Nesse contexto, o presente estudo utiliza métodos de pesquisa bibliográfica para aprofundar-se nessa complexidade e buscar uma melhor compreensão sobre como apreciamos o mundo estético ao nosso redor. **Objetivos:** Identificar como o cérebro processa a estética através da ativação de áreas relacionadas à percepção visual, emoção e memória. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, utilizando artigos científicos encontrados nas bases de dados Google Acadêmico, Scientific of American e Nature. Durante a busca foram utilizados os descritores: neurociência, estética, beleza, cérebro, autoestima e imagem. **Considerações Finais:** Por meio da identificação de diferentes áreas do cérebro envolvidas no processamento estético, como o córtex visual, responsável pelo reconhecimento de formas e cores, e o sistema límbico, que associa emoções e prazer à percepção estética, as pesquisas revelam que a beleza vai além de uma experiência subjetiva. Na verdade, é um processo cerebral intrincado que nos conecta emocionalmente ao mundo estético. Ao explorarmos como o cérebro processa a estética, somos capazes de compreender melhor nossa própria percepção e apreciação do mundo ao nosso redor, enriquecendo nossa experiência de vida. Essa compreensão nos permite ampliar a visão da importância do profissional da estética e valorizar ainda mais a beleza, a busca pela autoestima, a arte e tudo aquilo que nos encanta visualmente.

Palavras-chave: Neurociência, estética, beleza, cérebro, autoestima e imagem.

E-mail do autor de contato: julialarasilva@hotmail.com



CARACTERÍSTICAS DO MELASMA E A CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA ESTÉTICA NO SEU TRATAMENTO

Eliane de Lourdes Oliveira Mota ^a; Júlia Carvalho Jovino ^a; Tamiris da Silva Cardoso ^a, Andreza Rodrigues Caetano ^a, Andressa Alves de Andrade ^a e Mariane Fernandes Ribeiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O melasma é uma dermatose caracterizada como uma hiperpigmentação da pele, apresentando manchas de coloração escuras ou acastanhadas que afeta regiões como a face, colo e zona T. O melasma não tem cura, mas pode ser controlado com alguns procedimentos estéticos. Existem três tipos de melasma: o epidérmico, onde ocorre um acúmulo de pigmento na camada mais superficial da pele; o dérmico, cujo excesso de melanina ocorre em torno dos vasos superficiais e profundos da derme; e o misto, com acúmulo excessivo do pigmento na derme, epiderme e outras regiões. **Objetivos:** Descrever sobre as principais características do melasma, e destacar o papel da estética no tratamento e melhora do aspecto da pele. **Metodologia:** Este estudo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, esta, cuja revisão de literatura foi realizada através de pesquisa de artigos científicos sobre o tema no qual já foram publicados artigos científicos em versão eletrônica nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library On-line (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a realização da busca dos dados, foram utilizados os termos: melasma, microagulhamento e tratamento. Os critérios de inclusão priorizaram artigos originais disponíveis na íntegra, publicados nos últimos dez anos, cujo tema estava relacionado com o melasma e os procedimentos estéticos usados no seu tratamento. Os critérios de exclusão deste trabalho foram os artigos de revisão e duplicados em mais de uma base de dados. **Considerações Finais:** Observou-se que é fundamental a definição de um protocolo, desde a escolha do método a ser usado quanto os modos de uso e o tempo suficiente de utilização, e assim estabelecer o padrão para atingir o melhor tratamento ao paciente. Com os avanços dos estudos sobre o Tiamidol, é possível dizer que ele é um composto altamente eficaz na redução da produção da melanina, mas ainda faltam pesquisas para a concretização dos resultados efetivos. A exposição ao sol é um fator agravante do Melasma, sendo importante a orientação para evitá-lo. Além disso, entende-se que uma alimentação equilibrada e saudável é de grande importância para que se consiga manter todas as rotas metabólicas funcionando de forma efetiva, favorecendo desta forma uma boa aparência de pele.

Palavras-chave: antioxidantes; melanina; peelings; radiação solar.

E-mail do autor de contato: leilemota@hotmail.com



TRABALHADORES RURAIS: COMBATE À ESCRAVIDÃO MODERNA NO CAMPO

Ewertton Martins de Oliveira ^a, Humberto Pedro da Silva ^a, Andryws Farley da Silva Domingos ^a, Mariana Isabela Pereira Santana ^a, Thalita Souza Silva ^a, Emanuelle Silva Cordeiro ^a, Laiane Santos França ^a; Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Na sociedade brasileira é importante evidenciar as vulnerabilidades dos Trabalhadores Rurais, a maioria deles possuem Ensino Fundamental incompleto ou são analfabetos, e por esse motivo, não conseguem um emprego melhor, ficando presos ao serviço do campo como única forma de sobrevivência. O trabalho rural que eles exercem tem uma carga horária extensa, trabalham o dia todo em pé, estão sempre expostos ao sol, a agrotóxicos e outros agentes nocivos à saúde. Todos esses fatores são prejudiciais à saúde, entretanto, em algumas situações, a realidade é ainda pior pois existem casos onde não recebem nem o mínimo existencial, como por exemplo um salário mínimo, configurando em alguns casos o crime de redução à condição análoga à de escravo. esses trabalhadores são recrutados com inúmeras promessas de crescimento, porém o que encontram são condições degradantes que desrespeitam totalmente os direitos humanos e a dignidade. Portanto é necessário cuidar desses trabalhadores vulneráveis para que possam ter um trabalho seguro, saudável e desfrutar da vida de forma digna. **Objetivos:** Conhecer as falhas existentes na efetivação da LEI N° 5.889 Trabalhador Rural e as normas da Consolidação das Leis do Trabalho. Investigar a vulnerabilidade do Trabalhador Rural, bem como o risco e o trabalho desumano sofrido por estes diante das omissões realizadas pelo Estado, Sindicato Rural e Empresas; Definir as normas que protegem o direito dos Trabalhadores Rurais no Brasil; Conhecer as políticas públicas de proteção ao trabalhador rural desenvolvido pelo Estado, Sindicato Rural e Empresas, diante das vulnerabilidades dos trabalhadores rurais. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 - A falta de conhecimento escolar e jurídico do trabalhador rural prejudica a defesa de seus direitos estabelecidos por lei e consolidações; 02 - A exposição dos trabalhadores rurais em condições degradantes em detrimento da lei brasileira; 03 - A vulnerabilidade dos trabalhadores rurais como causa de aumento do crime de condição análoga de escravo;

Palavras-chave: analfabetismo; análoga a escravidão; falta de equipamento de proteção; insalubre; trabalhador rural.

E-mail do autor de contato: ewertton.25827@alunofpm.com.br



MAXIMIZANDO A EFICIÊNCIA LOGÍSTICA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Fábio Lúcio Santos Marra^a, Gabriela Paula de Castro Pereira^a e Unilson Soares Gomes^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O agronegócio é um conjunto de atividades econômicas originadas ou relacionadas à produção e comércio agrícola. É um importante pilar da economia brasileira. Aliás, engana-se quem pensa que o agro se limita o fazendas e só colheita. O desenvolvimento do agronegócio também trouxe desafios, sendo um deles a ineficiência na infraestrutura, o que impacta diretamente o crescimento e a expansão do setor, afetando sua competitividade no mercado⁷⁴. A infraestrutura logística, que inclui os modais de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário ou marítimo, aeroviário e duto viário, desempenha um papel crucial nesse contexto, apresentando particularidades relacionadas a custo, tempo de entrega, condições físicas, entre outros. A eficiência logística é um fator determinante para o sucesso do agronegócio. No entanto, a logística no agronegócio enfrenta diversos desafios, como a distância dos centros de consumo, a sazonalidade das demandas e as características específicas da produção agrícola local. Esses desafios afetam a eficiência do transporte, a armazenagem adequada dos produtos e a gestão da cadeia de suprimentos, resultando em impactos negativos na competitividade e nos custos para os produtores e empresas do setor. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é propor estratégias logísticas no agronegócio brasileiro por meio da análise para diversificação e uso eficiente dos modais de transporte, visando aumentar a competitividade, reduzir custos e melhorar a eficiência na movimentação de produtos. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido com o levantamento bibliográfico, utilizando fontes como livros, jornais, revistas seculares, artigos científicos publicados e bases de dados. O material foi organizado de acordo com a abrangência do tema, permitindo a criação de um plano de leitura. **Considerações Finais:** As principais estratégias analisadas o decorrer deste estudo é a melhoria na infraestrutura logística em todas as regiões do país, oferecer maior segurança perante as cargas que serão importadas de uma região a outra, e viabilizar os custos existentes para a manutenção dos veículos que realizam a importação dos produtos agrícolas, especialmente no modal rodoviário, pois é o modal predominante no país. Este modal oferece a vantagem de exigir menos manuseio de carga, mas também apresenta desvantagens, como baixa capacidade de carga, altos custos de manutenção da frota e um alto índice de roubo de cargas.

Palavras-chave: logística; agronegócio; transporte.

E-mail do autor de contato: gabriela.16515@alunofpm.com.br

⁷⁴ BARBOZA, M. A. M. A ineficiência da infraestrutura logística do Brasil. Revista Portuária: Tecnologia & Negócios, [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.revistaportuaria.com.br/noticia/16141> Acesso em: 10 jun. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES DIANTE DA PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA DÍVIDA ATIVA ASSOCIADA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Bibiane Magalhães de Oliveira ^a e Heberon Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A dívida fiscal constituída e lançada pelo órgão competente, assim entendido como a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, goza da presunção de certeza e liquidez, bem como se faz exigível pelo poder fiscal. Sendo a dívida de competência da pessoa jurídica, faz-se necessário a averiguação em sede de processo administrativo fiscal da responsabilidade dos sócios e administradores, que detêm o poder de representação, para que conste o nome destes na certidão de dívida ativa como obrigados a sanar o crédito, fazendo com que uma posterior execução fiscal do crédito, caso venha a acontecer, seja voltada à eles como co-responsáveis. **Objetivos:** O presente trabalho acadêmico tem o objetivo verificar como é realizada a aplicação da responsabilidade dos sócios e dos administradores pelo poder fiscal diante da presunção de certeza e liquidez da dívida ativa, o que tem como consequência a inserção de seus nomes na certidão de dívida ativa como co-responsáveis e possivelmente a inversão do ônus de provar diante da execução fiscal do crédito tributário constituído. **Metodologia:** Metodologicamente, será utilizada uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e normativo para análise e elaboração do presente trabalho. **Considerações Finais:** O presente trabalho teve o desígnio de verificar sobre a responsabilização dos sócios e dos administradores nos atos fiscais da seara tributária no tocante aos créditos da pessoa jurídica e o possível redirecionamento da cobrança dos créditos para pessoalmente responderem os sócios - administradores. Sem que sejam demonstradas as omissões e ações de forma pessoal dos responsáveis que prejudicam a pessoa jurídica a cumprirem os seus deveres de adimplemento não é possível que se diga que os sócios e administradores devam responder. Portanto, devido a inscrição em dívida ativa dos nomes dos sócios e administradores na seara judicial, a inversão do ônus da prova será feita de forma automática. Outro ponto importante desenvolvido no presente trabalho é a dificuldade de se fazer prova ao contrário do alegado pelo poder fiscal, visto que o processo administrativo fiscal tem o condão de agir como processo de conhecimento do crédito tributário. Ademais, é possível verificar que a responsabilização de forma equivocada traz consequências danosas a quem compõe o polo passivo da demanda, como a negativação em cadastro de inadimplentes e os protestos, refletindo na vida financeira e social do demandado.

Palavras-chave: Processo Administrativo Fiscal. Responsabilidade. Sócio. Administrador. Execução Fiscal. Ônus da prova.

E-mail do autor de contato: bibiane.23239@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

BENEFÍCIOS MOTORES DA EQUOTERAPIA EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Marcos Vinícius Vaz de Lisboa Barbosa ^a, Maria Eduarda Oliveira ^a, Rayssa Mel Gonçalves Barros ^a e Mariane Fernandes Ribeiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Terapia Assistida por Cavalos, conhecida como Equoterapia, comumente realizada em crianças com Síndrome de Down, é um método terapêutico e educacional. Tem como intuito o desenvolvimento dos sujeitos, utilizando como abordagem a pedagogia lúdica, juntamente com o cavalo em ambiente natural. É uma terapia reconhecida por mostrar resultados positivos e significativos no ajuste tônico da musculatura para manutenção da postura e do equilíbrio. **Objetivos:** Analisar os efeitos da Equoterapia no desenvolvimento motor de crianças com síndrome de Down. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, onde para levantamento de artigos, foi realizada uma pesquisa eletrônica utilizando como descritores: Terapia assistida por cavalos, equoterapia, síndrome de Down e fisioterapia. O período de referência para o levantamento dos artigos corresponderam aos anos 2007 à 2018, através de buscas em publicações científicas indexadas nas bases de dados: Google acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde e Scielo, a partir de estudos clínicos e estudos de caso. **Considerações finais:** Diante dos estudos realizados foi evidenciado que, com a prática da equoterapia, têm-se uma série de movimentos sequenciados, simultaneamente coordenados, resultando em um movimento tridimensional, de acordo com a marcha e o tipo de passo do cavalo. Essa terapia em crianças com síndrome de Down obtém inúmeros benefícios nos seguintes quesitos: melhora do equilíbrio, da postura, da coordenação motora grossa e fina, adequação do tônus muscular, a dissociação de movimentos, a consciência corporal, a respiração, a circulação, a integração dos sentidos e os ganhos obtidos nas atividades da vida diária. A fisioterapia nesta área busca proporcionar ao praticante a promoção e a reabilitação do desenvolvimento motor por meio da terapia assistida por cavalos.

Palavras-chave: Terapia assistida por cavalos; Síndrome de Down; Fisioterapia.

E-mail do autor de contato: marcosvazlisboa@gmail.com



EQUOTERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR DOENÇA DE PARKINSON

Sabrina Soares de Queiroz ^a e Mariane Fernandes Ribeiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Os benefícios da relação entre os animais e os seres humanos são inegáveis. Um animal em especial foi essencial por conta de sua capacidade de trabalho e inteligência incomum, o cavalo se tornou um parceiro primordial para o desenvolvimento de diversas civilizações, a relação de trabalho foi se modificando e na contemporaneidade são diversas as tarefas que envolvem a utilização de equinos. Merece destaque os tratamentos e terapias que se utilizam da denominada equoterapia, para tratamentos de saúde em questões que envolvem o desenvolvimento ou reabilitação psicomotora de pessoas de diversas idades, o que inclui idosos acometidos com o mal de Parkinson. Trata-se de doença neurológica decorrente da degeneração da região cerebral denominada como substância negra, esta enfermidade afeta os movimentos causando lentidão, tremores, rigidez muscular e desequilíbrio. Neste sentido a equoterapia é uma metodologia interdisciplinar calcada na utilização de equinos como mediadores em diversas áreas de atuação como saúde, educação e equitação, cujo cerne é a busca pelo desenvolvimento biopsicossocial do paciente, pois auxilia no desenvolvimento da aprendizagem, memorização, concentração, socialização, organização do esquema corporal, equilíbrio e melhoria das funções motoras grossas, o que culmina na qualidade de vida desses indivíduos. **Objetivos:** Compreender os conceitos que envolvem as questões acerca do tratamento de mobilidade para paciente com Doença de Parkinson baseados em equoterapia. **Metodologia:** Revisão bibliográfica narrativa a partir de buscas nas bases de dados Scielo e Google acadêmico, em artigos acadêmicos dos últimos cinco anos, utilizando as palavras chave "equoterapia" e "Doença de Parkinson". **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode-se intuir que devido as especificidades que envolvem o mal de Parkinson, cada paciente evidencia um grau específico de degradação da capacidade motora. Considerando a equoterapia para a reabilitação, observa-se a efetividade com relação a evolução de praticantes com Parkinson em aspectos que envolvem a locomoção, o desenvolvimento e reabilitação motora, além da melhora com relação a aspectos sociais, o contato físico proximal entre o ser humano e os animais, em especial os equinos, possibilita a estes, melhoras em aspectos físicos, emocionais e até mesmo hormonais que auxiliam no tratamento de enfermidades de natureza físicas e psicológicas.

Palavras-chave: equoterapia; fisioterapia; Doença de Parkinson.

E-mail do autor de contato: sabrina.23597@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A TRANSMISSÃO DA HERANÇA DIGITAL COMO FATOR DE LESÃO À INTIMIDADE E VIDA PRIVADA

Tiago Augusto Honório Andrade^a e Júlio Alves Caixeta Junior^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O direito sucessório representa um ramo dos estudos jurídicos destinado a transmissão do patrimônio após a morte de seu titular, estabelecendo regras e princípios de como será realizada esta transferência de patrimônio. Este trabalho busca analisar a herança como forma de transferência de propriedade após a morte do autor, pois é um direito humano básico e com o desenvolvimento da tecnologia tornou-se possível a formação/inventário da propriedade digital, armazenada em ambiente virtual; o que causa contradições entre garantir a privacidade do autor, pela existência de conteúdo íntimo, e transmissão destas informações aos herdeiros. A escolha deste tema justifica-se porque pode ajudar a preservar a integridade da dignidade humana perante o legado e destacar a responsabilidade das plataformas em preservar a vida íntima e privada do autor da herança durante a transmissão do patrimônio digital. **Objetivos:** O objetivo geral do trabalho é analisar o conflito entre a garantia da privacidade e da vida privada do criador do patrimônio e a transferência do patrimônio digital aos herdeiros sucessórios. **Metodologia:** Metodologicamente, este trabalho é definido como pesquisa normativo-jurídica, onde a natureza do trabalho de pesquisa é a pesquisa exploratória, cuja finalidade é desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, indo além da descrição do objeto de pesquisa definido no conflito, assim, a pesquisa exploratória será de cunho qualitativo, em fontes primárias e secundárias, em uma análise da legislação, da jurisprudência e de textos de juristas que se debruçaram sobre a temática. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode se evidenciar o atrito entre o Direito da transmissão da herança, determinado em norma do código civil e constituição federal, determinando a transferência da herança através testamento ou inventário, ambos com o objetivo de transmitir os bens guardados pelo autor durante a sua vida para seus herdeiros, e o Direito à intimidade, vez que, com a transmissão do bem digital deixado pelo autor, os herdeiros terão acesso a sua vida privada, o que pode ferir a dignidade e intimidade do autor, visto que o acesso dos herdeiros a conversas e conteúdo de foro íntimo. Assim, conclui-se a necessidade do autor em estipular, em seu testamento, ou na abertura de conta na plataforma digital, a possibilidade e autorização, ou não, de terceiro ter acesso e utilizar seus bens digitais após o seu falecimento.

Palavras-chave: Herança. Bem digital. Patrimônio sucessório.

E-mail do autor de contato: tiago27153@alunofpm.com.br



A ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA PORTADORA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E INTERAÇÃO

Washington Davi Silva ^a e Marlene Aparecida Lopes Ferreira Del Ducca ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O termo autismo, mencionado em 1906, teve sua denominação alterada para Transtorno do Espectro Autista (TEA). Se refere a um distúrbio que interfere no neurodesenvolvimento; é uma síndrome comportamental, com dificuldade de interação social e comunicação, anormalidades essas perceptíveis precocemente nos primeiros anos de vida, sendo o diagnóstico definido em decorrência dos sinais apresentados já aos três anos de idade, persistindo até a vida adulta⁷⁵. Já na infância, a criança apresenta comportamento limitado e inalterado. No entanto, sua causa permanece desconhecida⁷⁶. A atuação da enfermagem é fundamental no auxílio do diagnóstico, pois além de assistir a criança, assiste também aos familiares, conscientizando-os sobre o tratamento e a utilização de alternativas terapêuticas, possibilidades da assistência⁷⁷. As novas possibilidades terapêuticas que surgem facilitam a interação da criança, permitindo que ela cresça com menos prejuízos e maiores possibilidades de resultados mais eficazes, destaca-se a necessidade de a enfermagem adquirir conhecimento para avaliar e assistir da criança portadora de TEA. **Objetivos:** Essa pesquisa procurou saber sobre a ocorrência e a manifestação do TEA em crianças, bem como a atuação da enfermagem nesse contexto. **Metodologia:** Assim sendo, optou-se pela revisão bibliográfica por meio da abordagem qualitativa, utilizando artigos das bases de informação da BVS, SCIELO e Google Acadêmico, no período de 2018 a 2023, com as palavras-chave: TEA; enfermagem; assistência; alternativa terapêutica. **Considerações Finais:** Nessa perspectiva, é importante que a enfermagem e os outros profissionais focalizem as novas alternativas terapêuticas, como recurso para melhora da qualidade de vida dos portadores de TEA que oportunizam efeitos positivos, tanto motores quanto cognitivos, sensoriais e emocionais, facilitando a interação social. Entre esses recursos, ganham destaque a equoterapia, a hidroterapia e a dançaterapia, contribuindo para a qualidade de vida dos portadores de TEA.

Palavras-chave: TEA; enfermagem; alternativa terapêutica.

E-mail do autor de contato: washington.08913@alunofpm.com.br

⁷⁵ SCHMIDT, C. Transtorno do Espectro Autista: onde estamos para onde vamos. *Rev. Psicologia em Estudo*, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 221- 230, abr./ jun., 2017. Disponível em: [PsicolEstud/article/view/34651/pdf](https://psicologiadigital.org.br/article/view/34651/pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

⁷⁶ PINTO, R. N. M. *et al.* Autismo infantil: impacto, diagnóstico e repercussões nas relações familiares. *Rev. Gaúcha de Enfermagem*. Versão online. Rio Grande do Sul, v. 37, n. 3, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n3/0102-6933-rgenf-2022>. Acesso em 20 maio. 2022.

⁷⁷ BONFIM, T. A. Vivências familiares na descoberta do Transtorno do Espectro Autista: implicações para a enfermagem familiar. *Rev. Bras. Enferm.* v. 73, suppl 6, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cpkwQJQP8kccvs8zN4LgHCH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 jun. 2022.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

IMAGINÁRIO MATERNO E CRIMINALIDADE: AS SUBJETIVIDADES REVELADAS ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DA IMPrensa JORNALÍSTICA DIGITAL

Marcela Aparecida Gonçalves Amaral^a e Gema Galgani da Fonseca^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A subjetividade humana é constituída por experiências, elementos simbólicos e emocionais, imaginários e pulsões, exemplo disso, são as heranças intergeracionais de uma linhagem que transmite idealizações, desejos e fantasias. A sociedade vincula a mulher à maternidade, mas o desejo de ser mãe é subjetivo, pois a maternagem fornece um conjunto de princípios; condições de sobrevivência, cuidados iniciais, suporte físico e emocional essenciais à evolução da criança. O imaginário materno - fenômeno carregado de encantamento e satisfações e os impactos das reverberações entre trabalho, maternidade e estresse na vida contemporânea, leva à irrupção de comportamentos destrutivos; revelados através de ato circunscrito pelas marcas da criminalidade, a premissa da “mãe boa” se transmuta para a “mãe homicida”. **Objetivos:** Compreender e analisar as subjetividades maternas reveladas na materialização do crime de homicídio contra a prole e as especificidades dos agravantes jurídicos desses, apontando a interação dessas subjetividades maternas e outros fatores de risco para a prole, a impulsão para transgressões da ordem simbólica e da lei, a fim de aprimorar a compreensão dos casos das mães homicidas por meio das narrativas presentes na imprensa jornalística digital. **Metodologia:** Estudo qualitativo exploratório – descritivo e transversal, a partir de busca no Google Acadêmico, Scielo e BVS Saúde com artigos científicos entre os anos de 2018 a 2023, algumas obras clássicas relacionadas à Teoria Psicanalítica e casos de homicídio materno contra a prole com ocultação de cadáver, divulgados na imprensa jornalística digital entre o período de 2020 a 2022. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados, pode-se evidenciar fatores como as heranças intergeracionais e os ideais culturais sobre a maternidade desempenham um papel significativo na formação das subjetividades maternas e suas reverberações. Essas idealizações podem levar a conflitos internos e, em casos extremos, à manifestação de comportamentos destrutivos, como homicídios contra a prole. As motivações dos crimes relatadas pela imprensa jornalística apresentaram, “acidente” ao medicá-lo com alta dosagem, considerar o filho um “empecilho para a vida”, “intenção de viver uma nova vida” e por considerá-lo “rebelde”. Contudo, na maioria dos casos, abstrai-se através das narrativas que as mães manifestam negligência, violência, padrões destrutivos, desamor e inscrição materna pelo crime contra prole.

Palavras-chave: criminalidade; maternidade; subjetividade.

E-mail do autor de contato: marcela.12067@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ANÁLISE DO FILME “KARAKTER”: EXPLORANDO A CONSTRUÇÃO PESSOAL POR MEIO DA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA

Michael Faria Filho ^a e Leonardo Carrijo Ferreira ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O filme "Karakter" é uma adaptação cinematográfica do romance homônimo de Ferdinand Bordewijk e retrata a história de um jovem determinado a provar seu valor a seu pai, um influente juiz na cidade de Roterdã. Através das personagens e das interações apresentadas no filme, é possível explorar aspectos fundamentais do caráter humano, tais como a influência do ambiente familiar, as dinâmicas de poder e a luta pela identidade pessoal. Por sua vez, a obra "Fundamentos da Clínica Reichiana" de Júlio Goldman oferece uma abordagem teórica e prática da psicologia reichiana, desenvolvida pelo renomado psicanalista Wilhelm Reich. A partir dos conceitos de energia orgônica, couraças musculares e a análise do caráter, Goldman apresenta uma visão ampliada da psicoterapia, enfatizando a importância da conexão entre corpo e mente na compreensão e transformação do caráter humano. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo abordar o filme "Karakter", na perspectiva reichiana, a partir da obra "Fundamentos da Clínica Reichiana" de Júlio Goldman, analisando as contribuições dessas fontes para a compreensão do caráter humano. **Metodologia:** Trata-se de um ensaio-análise do filme "Karakter" e do livro "Fundamentos da Clínica Reichiana", utilizando do método audiovisual para analisar os padrões dos personagens e seus comportamentos para entender melhor a evolução de caráter que é abordada no livro de Júlio Goldman em suas pesquisas da clínica de Reich. **Considerações finais:** Ao unir essas duas fontes, é possível explorar a relação entre o enredo do filme "Karakter" e os conceitos fundamentais da psicologia reichiana. Por meio da análise das personagens e de suas características individuais, é possível identificar traços de caráter que refletem as teorias de Reich, como a rigidez emocional, as defesas psicológicas e as formas de expressão do corpo. Ao analisar tanto o filme quanto a teoria de Reich, na obra de Goldman, percebe-se que ambos contribuem para uma compreensão mais profunda do caráter humano, fornecendo insights valiosos sobre os processos de formação do caráter, as influências socioambientais e as possibilidades de transformação e crescimento pessoal. Portanto, a combinação desta análise proporciona uma perspectiva enriquecedora para compreender e refletir sobre a natureza humana, promovendo uma abordagem integrada que considera tanto os aspectos psicológicos quanto os corporais na compreensão do caráter humano.

Palavras-chave: caráter; filme; Reich.

E-mail do autor de contato: michael.05101@alunofpm.com.br



PACIENTES COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO SUBMETIDOS A EQUOTERAPIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Cristina Luiza dos Reis Mota ^a e Mariane Fernandes Ribeiro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Equoterapia é um recurso terapêutico que pode ser realizado para pacientes que sofreram um Acidente Vascular Encefálico (AVE), e é um tratamento que vai ajudar na reabilitação física e mental das pessoas portadoras da doença. Pessoas com AVE irão apresentar hemiplegia ou hemiparesia que afeta um lado do corpo, e consequentemente vão perder reações posturais do lado afetado prejudicando em casos de quedas, por não terem o reflexo postural. **Objetivos:** Analisar efeitos e benefícios da equoterapia em praticantes com AVE. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, em que foi realizado uma pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos retirados em base de dados virtual como Scientific electronic libray online (Scielo) e Google Acadêmico. Os descritores utilizados na busca foram: Equoterapia, “Acidente Vascular Encefálico”, benefícios, fisioterapia. **Considerações Finais:** Diante dos estudos foi evidenciado que o andar a cavalo traz o benefício do movimento tridimensional (para os lados direito e esquerdo, para frente e atrás, e verticais para cima e para baixo), promovendo uma melhora no equilíbrio e na postura dos praticantes com AVE, além de desenvolver a coordenação dos movimentos. Os praticantes de Equoterapia relatam benefícios significativos em seu desempenho ocupacional e melhora na qualidade de vida, esses pacientes demonstram e relatam melhora na sua autoestima, na auto confiança no processo de reabilitação. Além disso, estudos demonstram que praticantes pós Acidente Vascular Encefálico (AVE) que praticaram equoterapia como recurso terapêutico, apresentam melhora maior e evoluíram em tempo menor comparando com aqueles que não utilizam o recurso terapêutico.

Palavras-chave: Terapia assistida por cavalos; benefícios; fisioterapia; AVE.

E-mail do autor de contato: luizadosreismotacristina@gmail.com



LEVANTAMENTO SOBRE O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Rafaella Di Paolo Tolentino^a e Gilmar Antoniassi Junior^b

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Universidade de Franca, Franca, São Paulo, Brasil

Resumo

Introdução: Ao longo da história, pessoas com transtornos mentais eram frequentemente encaminhadas para instituições fechadas e segregadas, onde enfrentavam internações prolongadas que resultavam em estigma e afastamento de suas famílias e comunidades. Reconhecendo a necessidade de uma profunda reformulação nas políticas e práticas relacionadas à saúde mental, surgiu a Reforma Psiquiátrica, um movimento global de luta que se esforça, até os dias atuais, para romper de maneira abrangente com o modelo médico-hospitalar tradicional, que se centrava exclusivamente na doença, na medicalização e na exclusão. Com a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica, estabeleceu-se a preferência pelo tratamento dos pacientes com transtorno mental em ambientes comunitários, garantindo assim legalmente esse tipo de abordagem. A consolidação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a adoção do tratamento em meio aberto só se tornaram possíveis mediante uma mudança substancial na lógica de cuidados oferecidos às pessoas que sofrem com problemas de saúde mental. **Objetivos:** Realizar uma revisão abrangente da literatura existente com o propósito de explorar e analisar o perfil dos indivíduos atendidos nos CAPS, a fim de compreender de forma abrangente e exploratória os cuidados prestados à saúde mental, abordando suas práticas, intervenções, desafios e impactos na promoção do bem-estar e recuperação dos indivíduos atendidos. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo exploratória que se utilizou do método de revisão da literatura para levantar informações sobre a temática *saúde mental e cuidados no CAPS*. **Considerações Finais:** As pessoas atendidas nos CAPS representam uma variada gama de indivíduos que buscam apoio e tratamento para questões de saúde mental em uma cidade do interior de Minas Gerais. Esse grupo diversificado engloba pessoas de diferentes idades, gêneros e origens étnicas, que enfrentam desafios diversos relacionados à saúde mental. Entre os usuários do CAPS, podemos encontrar pessoas com transtornos psiquiátricos como depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, transtorno de ansiedade, entre outros. Além disso, muitos dos atendidos podem-se ter experienciado situações de vulnerabilidade social, como desemprego, falta de moradia, isolamento social, ou até mesmo histórias de abuso ou trauma. O atendimento no CAPS visa oferecer um suporte integral e humanizado a esses indivíduos, abordando não apenas os aspectos clínicos de seus problemas de saúde mental, mas também levando em consideração suas necessidades sociais, emocionais e psicológicas. O perfil das pessoas atendidas no CAPS é, portanto, caracterizado por uma diversidade de desafios e demandas, e a equipe de profissionais de saúde mental trabalha para promover a recuperação e o bem-estar de cada indivíduo, respeitando suas singularidades e trajetórias de vida.

Palavras-chave: centro de atenção psicossocial, perfil do usuário, saúde mental.

E-mail do autor de contato: rafaella.17429@alunofpm.com.br



IMPORTÂNCIA DA GESTÃO INTEGRADA E FINANCEIRA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Maria Vitória Pereira Teles^a; Laiany Lima de Rezende^a, Carla Aliny Peres Dias^b,
Daniela Cristina Silva Borges^b e Saulo Gonçalves Pereira^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Faculdade Cidade de João Pinheiro, João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A agricultura familiar caracteriza-se por critérios como a predominância da propriedade familiar e a dependência mínima de fatores externos, sendo marcada pela diversidade de produção, englobando uma variedade de cultivos e criação de animais, todavia a parte de gestão, inclusive a financeira, mesmo sendo de grande importância para a sobrevivência da atividade, é, ainda, negligenciada por muitas propriedades. Deste modo, é importante buscar entender a relação destes conceitos pontuando as vantagens dos processos de gestão para a agricultura familiar. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a interseção entre a agricultura familiar e a gestão financeira, visando identificar práticas e estratégias que fortaleçam esse modelo de produção agrícola⁷⁸⁷⁹.

Objetivos: O estudo busca oferecer informações e recomendações para uma administração eficaz dos recursos financeiros nas atividades agrícolas familiares, promovendo a subsistência das famílias, a geração de renda e a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Além disso, destaca a importância da gestão financeira como uma ferramenta essencial para o sucesso e a viabilidade dos empreendimentos familiares no setor agrícola.

Metodologia: A metodologia utilizada foi a Revisão Integrativa da Literatura, que permitiu a análise abrangente da literatura sobre o tema. Foram identificados e analisados 06 materiais relevantes, com base em critérios de inclusão e relevância. **Considerações Finais:** A pesquisa ressalta a importância incontestável da agricultura familiar como alicerce essencial para a segurança alimentar, a sustentabilidade rural e a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Portanto, tanto em âmbito mundial quanto no contexto brasileiro, a agricultura familiar é um pilar inegável para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a preservação ambiental. A gestão financeira é o alicerce do sucesso empresarial, englobando o planejamento, controle e monitoramento das atividades financeiras. Empresas familiares, controladas por membros da mesma família, preservam e fazem crescer o patrimônio ao longo das gerações, com um compromisso notável. Por fim, de acordo com as análises dos textos, a agricultura familiar no Brasil tem passado por uma evolução significativa ao longo das décadas, adaptando-se às mudanças históricas e sociais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Gestão Financeira; Segurança Alimentar; Desenvolvimento Rural Sustentável; Empreendimento Familiar

E-mail do autor de contato: maria.20146@alunofpm.com.br

⁷⁸ MATTE, A. *et al.*: (Des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i1.4317. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317>. Acesso em: 27 set. 2023.

⁷⁹ STAMBERG, A. Modelo teórico metodológico para análise sistêmica da unidade de produção agrícola. **Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 75-95, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/gesto/article/view/317>. Acesso em 15 ago. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ALTERAÇÕES PSICOEMOCIONAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS DIANTE DO ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Andrêssa Caetano Tavares ^a, Constance Rezende Bonvicini ^a, Deivid de Oliveira Barbosa ^a e Luciana de Araujo Mendes Silva ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Esta pesquisa apresenta a problemática da violência doméstica contra a mulher como uma das principais formas de violação dos direitos humanos, decorrente das desigualdades de gênero. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, prevê medidas de segurança pública para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, como a implementação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Assim, visando aprimorar o atendimento à população, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) implementou o Serviço de Prevenção à Violência Doméstica (SPVD) em 2010 na cidade de Belo Horizonte. No entanto, os servidores públicos que atuam no atendimento dessas mulheres podem sofrer desgaste ocupacional, afetando a qualidade do atendimento prestado. **Objetivos:** Verificar se esses servidores públicos apresentam alterações psicoemocionais suficientemente capazes de afetar o desempenho de suas atividades laborais e subsidiar treinamentos e capacitações que contribuam para uma equipe mais qualificada e preparada para atender às necessidades das vítimas de violência doméstica. **Metodologia:** Para lidar com essa questão, foi realizada uma pesquisa de campo com os profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), de Patos de Minas. Essa pesquisa foi realizada após aprovação do CEP/FPM sob o número de parecer 6.081.383, com a utilização de um formulário de pesquisa online contendo trinta questões objetivas que permitiram identificar o nível de alterações psicoemocionais apresentadas pelos servidores em uma escala de quatro níveis, que são: sem alterações, alterações leves, alterações moderadas e alterações graves. **Considerações Finais:** Embora a pesquisa ainda esteja em andamento e até esta ocasião ser notório a baixa adesão em participar do questionário, já foram obtidas algumas observações. Até o presente momento, foi coletado amostra de 12,5% da população estudada, onde foi possível observar que 43% das respostas obtidas demonstram que os participantes apresentam desconforto, mas que ainda assim conseguem suportar ao lidar com alguns casos de violência doméstica. Contudo, ainda se planeja continuar a coleta de dados para aumentar o tamanho da amostra para se obter maiores resultados.

Palavras-chave: alterações psicoemocionais; servidores públicos; violência doméstica.

E-mail do autor de contato: andressa.17339@alunofpm.com.br



PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO ASSOCIADA AO USO DE PRESSÃO POSITIVA CONTINUA NA VIA ARÉA - CPAP EM RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO - RNPT

Víctor José Souto Pacheco ^a, Luiza Araújo Amâncio Sousa ^a, Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a, Eva Mendes Monteiro ^b, Lisieux Fabrícia da Fonseca ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Resumo

Introdução: A prematuridade e o desconforto respiratório são os principais motivos de internação de recém-nascido pré-termo (RNPT) nas unidades de terapia intensiva neonatal. A Pressão Positiva Contínua da Via Aérea (CPAP) é amplamente utilizada na terapia intensiva para o tratamento da insuficiência respiratória do recém-nascido. O correto posicionamento, tamanho e fixação da pronga são imprescindíveis para a prevenção de lesão por pressão do septo nasal, sendo bem posicionada é aquela que não deforma a face do RN e cuja ponte não encosta no septo nasal. **Objetivos:** O objetivo do presente estudo foi identificar as causas de lesão por pressão associadas ao uso de CPAP e como preveni-las corretamente **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, prospectivo, do tipo revisão de literatura, no qual a busca de dados ocorreu mediante consulta nas bases de dados eletrônicas. **Considerações Finais:** Uma das principais consequências do parto prematuro é a insuficiência respiratória, devido à falta de maturidade pulmonar ao nascer, durante o tratamento da insuficiência respiratória com o uso do CPAP, e o uso das prongas nasais, pode ocorrer uma lesão na pele deste RNPT principalmente a lesão do tecido nasal. A prevenção desta lesão deve ser estratégia de toda equipe multidisciplinar que assiste esse RNPT, todos devem estar vigilantes e atentos, na terapia intensiva a prevenção sempre é o melhor remédio. A atenção deve ser redobrada com o uso de hidrocolóide nas áreas da pele em contato com a pronga, com adequado posicionamento no nariz, revezamento entre pronga e máscara, atenção ao tamanho e espessura da pronga, como na qualidade do material que ela é confeccionada. O adequado posicionamento do RNPT na incubadora, deixando de maneira mais organizada e aconchegante possível, evitando assim os deslocamentos frequentes e que o RNPT possa retirar a pronga, e é muito importante que se sinta mais tranquilo durante a terapia.

Palavras-chave: RNPT; CPAP; Lesão por pressão.

E-mail do autor de contato: victorsouto93@gmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

OS REFLEXOS JURÍDICOS NA TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO DIGITAL, BUSCANDO A GARANTIA DA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS FALECIDOS E A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Karoliny Lopes Gonçalves^a e Júlio Alves Caixêta Júnior^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A pesquisa busca analisar a legislação vigente e os projetos de leis que tratam do tema herança digital, especificamente, destacando a falha e ausência de norma sucessórias específicas do patrimônio digital, com a incerteza na destinação das contas virtuais do falecido e a proteção dos seus patrimônios digitais, de sua imagem e honra e os possíveis problemas que possam surgir neste período pós-morte. A pesquisa justifica-se pela recorrência da demanda, na atualidade, e a carência de legislação, o que prejudica a resolução das questões.

Objetivos: O objetivo geral da pesquisa é analisar os reflexos jurídicos no tocante a transmissão e direcionamento do patrimônio digital no direito sucessório, e, de forma específica, identificar o que são os bens digitais; analisar os projetos de lei específicos da sucessão digital; analisar a legislação identificando as lacunas da sucessão digital; e, por fim, verificar o choque de direitos ao transmitir informações pessoais aos herdeiros. **Metodologia:** Metodologicamente, o presente trabalho está definido em uma pesquisa qualitativa e empírica, tendo como natureza do estudo a pesquisa exploratória, com base na legislação, jurisprudência e em autores jurídicos, para entender e argumentar os conceitos e ideias, indo além da descrição de seu objeto de estudo para que os demais possam obter esclarecimentos da temática. **Considerações Finais:** A presente pesquisa explora a aplicação da norma geral de sucessão para transmissão do patrimônio sucessório dos bens digitais e/ou virtuais; e a proteção de dados pessoais como meio de garantir a segurança para os usuários falecidos. Conclui-se que existem apenas um projeto de lei sobre a transmissão digital de maneira específica, o que demonstra a ausência da temática na norma em vigência, que promove a resolução das demandas de sucessão digital com aplicação das normas gerais do direito sucessório.

Palavras-Chave: Direito Sucessório. Patrimônio Sucessório. Herança Digital.

E-mail do autor de contato: karoliny.19343@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

PADRÃO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (COSIF): MODELO DE CONTA PARA INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO CREDENCIADORAS

Claudio Henrique Oliveira Alves^a e Unilson Gomes Soares^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A contabilidade desempenha um papel fundamental no contexto das instituições financeiras, garantindo transparência e segurança nas operações. No Brasil, o Banco Central regulamenta o COSIF, um padrão contábil específico para instituições financeiras, com o objetivo de padronizar o balanço patrimonial e a divulgação financeira. As Instituições de Pagamento (IPs), como as Credenciadoras, são partes essenciais do sistema de pagamentos, permitindo transações eletrônicas e agindo como intermediárias entre os estabelecimentos comerciais e os bancos. **Objetivos:** Este estudo visa desenvolver um plano de contas e demonstrar sua aplicação para Instituições de Pagamento Credenciadoras. Especificamente, incluem analisar os requisitos e procedimentos para criar um modelo contábil para IPs, desenvolver um modelo em conformidade com o COSIF, e fornecer orientações para a implementação eficaz. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, incluindo revisão bibliográfica em artigos científicos e nas normas do COSIF. Foram analisados vários artigos acadêmicos, sites do BCB e portais de contabilidade para embasar teoricamente o estudo. O modelo contábil desenvolvido considera as particularidades das IPs, comparado com modelos existentes e analisado quanto aos resultados obtidos. **Considerações Finais:** O COSIF é essencial para a padronização contábil das instituições financeiras, promovendo a transparência e a conformidade regulatória. As IPs Credenciadoras desempenham um papel crucial na modernização dos pagamentos no Brasil, tornando os pagamentos eletrônicos mais convenientes e seguros. No entanto, a conformidade com as regulamentações contábeis pode ser desafiadora. Este estudo busca fortalecer a eficiência e a conformidade das IPs, contribuindo para o desenvolvimento do setor de pagamentos e apoiando a conformidade regulatória. É imprescindível para o crescimento contínuo das IPs e a evolução do sistema de pagamentos no Brasil.

Palavras-chave: COSIF; Instituições de Pagamento; Credenciadoras; Regulamentação Bancária; Modelo Contábil

E-mail do autor de contato: claudiohenrique999@gmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



OS LIMITES DO TRATAMENTO DESPORTIVO FRENTE AO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Gabriel de Castro Souza^a e Maria Isabel Esteves de Alcântara^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O tiro desportivo é um esporte que está presente nas modalidades olímpicas desde a primeira edição, no ano de 1896 em Atenas. No Brasil, a modalidade vem se tornando cada vez mais abrangente e com maior número de adeptos, sendo designados pela sigla CAC, que significa caçador, atirador e colecionador. Com o passar dos anos, desde a vigência da Lei 10.826/03, diversas modificações legislativas vêm impondo limites para a prática desportiva e estabelecendo uma instabilidade jurídica no esporte. Desde a criação da Lei 10.816/2003, o chamado “Estatuto do Desarmamento”, houve uma inflexibilidade por parte dos legisladores em diversos aspectos que tendem a desestimular e inviabilizar a prática, devido à insegurança jurídica presente nas normas. Com as diversas mudanças desde 2003, principalmente através de decretos, há uma grande variação da legislação para que o atleta tenha segurança para portar seu armamento, realizar seus treinos, deslocar para competições, dentre outras. O presente trabalho acadêmico tem como objetivo analisar as normativas brasileiras sobre os principais limites enfrentados pelos atletas que praticam tiro desportivo apontando os possíveis riscos para a sociedade, como também **Objetivos:** Analisar as normativas brasileiras sobre os principais limites enfrentados pelos atletas que praticam tiro desportivo apontando os possíveis riscos para a sociedade. O presente trabalho se justifica pela necessidade de construir elementos críticos aos leitores em face da escassez de pesquisa sobre o tema, como também contribuir para um melhor entendimento sobre o esporte. **Metodologia:** pesquisa empírica normativa-jurídica, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, pois serão analisadas diversas normas, como também julgados e autores que tratam sobre o tema. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 - A dupla limitação das normas vigentes para os atletas desportivos vinculados aos clubes de tiro; 02 - As superações e retrocessos dos limites normativos para os atletas do tiro desportivo.

Palavras-chave: Estatuto do Desarmamento. Tiro Desportivo. Instabilidade Jurídica. Limites. CAC.

E-mail do autor de contato: gabriel.20784@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

MOBILIZAÇÃO EM RODA DE CONVERSA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA SOBRE SAÚDE FEMININA E DIGNIDADE MENSTRUAL

Julia Cristine Vargas ^a, Maria Denise dos Santos Silva ^a, Thayssa Eduarda de Castro ^a, Elizaine Bicalho ^b e Eva Mendes Monteiro ^c

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b UNIFRAN – Universidade de Franca

^c Universidade Federal de Uberlândia, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil

Resumo

Introdução: Fornecimento livre de absorventes higiênicos para pessoas de baixa renda, estudantes de escolas públicas, moradores de rua ou pessoas em estado de vulnerabilidade, bem como no sistema prisional ou de educação social. Esta foi a diretriz para deferir a RESOLUÇÃO SEE Nº 4.826, DE 09 DE MARÇO DE 2023, da Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Parece uma medida simplista mas não. Hoje, milhares de pessoas menstruadas não têm acesso a absorventes higiênicos. Há meninas que abandonam as aulas por vergonha e mulheres que, em melhores hipóteses, usam papel higiênico para conter o fluxo. Nomeadamente, com a aproximação neste público em condições de vulnerabilidade social e com o objetivo de combater a insegurança menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e outros elementos necessários durante um menstruação, que foi criada uma resolução federal, onde o Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais, no uso de suas competências e de acordo com as diretrizes educacionais da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Federal nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, a Lei Estadual Nº 23.904, de 03 de setembro de 2021, e o Decreto Nº 48.583, de 08 de março de 2023, que dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado”.¹ Sendo assim e de acordo com a resolução supracitada, ficou firmado que as escolas públicas tem o dever de fornecer absorventes higiênicos, estabelecer propostas pedagógicas sobre a dignidade menstrual e prover o conhecimento da menstruação enquanto processo humano natural⁸⁰. **Objetivo:** Promover uma discussão íntegra entre os alunos da rede pública sobre pobreza e dignidade menstrual, visando a promoção de atividades educativas para prevenção de doenças e apoiar a redução da ausência às aulas devido ao período menstrual. **Metodologia:** Revisão bibliográfica narrativa a partir de buscas no Google Acadêmico, sem restrição de tempo utilizando as palavras chave "dignidade menstrual". **Considerações Finais:** Perante os estudos efetivados fica claro a importância da interferência da rede de educação, para adentrar tanto na vida desses alunos, quanto na família deles e também, portanto na sociedade. Desta forma, com uma lógica socioeducativa e com o objetivo de prover menor desigualdade, esquivar constrangimentos e promover uma educação digna em rodas de conversas com profissionais da saúde, fornecimento de absorventes, orientações quanto ao uso e descarte dos absorventes higiênicos, trabalhos sociais dos alunos e o foco em diminuir a ausência da frequência escolar e *bullying*.

Palavras-chave: dignidade menstrual, menstruação, absorvente higiênico.

E-mail do autor de contato: julia.24988@alunofpm.com.br

⁸⁰ SAÚDE, Ministério. RESOLUÇÃO SEE Nº 4.826, DE 09 DE MARÇO DE 2023. Educação.mg. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/4826-23-r-Public-10-03-23.pdf>. Acessado em: 25/09/2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

MENSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Bárbara Camille Menezes ^a, Carlos Eduardo Caliar Pereira ^a, Lara Gabrielle de Oliveira ^a, Eva Mendes Monteiro ^a e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A menstruação é uma etapa fisiológica e natural de toda mulher, não havendo fecundação o endométrio se descama e ocorre o sangramento. A maioria das mulheres optam por métodos mais práticos de absorventes, entretanto, os resíduos gerados pelo uso de tais alternativas descartáveis geram um alto impacto pessoal e ambiental. Existem formas de absorventes sustentáveis, como o coletor menstrual, usados internamente, de material hipoalérgico e respirável; panos dobrados e calcinhas absorventes, feitos de tecido lavável, absorvível e confortável. Métodos como esses, são ecologicamente conscientes, naturalizando a menstruação e alterando a visão da mulher sobre o ciclo^{81,82}. **Objetivos:** Apresentar opções dos diversos produtos ecológicos e sustentáveis a serem utilizados no período menstrual, diminuindo o impacto ambiental e priorizando o conforto, a liberdade, a aceitação e a sustentabilidade. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa de maneira qualitativa, por meio de revisão de literatura e procura de materiais em plataformas digitais. Tal pesquisa foi desenvolvida em cima de artigos científicos publicados na seguinte base de dados: Google Acadêmico. **Considerações:** O tema abordado neste trabalho é de extrema importância social, econômica, ambiental e pessoal, pois interfere diretamente na saúde e no futuro do planeta. Tendo em mente que a decomposição de um plástico, leva cerca de 400 anos, esse detrito não será desfeito facilmente. Portanto, se faz necessário, compreender o tema como um gesto de responsabilidade, além de informar as mulheres, para que conheçam o assunto, as opções sustentáveis, seus benefícios e as consequências para o meio, a fim de evitar a superlotação de lixões e aterros com plásticos de difícil reciclagem e promover o empoderamento e a liberdade feminina.

Palavras-chave: menstruação; ciclo; sustentabilidade; impacto ambiental; absorvente

E-mail do autor de contato: barbara8camille@gmail.com

⁸¹ VIANA, Esther Moreira. O uso de opções sustentáveis durante o ciclo menstrual: possíveis impactos para redução dos resíduos sólidos. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**, Pernambuco, p. 1-57, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/949>. Acesso em: 27 set. 2023.

⁸² ERNANDES, Camila Carvalho. A quebra de tabus sobre menstruação e práticas sustentáveis. **Universidade Federal do Pampa**, São Gabriel, p. 1-33, 09 jul. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/4529>. Acesso em: 27 set. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ACERCA DO USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS

Erick Douglas Gonçalves de Jesus ^a ; Murilo Campos Silva ^a; Gabriel Henriques Silva ^a; Gabriel Rhichard Ribeiro Oliveira ^a ; Laura Luísa Tavares Braga ^a ; Vinicius Pereira Passos ^a e Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Agrotóxicos, produtos fitofarmacêuticos, comumente conhecidos como pesticidas ou agrotóxicos, estão sendo utilizados como forma de controle de pragas em áreas de plantio durante as últimas décadas, seu uso se tornou prática indispensável na agricultura contemporânea. Segundo historiadores, a humanidade iniciou a prática da agricultura a aproximadamente 12 milênios atrás⁸³. Dessa forma, tendo como resultado tal passagem de tempo o aprimoramento e aperfeiçoamento de técnicas de cultivo, no entanto, os agrotóxicos surgiram como forma de reduzir perdas consequentes dos ataques de pragas, como por exemplo insetos que acabam se alimentando do plantio. Em virtude disso, os Agrotóxicos também geram consequências negativas, tais como a destruição de insetos benéficos à lavoura, como as abelhas e outros polinizadores. Por consequência, é natural prever que os pesticidas também geram deterioração sobre o solo e os recursos hídricos locais. **Objetivos:** Diante do exposto, a presente pesquisa, objetiva demonstrar através de análise dos julgados nos tribunais brasileiros, disputas e decisões referentes ao uso indiscriminado de Agrotóxicos. Avaliar critérios de classificação, autorização, e importação praticados pela ANVISA. Pesquisar jurisprudência e identificar possíveis falhas no ordenamento jurídico e os possíveis impactos ambientais causados pelo uso inconsequente de agrotóxicos; bem como a existência de casos assertivos decorrentes de boas práticas. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. A técnica utilizada consiste na jurisprudencial, utilizando análise dos dados da Teoria da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin⁸⁴. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 1.0- A irresponsabilidade nos critérios de classificação, autorização, e importação praticados pela ANVISA. 1.1 As recentes autorizações da ANVISA quanto ao uso de agrotóxicos proibidos em diversos países. 1.2 - A politização do órgão regulamentador e os impactos dessas decisões. 2.0- A falta de controle bem como flexibilidade de processos fiscalizadores. 2.1- A baixa eficácia na aplicação de sanções em casos de transgressão confirmada. 3- Os relatos de experiências de sucesso com produtores em conformidade com a norma e a fiscalização.

Palavras-chave: agrotóxicos, ANVISA, fiscalização.

E-mail do autor de contato: gabriel.25422@alunofpm.com.br

⁸³ MAZOYER M., ROUDART L. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010 História das agriculturas no mundo docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/HISTORIA%20DA%20AGRICULTURA/Historia_das_agriculturas.pdf

⁸⁴ BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL COLETADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO NORMATIVA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NO ALTO PARANAÍBA EM MINAS GERAIS

Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a e Flavia Oliveira Guedes Silva ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O tratamento de dados sensíveis da população municipal que estão sob responsabilidade da administração pública municipal dos municípios que compõem o Alto Paranaíba, necessitam de adequação normativa assim como de constante atualização no processo de governança para assegurar que haja segurança da informação. **Objetivos:** O objetivo geral deste trabalho é analisar como é feita a proteção de dados dos cidadãos na gestão pública dos municípios do Alto Paranaíba em Minas Gerais apontando a efetividade da aplicação da LGPD⁸⁵ e LAI⁸⁶ nas gestões municipais. E de forma específica, identificar as falhas da gestão pública na aplicação da LGPD; conhecer as regras definidas pela LGPD acerca da proteção de dados dos cidadãos - público e não públicos (sensíveis); entender como a “transparência” (LAI) está sendo aplicada para sites e divulgação das informações das prefeituras; analisar os Programas de governança dos municípios do Alto Paranaíba e analisar a necessidade de Programas de compliance administrativo. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa de cunho documental e jurisprudencial para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se as dificuldades no tratamento de dados sensíveis da população municipal coletados pela Administração Pública Municipal para compor banco de dados necessário ao serviço público. Na segunda parte, verificou-se a necessária alteração nos procedimentos de gestão para o tratamento de dados sensíveis da população municipal. **Considerações Finais:** A pesquisa encontra-se em andamento com os seguintes resultados preliminares: existe a necessidade de adequação normativas das prefeituras do Alto Paranaíba para a realização do tratamento de dados sensíveis da população municipal coletados pela Administração Pública. A referida necessidade existe devido às dificuldades no tratamento de dados sensíveis da população para compor banco de dados necessário ao serviço público municipal. Além do que, essa necessidade gera uma possível alteração nos procedimentos de gestão para o tratamento de dados sensíveis da população municipal.

Palavras-chave: LGPD; LAI; dados sensíveis; governança; compliance.

E-mail do autor de contato: flavia.20944@alunofpm.com.br

⁸⁵ BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. **Planalto**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13709&ano=2018&ato=293QzZ61UeZpWT79e> (art. 1º).

⁸⁶ BRASIL. Lei de Acesso à Informação. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm (art. 1º).

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



O OBJETIVO E A IMPORTÂNCIA DAS VACINAÇÕES NA INFÂNCIA

Adrielle Yorrane Carneiro ^a, Arthur Gonçalves de Marins ^a, Natalia Alves Batista ^a, Ana Clara Soares Costa ^a, Eva Mendes Monteiro ^a e Elizaine Bicalho ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A vacina é uma aliada na prevenção de doenças, aumentando a proteção do nosso sistema imunológico com modificações genéticas de vírus ou outro agente patológico. Mediante essa informação, a vacinação infantil é crucial na prevenção de doenças infecciosas, que em um passado não tão distante causava a morte de muitas crianças. A forma de imunização ativa contra a forma grave de tuberculose, que era utilizada a vacina da BCG, ganhou 100% de cobertura vacinal somente em 1995. Com um estudo feito, a utilização da cobertura vacinal para tríplice (difteria, tétano e pertussis) só chegou a 95% em 70% dos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Tocantins e Sergipe, no ano de 2000. Com essa significativa contribuição da cobertura vacinal, a mortalidade infantil teve uma redução drástica em comparação aos anos anteriores. Servir como aliado da saúde divulgando a importância e informações sobre a vacinação infantil com o objetivo de prevenir mortes e prolongar a expectativa de vida. Embora alguns anticorpos sejam transmitidos através da placenta e durante a amamentação, o nosso sistema imunitário ainda é imaturo. A vacinação permite-nos introduzir no sistema imunitário das crianças bactérias às quais nunca foram expostas, para que, quando expostas às bactérias, possam desenvolver uma resposta imunitária mais eficaz. **Objetivos:** Descrever sobre a importância e a informação da vacinação na fase infantil. **Metodologia:** Revisão narrativa de literatura **Considerações Finais:** A maioria dos médicos segue o calendário de vacinação recomendado pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças. Atrasos significativos nas vacinações colocam as crianças em risco de doenças graves evitáveis por vacinação. A não vacinação levará à propagação de agentes infecciosos e facilitará o surgimento de doenças. Isto não prejudicará apenas aqueles que deixarem de ser vacinados, mas também aqueles que não estão imunes. O papel da enfermagem é fundamental para proporcionar maior segurança, conhecimento sobre vacinas, apoio em todo o processo no esclarecimento de dúvidas e contraindicações. Múltiplos fatores contribuem para a hesitação em vacinar, uma delas é as redes sociais e famosas fake news, e devido à essa falta de desinformação colocam em risco vidas.

Palavras-chave: vacinação, importância, infantil.

E-mail do autor de contato: eva.monteiro@faculdepato demuina.edu.br]



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

OS BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA NA SAÚDE DO IDOSO

Kelen Cristina Silva Bueno^a e Mariane Fernandes Ribeiro^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos nossos grandes desafios. Em todo o mundo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo rapidamente em comparação com outras faixas etárias. Sabe-se atualmente que a equoterapia realizada em indivíduos idosos ajuda a aumentar o equilíbrio e reduzir o risco de quedas. **Objetivos:** Compreender os efeitos da Equoterapia nas alterações fisiológicas do envelhecimento, destacando os benefícios para a população idosa. **Metodologia** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, por meio de artigos científicos, retirados das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Durante a busca foram utilizados os descritores “Terapia assistida por cavalos”, “Equoterapia”, “Fisioterapia” e “idosos”. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode-se evidenciar que equoterapia é um recurso terapêutico inovador e complementar no tratamento de idosos. Em contato com o animal, o idoso sente-se mais desinibido, e estimulado a conversar e interagir com o animal, permitindo contato através de toques e carinhos com o animal. Essa relação com o cavalo reduz a sensação de estar só e assim, o idoso sente-se mais acolhido e amado a proposta é que seja uma atividade lúdica e prazerosa, diferente de uma fisioterapia tradicionais. Os estudos sugerem uma melhora do equilíbrio, por meio da intervenção com equoterapia, que ocorre em razão do movimento tridimensional, rítmico e balançante realizado pelo cavalo. Constatou-se que a Equoterapia influenciou na qualidade de vida dos idosos, diminuindo os sintomas do quadro de desequilíbrio.

Palavras-chave: equoterapia; envelhecimento; benefícios.

E-mail do autor de contato: kelen2001cristina@gmail.com



CEFALEIA EM SALVAS: UM RELATO DE CASO

Ana Heloísa Pereira Rabelo ^a, Geovane Cleber de Oliveira Júnior ^a, João Vitor Antônio de Oliveira ^a, Tais Alves dos Reis ^a e Cizelene do Carmo Faleiros Veloso Guedes ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A cefaleia em salvas caracteriza por uma dor intensa unilateral, localizada na região temporal ou em volta do olho, que dura pouco tempo, acompanhada por congestão nasal ou coriza e, às vezes, uma pálpebra caída, lacrimejamento e rubor na região. As dores normalmente ocorrem regularmente durante um período de um a três meses, seguido de um período livre de dor, chamado de período de salvas, com predisposição para início nas primeiras horas de sono. O tratamento da cefaléia em salvas deve ser iniciado de imediato aos sinais e sintomas.

Objetivos: Apresentar um relato de caso com a finalidade de elucidar para a comunidade científica através do presente relato um caso de cefaleia em salvas. **Metodologia:** Relato de caso - Paciente do gênero feminino, 38 anos, branca, do lar, compareceu ao consultório odontológico relatando dores na região da articulação temporomandibular e pontadas na cabeça na região do ouvido e osso temporal e que era referida para o osso occipital direito, sendo notada 2 (dois) dias antes da consulta. Paciente descreveu que a dor tornou-se insuportável na madrugada seguinte ao início dos sintomas, com lacrimejamento dos olhos. A descrição era uma dor constante, pulsátil e insuportável, apenas no lado direito que tinha duração de cerca de 4 horas. Paciente também relatou bruxismo do sono diagnosticada há mais de 5 anos, estalos na articulação temporomandibular do lado direito, característico de um deslocamento de disco com redução (DDCR) e migrânea. **Considerações Finais:** Devido aos achados clínicos e aos sinais e sintomas apresentados pela paciente foi feito o diagnóstico de cefaléia em salvas. A conduta terapêutica incluiu oxigenioterapia com saturação de 100% pelo menos 4 vezes por dia, triptano e corticoide via oral. No dia seguinte a dor já estava controlada e a paciente seguiu com o protocolo medicamentoso. As demais comorbidades DDCR e migrânea estão sob tratamento e devidamente controlados.

Palavras-chave: articulação temporomandibular; bruxismo do sono; cefaleia; dor facial.

E-mail do autor de contato: rabeloana10@gmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

TRATAMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM LEUCEMIA

Bruna Ramos de Lucena^a, Amanda Martins Santana^a, Danilo Eustaquio de Oliveira Almeida^a, João Paulo Cardoso de Oliveira^a, Welliton Ermerson Pereira Marques^a, e Cizelene do Carmo Faleiros Veloso Guedes^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Na odontologia a saúde da cavidade oral é um reflexo sistêmico do indivíduo, onde, em pacientes sistematicamente comprometidos a má higienização torna-se um fator de risco para o surgimento de doenças periodontais, e age de forma agravante em complicações infecciosas e/ou sistêmicas. Algumas anormalidades citogenéticas têm aparecido na maioria dos casos, sendo que alterações cromossômicas podem inativar o gene supressor de tumor ou ativar os oncogêneses, permitindo a proliferação irregular de células hematopoiéticas como a Leucemia. Esta é uma neoplasia que desenvolve nas células tronco da medula óssea e os sinais mais comuns de aparecimento das manifestações orais da doença são hemorragia, hiperplasia gengival e alterações ósseas. E as alterações bucais mais comuns causadas pelo tratamento antineoplásico são: a mucosite, xerostomia, candidíase, lesões aftosas e risco de sangramento^{87, 88}. **Objetivos:** Mostrar a necessidade e alerta do tratamento odontológico às pessoas com o diagnóstico de leucemia, para prevenção e tratamento de alterações bucais, ressaltando a importância do conhecimento do dentista a pequenos sinais. E mostrar como o cirurgião-dentista tem papel fundamental no diagnóstico precoce das leucemias, pois seus sinais ou sintomas podem ocorrer na boca, sendo mais comum nas fases agudas da doença. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão de literatura por meio de revistas e artigos científicos publicados nas bases de dados do Google acadêmico, Scielo e BVS, publicados nos últimos 10 anos. **Considerações Finais:** O atendimento odontológico ao paciente leucêmico é necessário e de extrema importância, pois é na cavidade oral que surgem as primeiras alterações que são divididas em agudas e crônicas, sendo possível o diagnóstico pelo dentista por meio da identificação de alterações primárias que surgem na cavidade oral em decorrência do desenvolvimento da doença. E é importante também o papel do dentista na prevenção, diagnóstico e tratamento de possíveis alterações bucais decorrentes do tratamento antineoplásico, concedendo mais qualidade de vida ao paciente oncológico.

Palavras-chave: Neoplasias bucais, Leucemia; Tratamento odontológico.

E-mail do autor de contato: bruna.20019@alunofpm.fpm.br

⁸⁷ OLIVEIRA, C. S. TRATAMENTO ODONTOLÓGICO EM PACIENTES COM LEUCEMIA UMA REVISÃO DE LITERATURA. Revista Interciência - IMES Catanduva v. 1 n. 11 2023

⁸⁸ DE SOUZA COSTA, Sueli; SOUSA, Hiran Reis; COSTA, Izolda Souza. O papel do cirurgião-dentista no diagnóstico precoce da leucemia e sua responsabilidade ética e legal—revisão de literatura. *Revista Brasileira de Odontologia Legal*, v. 4, n. 2, 2017.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E SUAS IMPLICAÇÕES LEGAIS

Heberton Duarte de Sousa^a · Gabriel Oliveira Trentini^a · Kelly Noaty dos Reis^a ,
Lorrany Mayara Ribeiro Silva^a , Maria Eduarda Martins Regis^a e Weverton Augusto
da Silva^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Há muitos anos pesquisadores buscam criar alimentos mais nutritivos, que aguentem as intempéries da natureza e principalmente a busca de soluções para combater as pragas. Existem muitas dúvidas sobre os impactos dos alimentos modificados geneticamente no ser humano, o que gera conflitos legais no campo do direito do consumidor em relação às informações sobre o produto que está sendo consumido. O Código de Defesa do Consumidor regulamenta em seu artigo 31 o dever de informar sobre o produto, estabelecendo que os produtos e serviços devem assegurar informações corretas informando sobre os riscos que o produto pode causar ao consumidor. Apesar de todas as normas vigentes, a rotulagem não têm sido cumpridas ou é feita de forma deficiente ou imprópria para o público alvo. Portanto é necessário que as pessoas tenham mais informações do que estão consumindo de forma clara e objetiva acerca de suas características bem como a quantidade, qualidade, sua origem e dentre outros, permitindo o consumidor a livre escolha quanto ao alimento que se pretende consumir. **Objetivos:** O presente Trabalho traz como objetivo geral mostrar a normativa que regulamenta a informação ao consumidor, sobre os alimentos transgênicos. Também foram traçados outros específicos: avaliar as falhas normativas sobre a vistoria referente à informação em rótulos; e Apresentar as lacunas das normas referente a alimentos transgênicos; **Metodologia:** Para proceder a pesquisa, foi realizado A revisão bibliográfica, com método dedutivo e estudos monográficos onde foram consultadas em sites, artigos científicos, como scielo e google Acadêmico e Leis relacionadas aos alimentos transgênicos, após a seleção e identificação procedeu-se a análise dos conteúdos resultando o resumo do nosso trabalho, a pesquisa foi realizado no mês de Setembro de 2023, no qual também foi utilizada a pesquisa de jurisprudências, que demonstra o entendimento que o judiciário possui sobre o estudo abordado, por meio das decisões dos tribunais. **Considerações Parciais:** A pesquisa demonstra que há normas que regulamentam o direito à informação em rótulos dos alimentos que sejam geneticamente modificados, O IDEC, na sua representação de órgão de defesa do consumidor, está sendo considerado ágil e eficiente diante da problemática e da realidade brasileira, dando ênfase aos direitos básicos do consumidor: direito à informação e o direito de escolha, alicerçado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC). Logo, fica claro que o presente trabalho não visa esgotar o assunto que envolve a transgenia, muito menos adotar uma posição sobre ser favorável ou não aos mesmos, mas tentar contribuir com a análise do tema abordando alguns aspectos ligados aos direitos fundamentais como o da informação nas relações de consumo.

Palavras-chave: Alimentos transgênicos, alimento geneticamente modificado, Direito do Consumidor, Rotulagem, Direito à informação

E-mail do autor de contato: gabriel.26794@alunofpm.com.br.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



DOENÇAS LABORAIS EM CONTADORES: PRINCIPAIS AGRAVOS E PREVENÇÃO

Fernanda Rocha Alves ^a, Constance R. Bonvicini e Gisele Vaz Dias ^b

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Universidade Federal de Uberlândia, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil

Resumo:

Introdução: Na gestão de pessoas, entender o comportamento do sujeito e os significados de seu trabalho exige entender técnicas de dominação e técnicas de si mesmo, ou seja, a interação entre essas duas técnicas. Dentro de uma visão da gestão de pessoas pode-se falar do homem em sua forma singular. Momento em que se enfatiza que o homem é um ser constituído de corpo e consciência, e que sua gestão só pode ser compreendida em relação a algo, sendo desprovida de todo e qualquer pré-conceito. **Objetivos:** O objetivo desse trabalho foi retratar sobre doenças laborais em contadores, enfatizando os transtornos mentais, os principais agravos e formas de prevenção. **Metodologia:** O desenvolvimento da metodologia dessa pesquisa aconteceu através de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, de estudo teórico de autores que tratam sobre as temáticas: gestão de pessoas, saúde mental e trabalho, que foram usadas como descritores. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados, pode se evidenciar que cada trabalhador é único, tem seus valores, e na relação que estabelece com a empresa, essa exerce influência em sua saúde mental. Cada empresa possui seus modos de socialização, seus costumes e cultura, e diversos aspectos como liderança, organização do trabalho e condições de trabalho, que podem levar o indivíduo a desenvolver mecanismos de defesas e sintomas psicossomáticos para lidar com tais aspectos, uma vez que cada colaborador sente e reage de um modo diante de determinadas situações de trabalho. A dificuldade de se relacionar com a chefia e com os pares pode ser evidenciada por vários fatores, como o contexto social e familiar, a personalidade e as instituições das quais fez parte durante sua história de vida. Nota-se a importância do aumento da expressão da subjetividade, o que perpassa por atividades que envolvam saúde, bem estar, equilíbrio nas relações interpessoais e sociais como as principais formas de prevenção de transtornos mentais em contadores.

Palavras-chave: Estresse laboral, Gestão de pessoas e saúde mental e trabalho

E-mail do autor de contato: fernada.17606@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Giovanna Gabrielle de Oliveira Castro ^a, Guilherme José Fernandes Silva ^a, Gustavo Lucas Barros Valadão ^a, Laura Alves Dias ^a, Marielle dos Santos Silva ^a, Pedro Henrique Cordeiro Caldas ^a e Cintia Nogueira de Lima ^b

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Faculdades Milton Campos, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Resumo

Introdução: O planejamento urbano é uma disciplina que trata do processo de criação e desenvolvimento de programas e serviços que visam melhorar a qualidade de vida dos moradores de áreas urbanas existentes ou planejadas. O objetivo do planejamento urbano é responder aos problemas enfrentados pelo ajuntamento de muitas pessoas em uma mesma área habitacional, estudar o crescimento e funcionamento das cidades já existentes ou planejadas, e tem como intuito melhorar a qualidade de vida da população. Sem uma efetiva maneira de administrar o habitat urbano no qual a população se encontra, problemas estão fadados a ocorrer, visto que houve um período muito grande em que a cidade de Patos de Minas ficou sem seu Plano Diretor, uma ferramenta essencial para o desenvolvimento urbano. Com a implementação do mesmo, a população é capaz de enxergar como a cidade se desenvolve de maneira positiva. **Objetivos:** Conhecer o planejamento urbano de Patos de Minas, mapear os principais problemas, sugerir possíveis melhorias ao planejamento patense. **Metodologia:** Para tanto, foi utilizada uma pesquisa por meio do quadro de coletas e análise preliminar para pesquisa exploratória, usando as fontes formais do direito (lei, analogia, costumes), além de ampla pesquisa em doutrinas e artigos sobre o assunto. **Considerações Finais:** Diante do exposto, com o planejamento urbano é possível idealizar a melhor maneira de enfrentar as consequências do urbanismo moderno. As cidades planejadas são vistas como um sistema integrado, regado por um Plano Diretor responsável por ditar o que é necessário para a qualidade de vida coletiva.

Palavras-chave: plano diretor, planejamento, urbanismo.

E-mail do autor de contato: marielle.21547@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

A ABORDAGEM POLICIAL E SUA RESTRIÇÃO EM FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

Caik Moises da Silva^a e Cintia Nogueira de Lima Valle^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: As ações policiais para abordar um cidadão são, ao mesmo tempo, um meio de fiscalização e um método necessário para trazer segurança aos brasileiros. Permitem uma sensação de segurança às pessoas e certamente reduzirão a criminalidade no Brasil. É importante ressaltar que, embora os métodos policiais tragam segurança, quando bem executados é difícil dizer que são realmente 100% (cem por cento) eficazes. A ocorrência frequente de reclamações dos cidadãos levou o Estado a olhar mais de perto para os aspectos da sociedade, de forma que essas abordagens não se desviem do conteúdo dos direitos básicos dos cidadãos. A fim de salvaguardar os direitos básicos dos cidadãos e o respeito dos funcionários públicos pela sociedade, foi formulado o pacote anti-crime para proteger os cidadãos de ordens arbitrárias e abuso de poder, e para aumentar as penas para agentes da polícia e funcionários públicos que cometem crimes. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é compreender a relação do TJMG com os métodos policiais e suas limitações em relação aos direitos fundamentais dos cidadãos. **Metodologia:** Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado uma pesquisa do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, juntamente com fontes primárias e secundárias, através dos métodos indutivo e dedutivo e com a técnica jurisprudencial. **Considerações finais:** Diante de todo exposto, a pesquisa demonstrou que o direito não limita especificamente até onde chega a restrição na abordagem, criando assim, um limite emocional para o agente policial, uma vez que a autoridade não tendo como certo até onde pode chegar na abordagem, acredita que pode ir até onde sua consciência mandar, criando uma insegurança na abordagem em face ao cidadão abordado. Este trabalho encontra-se em andamento.

Palavras-chave: abordagem; policial; cidadão; segurança.

E-mail do autor de contato: caik.19945@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

CONSEQUÊNCIAS DA CONTAMINAÇÃO ALIMENTÍCIA POR AFLATOXINAS: UMA PERSPECTIVA SOCIAL

Mario Gabriel Castro Tanaka ^a, Isabella Fabricio Gomes Piffer ^a, Livia Teotônio Trufeli ^a e Livia Maria Della Porta Cosac ^a

^a Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Resumo

Introdução: As aflatoxinas, tipos de micotoxinas, podem afetar diversos grãos importantes para a agricultura, como amendoim, milho e soja. Os agentes responsáveis pela produção dessas toxinas, os fungos *Aspergillus*, têm sua presença e crescimento favorecidos por inadequações no plantio, colheita, armazenamento e transporte. Os fatores que favorecem a vulnerabilidade desses grãos envolvem erros no prazo de colheita e secagem de sementes, no controle de temperatura, aeração, umidade e pela vulnerabilidade a secas e pragas. Tal situação é reforçada por lacunas de conhecimento e falta de acesso a tecnologias. Esse processo afeta também a pecuária e seus produtos derivados, pois grande parte das rações se originam de colheitas afetadas pelas aflatoxinas. Como resultado, algumas patologias, como o hepatocarcinoma, podem ser desencadeadas em indivíduos que consomem esses produtos. **Objetivos:** Buscou-se demonstrar as consequências e os riscos sociais na comunidade associados à contaminação alimentícia pelas aflatoxinas. **Metodologia:** Esta é uma revisão integrativa que utilizou 12 artigos de maior relevância do assunto do período de 1995 a 2022, nos idiomas inglês e português, com os descritores “aflatoxina”, “hepatocarcinoma”, combinações entre eles e o booleano “AND”. As plataformas utilizadas para a pesquisa foram PubMed e SciELO. **Considerações Finais:** Uma vasta parcela das produções agrícolas mundiais são afetadas pela presença das aflatoxinas. Seu grande impacto é no desenvolvimento cancerígeno, em especial, no do carcinoma hepatocelular. Além disso, intoxicações agudas e crônicas podem ser outro resultado desse contágio, afetando comumente países em desenvolvimento. Os fatores sustentadores associados a essa condição incluem tanto a falta de informação sobre as aflatoxinas quanto a falta de acesso às técnicas e tecnologias, acarretando maior vulnerabilidade às populações que estão afetadas pelos efeitos deletérios dessas toxinas. Por fim, dificulta-se a prevenção, favorecendo essa cadeia de contaminação.

Palavras-chave: aflatoxinas; aspergillus; contaminação de alimentos; saúde coletiva.

E-mail do autor de contato: mariogabriel.tanaka@gmail.com



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

AFLATOXINA B1 E HEPATOCARCINOMA: UMA ASSOCIAÇÃO PATOLÓGICA

Isabella Fabricio Gomes Piffer^a, Mario Gabriel Castro Tanaka^a, Livia Teotônio Trufeli^a e Livia Maria Della Porta Cosac^a

^a Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Resumo

Introdução: Os fungos *Aspergillus* são os agentes produtores de substâncias chamadas aflatoxinas, sendo a AFB1 o principal subtipo desses compostos. Tais toxinas são encontradas, em especial, em grãos importantes para o consumo, como soja, milho, trigo e amendoim. Inadequações no plantio, colheita, armazenamento, transporte ou processamento são fatores predisponentes para essa contaminação, afetando alimentos desde o setor primário (agricultura e pecuária) até seus produtos derivados, podendo atingir os seres humanos. Em íntima associação a essa toxina, o hepatocarcinoma é uma doença crônica que pode ter suas vias patológicas desencadeadas pela interação com a AFB1, a partir de processos de mutação gênica. **Objetivos:** Estabelecer a patogênese do hepatocarcinoma como resultado da interação com aflatoxina do subtipo B1. **Metodologia:** Esta é uma revisão integrativa que utilizou como plataformas de busca o PubMed e SciELO. Foram escolhidos 12 artigos de maior relevância do assunto do período de 1995 a 2022, nos idiomas inglês e português. Os descritores utilizados na busca foram “aflatoxina” e “hepatocarcinoma”, além do booleano “AND”. **Considerações Finais:** Essas micotoxinas são destacadas como o agente de origem natural com maior potencial carcinogênico conhecido. A interação molecular entre os epóxidos resultantes do metabolismo da AFB1 com o material genético é um fator que corrobora para a ocorrência de mutações a partir da substituição de bases nitrogenadas em genes importantes para a proteção do organismo a tumores. A inibição do gene supressor p53 e a ativação de genes oncogênicos como o Kras, além da desnaturação de proteínas essenciais para a proteção contra o desenvolvimento cancerígeno são consequências desse processo interativo. Conclui-se que o consumo humano dessas substâncias possui grande relação com o desenvolvimento do hepatocarcinoma.

Palavras-chave: aflatoxinas; carcinoma hepatocelular; aspergillus; micotoxinas.

E-mail do autor de contato: isaapiffer@gmail.com



A DEVIDA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS FRENTE AOS PROBLEMAS OCASIONADOS POR MULTINACIONAIS DO SETOR DE *FAST FOOD*: UM ESTUDO DE CASO EM MINAS GERAIS/BRASIL

Michelle Lucas Cardoso Balbino^a e Karolainy Jenniffer de Oliveira Soares^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Os *fast food* são comidas servidas prontas para consumo. O termo *fast food* é frequentemente usado de forma intercambiável. A maioria das *junk food*, ou seja, comidas não saudáveis, são *fast food*, pois são preparados e servidos rapidamente. A cultura do *fast food* é uma tendência emergente entre as pessoas mais novas. A disponibilidade, sabor, baixo custo, estratégias de marketing tornam populares entre crianças e adolescentes. Rápidos restaurantes de comida estão preparados para maximizar a velocidade, eficiência e conformidade. O menu é mantido limitado e padronizado essencialmente para minimizar a espera e tempo para que os clientes comam rapidamente e saiam. O setor de *fast food* é um dos ramos de maior crescimento na área de alimentação. A proteção das crianças e adolescentes é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e as empresas multinacionais como McDonald's, que buscam o aperfeiçoamento das normas internas de proteção das crianças e dos adolescentes nos códigos de ética das multinacionais é essencial para garantir sua segurança, e promover a responsabilidade social em seu código de ética. **Objetivos:** comparar as normas estatais de proteção das crianças e as normas internas sobre o tema presentes nos códigos de ética das multinacionais do setor de *fast food* localizadas em Minas Gerais, atualmente. E de forma específica, definir como as normas estatais vigentes realizam a proteção das crianças no Brasil; compreender e entender como a jurisprudência destaca a proteção das crianças em Minas Gerais no ramo de *fast food*; e também conhecer as normas de proteção das crianças existentes nos documentos empresariais (código de ética e conduta) do McDonald's, KFC, Pizza Hut, Taco Bell e Starbucks, foram as multinacionais selecionadas localizadas em Minas Gerais; e por fim identificar a responsabilidade social corporativa (RSC) das multinacionais diante das falhas na efetivação das próprias normas internas (autorregulação). **Metodologia:** A metodologia aplicada é pesquisa qualitativa, com fontes primárias (pesquisa de campo) e secundária (referencial teórico), visando o conhecimento doutrinário acerca da matéria, além de utilizar o método dedutivo e como técnicas de pesquisa a abordagem conceitual (investigação teórica) e análise documental (pesquisa empírica – Códigos de Ética e Condutas). **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode se evidenciar que é recomendável que as multinacionais do setor de *fast food* em Minas Gerais revisem e aprimorem suas normas internas de proteção das crianças e adolescentes, incluindo disposições relacionadas à segurança, bem-estar e responsabilidade social corporativa. Isso pode contribuir para um ambiente mais seguro e ético para os jovens consumidores. Em última análise, este trabalho destaca a necessidade de harmonizar as normas empresariais com as regulamentações estatais, promovendo a proteção das crianças e adolescentes em um setor de rápido crescimento, como o de *fast food*. Além disso, enfatiza a importância da pesquisa acadêmica na promoção de mudanças e no avanço do conhecimento sobre questões relacionadas aos direitos humanos e à responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: Códigos de Ética e de Condutas; Multinacionais; *fast food*; Minas Gerais/Brasil.

E-mail do autor de contato: karolainy.20468@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



O DIAGNÓSTICO DA LEUCEMIA

Eduarda Pereira Rodrigues ^a, Victor José Souto Pacheco ^a, Saymon Alexsander Alves Oliveira ^a, Eva Mendes Monteiro ^a e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O diagnóstico da leucemia na maioria das vezes é complicado devido à sua natureza complexa e sintomas inespecíficos que podem se sobrepor a outras condições médicas. Existem vários desafios associados ao diagnóstico da leucemia como sintomas inespecíficos iniciais, tais como: fadiga, febre, perda de peso, dor nos ossos e articulações, estes sintomas são comuns em outras patologias, podendo levar atraso no diagnóstico. Outro obstáculo enfrentado ao realizar o diagnóstico da leucemia é a falta de acessibilidade no tratamento, é uma preocupação que afeta a qualidade de vida e a perspectiva de sobrevivência dos pacientes. O tratamento da leucemia pode ser caro, envolvendo despesas significativas, como consultas médicas, exames de laboratório, radioterapia, quimioterapia, transplante de medula óssea, medicamentos e hospitalizações. Isso tudo gera uma carga financeira insustentável para os pacientes e seus familiares dificultando ainda mais o tratamento. **Objetivo:** É identificar a presença da doença de forma clínica e laboratorial, alertando sobre os sintomas, avaliar o estágio da doença e fornecer informações essenciais para o planejamento do tratamento. **Metodologia** Para a pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica com buscas feitas em artigos científicos, disponibilizados em sites como Scielo e google acadêmico. **Considerações Finais:** O diagnóstico precoce da leucemia é de extrema importância e pode ter um impacto significativo na vida e na perspectiva do tratamento. Pacientes que recebem tratamento nas fases iniciais da doença têm maior chance de alcançar a remissão completa. Identificar o tipo exato de leucemia é crucial, pois cada tipo tem características biológicas específicas que afetam o tratamento e o prognóstico. O planejamento do tratamento da leucemia é um processo complexo que envolve a escolha das terapias adequadas de acordo com o diagnóstico no estágio da doença e nas características individuais do paciente.

Palavras-chave: dificuldades; sintomas; tratamento.

E-mail do autor de contato: eduardarodriguesp.lg@gmail.com



EXAMES TOXICOLÓGICOS PARA MOTORISTAS PROFISSIONAIS: O QUE ELES DETECTAM E POR QUE SÃO NECESSÁRIOS

Anna Maria Silva ^a, Geraldo da Silva Xavier Neto ^b, Lorena Caixeta Gomes ^b e Eva Mendes Monteiro ^b

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Os exames toxicológicos são uma ferramenta essencial para garantir a segurança nas estradas, a saúde dos motoristas profissionais e a capacidade de operar um veículo de forma segura. Eles possuem a função de detectar a presença de substâncias psicoativas como: **maconha e seus derivados, cocaína e metabólitos, anfetaminas (rebite), metanfetaminas, ecstasy, opiáceos, codeína, mazindol, oxicodona, femproporex e anfepramona.** No Brasil, de acordo com a Lei do Caminhoneiro (Lei nº 13.103/2015), esses exames são obrigatórios para motoristas profissionais, pois, seu objetivo é estabelecer uma política que vise maior segurança nas estradas e combate ao uso de drogas e bebidas alcoólicas pelos condutores. A validade dos exames toxicológicos para motoristas que exercem atividade remunerada, pode variar de acordo com a realização do exame, a amostra coletada (geralmente cabelo, pelo ou unha) e podem detectar o uso de substâncias psicoativas nos últimos 90 dias. No entanto, o resultado do exame tem validade de 60 dias a partir da data da coleta da amostra. A nova legislação brasileira determina que motoristas profissionais de até 70 anos, habilitados nas categorias C, D e E, devem realizar o teste toxicológico periódico a cada 2 anos e 6 meses. **Objetivos:** Realizar uma revisão integrativa sobre a importância dos exames toxicológicos, como eles funcionam, e o impacto na segurança do trânsito e na saúde dos motoristas. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica, através da busca de artigos nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS MS) e Google Scholar nos últimos 5 anos, utilizando as palavras chave “anfetaminas”, “categorias C, D e E” e “substâncias psicoativas”. **Considerações Finais:** As longas jornadas de trabalho, contribuem para o uso indiscriminado de substâncias psicoativas que a longo prazo, podem provocar dependência e trazer riscos, devido aos efeitos provocados, como a sonolência, baixa concentração, alucinações e perda da coordenação motora. Os exames toxicológicos são cruciais na aplicação da legislação de trânsito, porque garantem que os motoristas profissionais estejam em conformidade com as leis. Ao entender o que esses exames detectam e por que são necessários, podemos compreender melhor o valor que eles trazem para a sociedade.

Palavras-chave: exames toxicológicos; motoristas; importância; saúde.

E-mail do autor de contato: annahmari1920@gmail.com



O DIREITO HUMANO À HABITAÇÃO COMO PADRÃO PARA GARANTIR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Heberton Duarte de Sousa^a e Natyely dos Santos Lima^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A maioria das cidades brasileiras possui estruturas clandestinas que se tornaram uma solução habitacional para grande parte da população. Esta questão levanta números desproporcionalmente elevados que demonstram a fragilidade do comportamento habitual do governo. A Lei 13.465/17⁸⁹ veio garantir o direito à moradia para aqueles que residem em assentamentos informais localizados em áreas urbanas. **Objetivos:** Apontar os atos necessários para a viabilização de programas de regularização fundiária de assentamentos informais em áreas de preservação permanente. **Metodologia:** Normativa-jurídica, tendo como natureza do estudo a pesquisa exploratória, cujo objetivo é o de desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, indo além da descrição de seu objeto de estudo, definido nas preocupações envolvendo as ocupações irregulares em área de preservação permanente. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados evidencia-se que é possível através de programas de Regularização Fundiária Urbana a regulamentação de áreas vulneráveis, neste caso as áreas de preservação permanente existentes nas cidades, assim, gerando estabilidade para a população, tanto para proteção à moradia daqueles que residem nos assentamentos informais quanto para a conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Regularização Fundiária. Assentamentos Informais. Área de Preservação Permanente.

E-mail do autor de contato: natyely.12188@alunofpm.com.br

⁸⁹ BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n^{os} 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n^{os} 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. **Planalto.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm (art. 1).

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

DEFENSORES AMBIENTAIS E SUAS LUTAS

Lorrany Eduarda Pereira Ramos ^a e Michelle Lucas Cardoso Balbino ^a

^a Faculdade da Cidade de Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O desmatamento da floresta Amazônica devido ao garimpo ilegal aumentou cerca de 90% entre 2017 e 2020, pesquisadores do Instituto Politécnico da USP (Poli) revelam o garimpo clandestino em áreas afetadas em artigo publicado na revista. Se as proteções não forem restauradas, o rio irá ser poluído e a vida das pessoas que vivem perto dele será prejudicada. Os defensores ambientais são pessoas que se dedicam a proteger a flora e a fauna, trabalhando para garantir que a vegetação nativa não seja destruída através do desmatamento e da exploração madeireira ilegal. Quando os defensores decidem lutar pelo meio ambiente, eles arriscam suas vidas, e as notícias dizem que o Brasil tem a maior taxa de mortalidade entre os defensores, levando ao questionamento de qual seria o papel dos protetores dos direitos humanos para que haja o combate da expansão do desmatamento. **Objetivo:** entender melhor o papel dos defensores de direitos humanos e analisar as falhas jurídicas através das legislações com relação ao desmatamento. **Metodologia:** Normativa jurídica, pesquisa exploratória, pesquisa qualitativa, fontes primárias e secundárias através dos métodos indutivos e dedutivos, juntamente com a técnica jurisprudencial e por fim a teoria de análise de conteúdo. **Considerações Parciais:** o trabalho ainda se encontra em andamento. Portanto, existe a necessidade de uma atuação do Estado na proteção dos defensores de direitos humanos contra perseguições para superar os limites no combate à expansão do desmatamento no Brasil. Essa necessidade existe devido à falha presente na legislação, o que gera dificuldade no combate a perseguição dos defensores de direitos humanos derivada de múltiplas violências com impacto direto na atuação como agente de combate à expansão do desmatamento no Brasil. Além de não verificar a necessária atuação do Estado para a proteção dos defensores de direitos humanos que combatem a expansão do desmatamento no Brasil.

Palavras-chave: defensores; meio ambiente; desmatamento.

E-mail do autor de contato: lorrany.21204@alunofpm.com.br



O CONFLITO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E TRIBUTÁRIA CAUSADA PELA REFORMA TRIBUTÁRIA

Lays Eugênia da Silva^a e Heberton Duarte de Sousa^a

^a Faculdade Patos de Minas - FPM, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Para que o Estado Brasileiro possa se manter e consiga realizar a manutenção das áreas de interesse público, como saúde, segurança e educação, é necessário que haja o recolhimento de tributos, sendo estes o segundo maior responsável pela arrecadação de receitas federais no Brasil⁹⁰. Por tradição, União, Estados e Municípios possuem competências legislativas e tributárias pré-definidas para que não aconteçam interferências de um ente federativo dentro da área de atuação do outro, limitando o poder tributário e fazendo com que não haja dúvida interpretação da norma⁹¹. Com o intuito de adequar o sistema tributário, foram criadas as Propostas de Emendas Constitucionais 45/2019 e 110/2019 que visam simplificar o recolhimento unificando os impostos de diferentes competências tributárias, porém, esse sistema proposto pode causar, em um primeiro momento, um conflito entre os entes^{92 93}. **Objetivos:** O objetivo geral deste trabalho é analisar e entender o conceito de competência legislativa e tributária para que, assim, seja possível compreender o aparente conflito de competência que surgirá com a unificação dos impostos. **Metodologia:** Foi realizada como uma pesquisa normativa-jurídica, cuja natureza de estudo é a pesquisa exploratória do tipo qualitativa, utilizando de fontes primárias e secundárias, valendo-se da utilização dos métodos indutivo e dedutivo^{94 95}. **Considerações Parciais:** A partir do estudo que está sendo realizado, é possível constatar que, no atual texto da PEC 45/2019, aprovado pela Câmara dos Deputados, possui previsão para resolução do conflito, usando de leis complementares para saná-los. Porém, o resultado pode vir a ser a criação de um Sistema Tributário tão ou mais complexo que o atual, uma vez que persistirão os “puxadinhos” legislativos como subterfúgios para sanar os vácuos deixados pelo legislador quando da criação da norma, dificultando ainda mais sua compreensão e aplicação ao caso concreto. Contudo, uma possível solução seria a manutenção da competência tributária como é feito atualmente, bem como a introdução de artifícios que facilitem o planejamento tributário e a realização das rotinas contábeis que visem manter o cumprimento, por parte das entidades empresariais e as que a elas se equiparam, das exigências fiscais.

Palavras-chave: Tributos; Sistema Tributário; Conflito de Competência.

E-mail do autor de contato: lays.23247@alunofpm.com.br

⁹⁰ PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, Controladoria-Geral da União. **Receitas Públicas**. 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/receitas?ano=2022>. p. 1.

⁹¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto**: Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

⁹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda Constitucional 45/2019**. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Baleia Rossi – MDB/SP – e outros, 03/04/2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1728369

⁹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda Constitucional 110/2019**. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Davi Alcolumbre – DEM/AP – e outros, 09/07/2019. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7977850&ts=1686844096476&disposition=inline&_gl=1*1ikinlk*_ga*MTQxMjk3MzIxNi4xNjMxNTc1MDM0*_g_a_CW3ZH25XMK*MTY4Njg4NDEzNy40LjEuMTY4Njg4NDU4Mi4wLjAuMA.

⁹⁴ BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622470. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622470/>. p. 12 / 65 / 93.

⁹⁵ FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. ISBN 9788565848138. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>. Acesso em: 18 jun. 2023. p. 125.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PATOS DE MINAS: UMA ANÁLISE SUSTENTÁVEL E INTELIGENTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS LOCAIS

Breno Brayan Araújo Soares ^a, Carem Sabrinny Nunes De Castro ^a, Eduarda Macedo Braga ^a, Eduardo Miranda Gomes ^a, Isabella Oliveira Martins ^a e Cintia Nogueira De Lima ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: As mudanças climáticas representam uma das maiores ameaças enfrentadas pela humanidade atualmente e é fundamental destacar o papel das cidades no contexto das mudanças climáticas, uma vez que são responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa. Dessa forma, se faz necessário o desenvolvimento e a presença de cidades inteligentes, modelos de cidades que desempenham um papel importante na luta contra as mudanças climáticas pois utilizam tecnologia e inovação para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e reduzir o impacto ambiental. Nota-se que as cidades inteligentes buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas e tornar as cidades mais sustentáveis, eficientes e seguras. Nesse sentido, a Lei Orgânica do Município de Patos de Minas estabelece medidas importantes para prevenir e combater a degradação ambiental na região buscando garantir a preservação ambiental e a qualidade de vida dos habitantes da região. **Objetivos:** Analisar como a falta de aplicabilidade de normas já existentes sobre mudanças climáticas afeta a população da comarca de Patos de Minas. Analisar a legislação que aborda sobre as mudanças climáticas e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, identificando quais medidas sobre mudanças climáticas estão sendo adotadas em Patos de Minas; identificar lacunas nas políticas atuais e propor medidas para fortalecer a resposta local às mudanças climáticas. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se a pesquisa exploratória, com relação à abordagem sendo qualitativa, como fonte de pesquisa utilizou-se tanto as primárias para a coleta das leis e jurisprudências, como secundárias para a coleta de textos dos autores, quanto ao método, utilizou-se do método indutivo e o método dedutivo. A técnica utilizada é a jurisprudencial. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode se evidenciar os seguintes resultados: a ausência de normas intensifica a vulnerabilidade das cidades aos efeitos das mudanças climáticas devido à ausência de normativas que viabilizem a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Patos de Minas/MG e em razão de ausência de normas, há o comprometimento da qualidade de vida da população dificultando a implementação de políticas de cidades inteligentes em Patos de Minas/MG. Some-se a isso a falta de fiscalização para implementação das normas com impacto indireto nas mudanças climáticas que intensificam a vulnerabilidade das cidades aos efeitos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: cidades; climáticas; inteligentes; mudanças.

E-mail do autor de contato: isabella.25440@alunofpm.com.br



CUIDADOS PALIATIVOS E PSICO-ONCOLOGIA: COMPREENDENDO O IMPACTO EMOCIONAL NO TRATAMENTO DO CÂNCER

Patryk Clister Martins Silva Oliveira^a e Marcelo Matta de Castro^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A busca por abordagens de saúde mais humanizadas e compassivas têm se tornado cada vez mais relevantes na sociedade. Nesse contexto, a interseção entre cuidados paliativos e psico-oncologia emerge como um campo vital na promoção do bem-estar de pacientes com câncer. Através da análise e discussão dos dados coletados ao longo do livro Cuidados Paliativos e Psico-Oncologia, pode-se compreender mais profundamente a importância e os benefícios dessa abordagem interdisciplinar. Os cuidados paliativos, como delineados na presente discussão, é uma resposta essencial às necessidades de pacientes enfrentando doenças graves, crônicas ou terminais. Focados no alívio do sofrimento e na melhoria da qualidade de vida, esses cuidados abrangem não apenas o controle dos sintomas físicos, mas também o suporte emocional, social e espiritual. **Objetivos:** Apresentar a obra Cuidados Paliativos e Psico-Oncologia acrescida apreciação do acadêmico. **Metodologia:** Trata-se de uma resenha do livro “Cuidados Paliativos e Psico-Oncologia”, de autoria de Elisa Maria Parahyba Campos, Anali Póvoas Orico Vilaça lançado em 2021. **Considerações Finais:** O livro demonstra de forma convincente que a qualidade de vida dos pacientes oncológicos está intrinsecamente ligada não apenas à gestão dos sintomas físicos, mas também à atenção às suas necessidades emocionais, sociais e psicológicas. A integração dessas abordagens promove um ambiente de cuidado mais compassivo e centrado no paciente. Além disso, a obra oferece uma base sólida de evidências, destacando a importância da pesquisa contínua nesses campos interdisciplinares. Isso sugere que, à medida que ocorrem avanços, novas estratégias e intervenções podem surgir para aprimorar ainda mais a qualidade de vida dos pacientes com câncer. Em última análise, o livro inspira uma reflexão profunda sobre o que significa proporcionar assistência médica de qualidade em um contexto de saúde em constante evolução. Os cuidados paliativos e a psico-oncologia não são apenas campos médicos, mas representam uma expressão do compromisso com a humanização da medicina e a promoção do bem-estar integral dos pacientes. À medida que se passam as páginas deste livro, se é lembrado da necessidade de continuar a pesquisa, o diálogo e a prática nesses domínios críticos. Somente assim se pode continuar a elevar o padrão de cuidados e a oferecer apoio significativo àqueles que enfrentam o câncer e suas complexidades emocionais.

Palavras-chave: Cuidados paliativos; psicologia; psico-oncologia.

E-mail do autor de contato: patryk.17792@alunofpm.com.br



IMPLANTE IMEDIATO: ALTERNATIVA PARA REABILITAÇÃO ORAL

Danilo Eustaquio de Oliveira Almeida ^a, Amanda Martins Santana ^a, Bruna Ramos de Lucena ^a, João Paulo Cardoso de Oliveira ^a, Mariana Lopes Miranda ^a, Welliton Ermerson Pereira Marques ^a e Túlio Silva Pereira ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Na abordagem clássica da reabilitação com implantes dentários é necessário aguardar o processo de cicatrização óssea pós exodontia que pode variar de três a seis meses para colocação do parafuso intraósseo. Com o avanço de técnicas e a busca por tratamentos mais rápidos, o implante imediato tornou-se uma alternativa terapêutica amplamente utilizada na reabilitação oral, pois a técnica permite sua implantação no osso alveolar logo após a extração dentária, sendo um método atual e eficaz em pacientes parcialmente edêntulos. Neste contexto, diversos fatores devem ser observados para garantir a previsibilidade do processo de osseointegração entre o osso hospedeiro e o parafuso do implante. O implante imediato é contraindicado em pacientes com má higiene bucal, alcoólatras, fumantes e usuários de drogas ilícitas. Além disso, pacientes em uso de bisfosfonato são mais vulneráveis ao desenvolvimento de osteoporose do maxilar, pois o medicamento interfere no processo de reparo tecidual durante a cicatrização⁹⁶. **Objetivos:** Apresentar uma revisão de literatura a respeito das vantagens da reabilitação com oral com implante imediato. **Metodologia:** Para a realização desta revisão de literatura foi realizado uma pesquisa por artigos completos em reabilitações com implantes, nas bases de dados do Google Acadêmico (Google Scholar), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), publicados nos últimos 10 anos nos idiomas português e inglês. **Considerações Finais:** Este estudo mostrou que os implantes imediatos trazem benefícios como tempo de tratamento mais curto, minimização da reabsorção óssea e melhora da função e estética desde a cirurgia inicial, porém a técnica de implante imediato nem sempre é possível. Uma avaliação criteriosa é necessária para indicação do procedimento seguindo protocolo específico para garantir uma alta taxa de sucesso.

Palavras-chave: Implante dentário, Cirurgia bucal, Osseointegração, Reabilitação bucal.

E-mail do autor de contato: daniloadm.almeida@gmail.com

⁹⁶ ESPOSITO, M.; et al. Interventions for replacing missing teeth: dental implants in fresh extraction sockets (immediate, immediate-delayed and delayed implants). Cochrane database of systematic reviews, v. 8, n. 9, Sep. 2010. doi: 10.1002/doi.org/10.1002/14651858.CD005968.pub3.

RAI, S.; RAI, A.; KUMAR, T.; KUMARI, M.; SOMANNA, M. K.; BANDGAR S. Immediately Loaded Single Unit Dental Implants: A Clinical Study. Journal of Pharmacology Bioallied Science, v. 12, n. 1, p. S245-S253, 2020. https://doi.org/10.4103/jpbs.JPBS_72_20.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E OS DÉFICITS INERENTES A PATOLOGIA

Cintia Rodrigues Sobrinho^a e Marlene Aparecida Lopes Ferreira Del Ducca^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução A Síndrome de Down (SD) é uma patologia, sendo uma condição congênita, adquirida por ocasião da gestação no momento do processo da divisão celular. Também conhecida como Trissomia do Cromossomo 21, é a causa genética que mais se associa à deficiência intelectual. Em indivíduos com divisão cromossômica normal, suas células apresentam 23 pares de cromossomos, pelo que totalizam 46 cromossomos. No entanto, os indivíduos com SD possuem um número total de 47 cromossomos. Dessa forma, indivíduos desse grupo levam três cópias do cromossomo 21 em todas as suas células⁹⁷. Assim sendo, a Síndrome de Down é considerada uma alteração genética, onde a criança que a possui apresenta várias dificuldades, que se manifestam nos diversos aspectos do desenvolvimento motor, cognitivo e na comunicação. Essas manifestações interferem no seu desenvolvimento, e por essa razão, as pessoas SD necessitam de estimulação frequente visando melhor qualidade de vida, para que ele possa interagir e participar do processo de inclusão social. **Objetivos:** Identificar a influência da estimulação precoce e das alternativas terapêuticas na reabilitação e qualidade de vida em crianças com Síndrome de Down e com déficit no desenvolvimento neuropsicomotor. **Metodologia:** Revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, através da análise de conteúdos científicos referentes ao tema e indexados na base de dados da BVS, SCIELO, Google Acadêmico e dissertações, publicados entre os anos de 2015 a 2022, sem restrição de tempo utilizando as palavras chaves: “Síndrome de Down”; “Estimulação precoce”; “Alternativas terapêuticas”; “Qualidade de Vida”; “Enfermagem”. **Considerações Finais:** Diante da pesquisa realizada, conclui-se que a estimulação precoce reside na possibilidade de vencerem as limitações que a doença proporciona e, quanto mais cedo forem estimuladas, melhores serão os resultados para minimizar os atrasos durante seu desenvolvimento. Da mesma forma, as alternativas lúdicas surgem como possibilidades, como podemos citar a dança, a música, o teatro, os instrumentos musicais, dentre outros.

Palavras-chave: Patologias; Estimulação precoce; Alternativas terapêuticas; Qualidade de vida.

E-mail do autor de contato: Cíntia.16154@alunofpm.com.br

⁹⁷ GUIMARÃES, A.C.S. *et al.* Promoção da socialização à criança portadora de Síndrome de Down através do auxílio dos profissionais de enfermagem. **Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde**. v.6, n.2, 2020. Disponível em: <http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICS/article/view/806>. Acesso em 05 jun. 2022

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

EFEITO TERAPÊUTICO DO MICROAGULHAMENTO COM DRUG DELIVERY DE ÁCIDO TRANEXÂMICO

Stefany Gabriele dos Reis Sousa^a e LÍlian de Abreu Ferreira^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O melasma continua a ser um desafio dermatológico, apesar de todas as opções terapêuticas existentes. Portanto, seja a busca por novas modalidades de tratamento quanto avaliações da efetividade de um determinado tratamento visa otimizar resultados, demonstrar técnicas com melhores resultados e reduzir efeitos colaterais sistêmicos⁹⁸. **Objetivo:** Descrever o uso do microagulhamento associado ao drug delivery de ácido tranexâmico para tratamento do melasma facial. **Metodologia:** Relato de caso, paciente do sexo feminino, fototipo IV, 41 anos, portadora de melasma, a qual foi selecionada para ser tratada durante dois meses com duas sessões mensais de microagulhamento associado ao drug delivery de 1,0ml de ácido tranexâmico 8mg/2ml. A paciente foi avaliada antes e após o tratamento com os seguintes parâmetros: evolução fotográfica, autoavaliação com questionário capaz de avaliar objetivamente a qualidade de vida dos paciente acometidos pelo melasma e melhora do MASI. **Resultados e Discussão:** Em relação ao MASI, houve uma melhora significativa, com redução de $54,4 \pm 7,53$ para $29,9 \pm 7,60$ ($p = 0,007$) (45%) e redução não significativa de $13,1 \pm 3,79$ para $10,8 \pm 3,79$ ($p=0,022$) (17%) no MELASQol. **Considerações finais:** O percentual médio de melhora após tratamento por MASI foi de 45% e por MELASQol, de 17%. Não foi encontrada associação significativa entre os percentuais de melhora do MASI e do MELASQol ($p=0,3641$) refletindo que mesmo obtendo boa resposta na melhora do melasma, a persistência da mancha, ainda era fator de incômodo. A associação proposta apresentou resultados satisfatórios, constituindo uma modalidade terapêutica inovadora, replicável e segura para o tratamento do melasma.

Palavras-chave: estética; melasma; benefícios.

E-mail do autor de contato: stefanygabriele@icloud.com

⁹⁸ SCHUCH, J. R.; ROSSETTO, S. Técnica de microagulhamento associado ao ácido tranexâmico no tratamento de melasmas: uma revisão. *Brazilian Journal of Development*, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 7083-7095, 2021.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

O AUTISMO EM CONFRONTO COM O DIAGNÓSTICO PRECOCE

Jordana Emanuely Silva Dos Anjos^a e Vania Cristine De Oliveira^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits clinicamente significativos e perseverantes na comunicação social e nas interações sociais, comportamentos motores ou verbais estereotipados, ou comportamentos sensoriais incomuns, apresenta níveis diferentes relacionados à gravidade do caso. **Objetivo:** Levantar dados e evidências sobre a precisão do diagnóstico, possibilitando conhecer a construção de um diagnóstico autista, contextualizar as particularidades do autismo, identificar os critérios para a construção e verificação de um diagnóstico preciso, apresentar um conhecimento sobre a seriedade do diagnóstico e sobre a postura de profissionais que atuam neste contexto. **Metodologia:** Este estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de natureza descritiva e exploratória. A busca de dados foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, optando pelos idiomas português, espanhol e inglês com a publicação no período de 2017 a 2022. A questão norteadora da presente pesquisa baseava-se na hipótese de que diagnósticos do transtorno poderiam se dar de forma prematura, podendo causar prejuízos na vida social e desenvolvimento de uma criança, por um diagnóstico errôneo. **Considerações Finais:** A partir dos resultados levantados nas pesquisas, observou-se que o diagnóstico autista pode ser realizado em indivíduos antes dos 3 anos, sendo que o transtorno acomete ambos os sexos e corrobora com a literatura epidemiológica, com maior prevalência em meninos, sendo que a construção do mesmo se baseia em critérios acompanhados de evidências intelectuais e comportamentais comprovadas, e o uso de testes pode ter grande contribuição para um diagnóstico preciso. Conclui-se a evidência da possibilidade de um diagnóstico assertivo logo na primeira infância, o que incide diretamente nas possibilidades prognósticas na vida adulta, considerando que os profissionais devem se ater aos parâmetros que corroboram um diagnóstico preciso, e não torná-lo errôneo por meio da falta de criticidade.

Palavras-chave: autismo, diagnóstico; diagnóstico precoce; transtorno do espectro autista; TEA.

E-mail do autor de contato: jordana.16459@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

CÂNCER DE PULMÃO E O USO DO CIGARRO ELETRÔNICO

Erika Maisy Almeida Silva ^a, Gabrielle Gonçalves Silva ^a, Vitória De Souza Galvão ^a, Eva Mendes Monteiro ^a e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Sabe-se que câncer de pulmão é um dos mais letais e o tabagismo é o principal responsável por cerca de 90% das mortes, além de ser o causador de outros diversos tipos de câncer como leucemia mieloide aguda, câncer na cavidade oral e câncer de esôfago. Atualmente, no Brasil, embora os dispositivos tenham a importação, a venda e a propaganda são proibidas pela Anvisa, o consumo de cigarro eletrônico vem aumentando e sendo bastante popular entre os jovens e adolescentes. Os usuários dos cigarros eletrônicos também chamados de “vapes” ou “pods” acreditam na ideia de que o aparelho pode ajudar a deixar o tabagismo, ou que não são prejudiciais à saúde e usam somente por curiosidade. Entretanto, apesar da suposta promessa de ser menos prejudicial à saúde, os níveis de toxidade dos cigarros eletrônicos podem ser tão prejudiciais quanto as do cigarro tradicional, tendo como agravante sabores artificiais deixando o mais atraente, nas suas essências uma das substâncias utilizadas em altas doses é a nicotina, droga que leva facilmente a dependência, oferecem riscos iguais ou até mesmo piores à saúde, a nicotina também causa mutações no DNA das células, que passam a se reproduzir de forma deficiente e isso aumenta as chances de câncer pulmonar. **Objetivo:** Alertar sobre o uso do cigarro eletrônico, sendo ele uma das principais causas de câncer pulmonar. **Metodologia:** Realizou-se uma busca de dados no site do INCA- Instituto Nacional do Câncer. **Considerações Finais:** O uso do cigarro eletrônico pode causar câncer no pulmão, esôfago, estômago e bexiga, causando também doenças pulmonares e doenças cardiovasculares, com isso a principal forma de combater o câncer pulmonar é deixando o hábito de fumar, quanto mais tempo e quantidade o indivíduo se expor ao uso do cigarro comum ou eletrônico, mais chances de ativação das células cancerígenas o indivíduo terá, pois o tabagismo expõe substâncias químicas tóxica e letal, sendo boa parte delas cancerígenas.

Palavras chaves: Cigarro eletrônico, pods, vapes.

E-mail do autor de contato: vitoria.29259@alunofpm.com.br



TRATAMENTO DE HERPES LABIAL COM TERAPIA FOTODINÂMICA

João Paulo Cardoso de Oliveira ^a, Amanda Martins Santana ^a, Bruna Ramos de Lucena ^a, Danilo Eustaquio de Oliveira Almeida ^a, Mariana Lopes Miranda ^a, Welliton Ermerson Pereira Marques ^a e Cizelene do Carmo Faleiros Veloso Guedes ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O herpes labial é uma doença viral, geralmente é causado pelo vírus herpes simples (HSV-1), potencialmente contagiosa, tem a capacidade de residir por toda a vida no ser humano infectado, pode ser desencadeado por uma baixa da imunidade, estresse, exposição solar prolongada e devido a algumas doenças sistêmicas. A disseminação da doença se dá através da saliva infectada, e também das vesículas que estão ativas e podem abranger grande parte da cavidade oral predominantemente os lábios. Essas lesões possuem uma sequência de fases, como o eritema, pápula, vesículas, pústulas, úlceras e crostas e o diagnóstico se dá através de características clínicas, e do histórico do paciente, bem como recidivas, pode-se lançar mão também de exames laboratoriais de sorologia e citologia. O tratamento é feito através de antivirais como o Aciclovir®, que aliviam os sinais prodrômicos, assim como o prurido e a algia e como tratamentos alternativos temos a ozonoterapia e a promissora terapia de fotobiomodulação de baixa intensidade laser vermelho e infravermelho em associação com um fotossensibilizador, corante administrado topicamente que irradiado produz um efeito antibactericida, e em fase inicial da doença apresenta reparação do tecido, analgesia, redução da inflamação e da taxa de recidiva⁹⁹. **Objetivos:** Apresentar a terapia fotodinâmica (PDT) no tratamento dos herpes labiais, mostrar os sinais e sintomas, formas de diagnóstico, bem como seus benefícios a curto prazo tanto para o paciente quanto para o cirurgião dentista que o acompanha. **Metodologia:** Para a realização desta revisão de literatura foi realizado uma pesquisa por artigos correlacionados ao tratamento de herpes labial com terapia de fotobiomodulação, nas bases de dados do Google acadêmico, Scielo e BVS, publicados nos últimos 10 anos. **Considerações Finais:** Diante do estudo realizado nota-se a grande importância em que o cirurgião dentista tem em saber diagnosticar, e tratar corretamente lesões herpéticas, lançando mão do tratamento com a terapia fotodinâmica, que mostra uma segurança e efetividade de tratamento, sendo muitas vezes mais eficiente que a terapia com antivirais, além de diminuir significativamente os sinais de desconforto dos pacientes acometidos, em um curto espaço de tempo, apresentando uma remissão e cicatrização mais rápida das lesões, bem como aumento no espaço de aparecimento de novas lesões. Foram encontrados uma gama de protocolos com vários tipos de luz, necessitando de mais estudos para se fazer um protocolo definitivo de acordo com cada fonte de luz.

Palavras-chave: herpes labial; fotoquimioterapia; terapêutica
E-mail do autor de contato: j.p.cardoso576@gmail.com

⁹⁹ SOUSA, JA de.; CATÃO, MHC de V. Fotobiomodulação a laser de baixa potência no tratamento do herpes labial recorrente: uma revisão integrativa. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 5, pág. e9511527867, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.27867. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27867>. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, Angélica Aparecida de et al. Tratamento de herpes labial com uso de laser de baixa intensidade: relato de caso clínico. 2022. Anais.. Bauru: Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: https://cob.fob.usp.br/wp-content/uploads/sites/954/2022/11/ANAIS_35_COB_2022.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



TERAPIA ESCLEROSANTE PARA HEMANGIOMAS NA CAVIDADE ORAL

Amanda Martins Santana ^a, Bruna Ramos de Lucena ^a, Danilo Eustáquio de Oliveira ^a, João Paulo Cardoso de Oliveira ^a, Welliton Pereira Marques ^a e Cizelene do Carmo Faleiros Veloso Guedes ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: O hemangioma é uma lesão vascular que pode representar uma neoplasia benigna, um hamartoma ou malformação vascular. Se caracteriza por proliferação anormal de vasos sanguíneos, é geralmente assintomático. Sua etiologia refere-se a anomalias congênitas, traumas físicos, estímulos endócrinos e inflamatórios, apresentando etiopatogênese controversa. Tem prevalência maior na infância, por se tratar normalmente de uma anomalia de desenvolvimento, mas pode ocorrer em qualquer idade. Tem predileção pelo sexo feminino e são localizados mais comumente na mucosa jugal, lábios, língua e palato. Clinicamente apresenta-se como bolha, mácula ou nódulo de coloração avermelhada ou arroxeadada. A lesão não gera desconforto, entretanto a principal queixa dos pacientes é em relação à estética. A terapêutica depende do correto diagnóstico da lesão, bem como da localização anatômica, aspectos clínicos, risco de trauma local, extensão, classificação da lesão e idade do paciente. O diagnóstico é clínico e pode realizar a diascopia na região afetada para confirmar tratar-se de lesão vascular. A terapêutica para as lesões menores envolve a esclerose, laserterapia, eletrocoagulação e crioterapia. Já para lesões maiores e/ou intraósseas, realiza-se a embolização ou obliteração da lesão. A escleroterapia vem sendo empregada com grande sucesso, por apresentar a vantagem de ser pouco invasiva e não produzir cicatriz aparente. Atualmente, a substância mais utilizada é oleato de monoetanolamina 5%, essa substância atua permitindo um equilíbrio hemostático, evitando a hemorragia após sua administração nas lesões vasculares. É uma alternativa segura, de baixo custo e de menor morbidade para pacientes com hemangiomas orais de diâmetro menor ou igual a 1,5 cm, além de proporcionar uma redução de possíveis complicações como a hemorragia, quando comparado com a excisão cirúrgica convencional. Em geral, há um bom prognóstico, pois não tende a reaparecer, após tratamento adequado¹⁰⁰. **Objetivos:** Discorrer sobre a terapia conservadora no tratamento de hemangiomas orais com esclerosantes. **Metodologia:** Para a realização desta revisão de literatura foi realizado uma pesquisa por artigos correlacionados ao tratamento de hemangiomas oral com base na literatura científica dos últimos 10 anos. Realizamos uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados do Google acadêmico, Scielo e BVS. **Considerações Finais:** O manejo e o conhecimento dos dentistas sobre essa neoplasia benigna são fundamentais para o diagnóstico correto. Outrossim, a escleroterapia para hemangiomas intraoral de tamanho pequeno emerge como uma opção de tratamento viável e tem se mostrado eficaz na involução gradual da lesão e diminuição do risco de acidente hemorrágico local, além da recuperação estética do paciente.

Palavras-chave: hemangioma; escleroterapia; lesões do sistema vascular.

E-mail do autor de contato: amandamartinsantana@gmail.com

¹⁰⁰ Cabral LFCM et al. (2022). Escleroterapia no tratamento de lesões vasculares orais. Rev. Cir. Traumatol. Buco-Maxilo-Fac, Camaragibe, 22(1): 42-45. Disponível em: <http://www.revistacirurgiabmf.com/2022/02/Artigos/08ArtClinico.pdf>.
TABOSA, H. R.; MONTEIRO, R. M.; LUCENA FILHO, A. M. de; SOUSA, D. S. O. Tratamento conservador do hemangioma bucal: revisão de literatura. Revista da Faculdade Paulo Picanço, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2023. DOI: 10.59483/rfpp.v3n2.83. Disponível em: <https://revista.facpp.edu.br/index.php/rfpp/article/view/83>. Acesso em: 28 set. 2023.
Pereira E;Araújo Cariri T. (2018). Escleroterapia em lesões vasculares de boca: relato de dois casos clínicos. Revista da Faculdade de Odontologia - UPF, 23(3):315-321. [Acesso em 2023 Set 28]. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rfo.v23i3.8612>.
Oliveira MMM; Silva BA. Sclerotherapy as treatment of lingual hemangioma: clinical case report. RGO, Rev Gaúcha Odontol. 2020;68:e20200017. [Acesso em 2023 Set 28]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-86372020000173654>.
NDU, Angélica Lopes Cordeiro et al. Escleroterapia de hemangioma: relato de caso. Rev. cir. traumatol. buco-maxilo-fac. [online]. 2013, vol.13, n.1, pp. 71-76. ISSN 1808-5210.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ALTERAÇÕES NA CAVIDADE BUCAL POR CANDIDÍASE EM PACIENTE USUÁRIO DE PRÓTESE TOTAL

Welliton Ermerson Pereira Marques ^a, Amanda Martins Santana ^a, Bruna Ramos de Lucena ^a, Danilo Eustáquio de Oliveira Almeida ^a, João Paulo Cardoso de Oliveira ^a, Mariana Lopes Miranda ^a e Cizelene do Carmo Faleiros Veloso Guedes ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A candidíase é uma infecção fúngica oportunista comum na cavidade bucal causada por fatores sistêmicos como: câncer, desnutrição, gravidez, diabetes, xerostomia e também por fatores locais como higiene precária, doenças pré-existentes na mucosa bucal e no uso de prótese dentária. O agente etiológico principal é a *Cândida albicans*, que está presente em todos os indivíduos, no entanto só irá se manifestar quando a imunidade da pessoa está comprometida. O uso da prótese provoca perda funcional das glândulas salivares presentes na boca, reduzindo a atividade salivar, diminuindo o pH, podendo provocar uma alteração no meio bucal e levando a uma possível queda no sistema imunológico, contribuindo para a proliferação de fungos e má retenção da prótese. Os tipos de materiais usados para próteses e os cuidados de higiene podem afetar diretamente a presença de *Candida* na cavidade oral, principalmente as diferenças na estrutura da superfície da prótese, como o grau de aspereza, porosidade e a energia livre da superfície que afeta a adesão de microrganismos e a placa bacteriana. O tratamento principal é feito com antifúngicos tópicos (nistatina) ou sistêmicos e as próteses mal adaptadas devem ser reembasadas ou substituídas. O uso exagerado de antifúngicos tem causado uma resistência maior, fazendo com que os profissionais busquem outras alternativas eficazes para tratamento como a terapia fotodinâmica, que consiste no uso de laser de baixa potência associado à fotossensibilizadores exógenos, com a finalidade de ocasionar morte celular. A orientação constitui uma forma de prevenção, contudo, devemos orientar o paciente sobre o correto uso e os cuidados necessários, como a retirada da prótese para dormir, identificação de anormalidades que comprometem a oclusão, as desinfecções devem ser realizadas com soluções químicas, como gluconato de clorexidina ou solução aquosa de hipoclorito de sódio¹⁰¹. **Objetivos:** Apresentar os fatores de risco que causam a candidíase bem como os cuidados necessários para evitar a infecção, os tratamentos e o correto uso da prótese. **Metodologia:** Para a realização desta revisão de literatura foi realizado buscas por artigos relacionados a candidíase e prótese total nas bases de dados Google acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde e Scielo publicados a partir de 2020. **Considerações Finais:** As próteses são extremamente importantes para uma reabilitação oral, devolvendo não apenas função mastigatória, mas também estética e proporcionando qualidade de vida ao paciente. É dever do cirurgião dentista identificar, diagnosticar alterações, tratar e orientar os pacientes quanto aos cuidados com a prótese prevenindo assim, a candidíase.

Palavras-chave: candidíase bucal; prótese total; odontólogos

E-mail do autor de contato: welliton.21767@alunofm.com.br

¹⁰¹ COSTA, A. M. S.; SIMIÃO, B. R. H.; MOLINA, O. F. T.. Candidíase oral em portadores de prótese dentária removível: revisão da literatura. *Scire Salutis*, v.12, n.3, p.317-325, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2236-9600.2022.003.0035>
CRUZEIRO, M. E. S.; CLEFFL, M. B.; BLANK, D. E.; MEIRELES, M. C. A.; Controle da formação biofilme por *Candida albicans* em pacientes usuários de próteses dentárias. *Conjecturas*, ISSN: 1657-5830, Vol. 22, Nº 11, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1532-2B17B
BORGES, C. A.; CASTANHEIRA, J. D.; ANDRADE, C. M. O.; MARTINS, L. H. B.; DIETRICH, L.; JUNIOR, J. J. V.; Diagnóstico e formas de tratamento da candidíase oral: uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, p.1-9, n. 15, e359101523123, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23123>

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



A PRIMAZIA DA REALIDADE EM FACE DAS FRAUDES EXISTENTES NO PROCESSO DO TRABALHO

Alisson Borges da Silva ^a e Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Justiça do Trabalho é dotada de princípios, os quais são necessários para o seu andamento, pois são eles que auxiliam o processo, como o princípio da celeridade, que visa ser um processo mais célere em virtude de geralmente ser caráter alimentar, e da proteção que protege a pessoa considerada mais frágil na relação jurídica, também o princípio da primazia da realidade, de modo que é mais importante realmente ao fato que aconteceu diante de outros tipos de provas, este princípio é considerado a base do processo de julgamento, no entanto, seu efeito pode ser benéfico ou prejudicial dependendo da forma como é utilizado pelo reclamante, e quando utilizado de forma inadequada, seu dano pode prejudicar a presunção de inocência do empregador, suas contradições e o seu amplo âmbito de defesa, impossibilitando um julgamento justo e resultando em necessidades desiguais. Havendo fraudes processuais em face do princípio da primazia e da realidade, a palavra do empregado possui mais poder, pois neste sentido ela vale mais do que outro tipo de prova trazida, pois ele possui mais credibilidade, mesmo cabendo ao empregador o contraditório e ampla defesa. **Objetivos:** Entender como o princípio da primazia da realidade gera danos na instrução probatória na Justiça do Trabalho no Brasil. **Metodologia:** Foi utilizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. **Considerações Parciais:** Diante dos estudos realizados, espera-se conseguir compreender em quais situações que o princípio da primazia e da realidade prejudica os empregadores em face de falsos testemunhos/depoimentos dos empregados, pois como dito neste princípio o que prevalece é a realidade, mais quando ela é narrada de forma divergente perante as provas documentais os prejuízos se sobressaem somente para o empregador, tendo uma péssima reputação da empresa perante a sociedade. Este trabalho encontra-se em andamento.

Palavras-chave: princípio; realidade; fraude.

E-mail do autor de contato: allisson.23216@alunofpm.com.br



A VALORIZAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Vitória Caroline do Amaral Cruz^a e Maria Isabel Esteves de Alcântara^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo:

Introdução: A violência doméstica e familiar contra a mulher é aquela que tenha uma ação ou omissão baseada no gênero, qualquer ato que gere lesão, morte, sofrimento físico, psicológico, patrimonial, moral e/ou sexual. Para a aplicação da Lei, a violência deve ter sido cometida em âmbito familiar ou doméstico; por alguém que possua relação íntima de afeto, por laços naturais, afinidade ou vontade expressa; a relação íntima de afeto seja independente de coabitação; e as relações pessoais independem de orientação sexual.¹⁰² Além dos quesitos supracitados, há também meios de provas que são usados como instrumentos pelos quais se busca a reconstrução de um fato pretérito, com intuito de trazer à tona a realidade. É um meio utilizado para buscar uma verdade, que no âmbito do processo penal, é chamada de verdade real ou substancial, sendo assim a pesquisa irá analisar a garantia fundamental dos direitos que a vítima possui em estudo de casos de violência doméstica.¹⁰³ Observa-se assim, que não existe um padrão para considerar os critérios de aplicação do peso da palavra da vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, fator que enseja a pesquisa do presente projeto. O Sistema Penal brasileiro é uma engrenagem formada pelo Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia, sistema carcerário e demais agências formais de controle. Todos contribuem para o tratamento dado à violência doméstica no Brasil, que hoje tem como principal regra categórica a Lei Maria da Penha¹⁰⁴, tida como uma conquista importante no combate à violência doméstica contra a mulher. Todo ser humano é dotado do preceito de dignidade da pessoa humana, um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ele é plenamente aplicável às mulheres em proteção a sua integridade física, moral e psicológica, é um princípio capaz de apoiar a diminuição da prática de atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. **Objetivo:** o trabalho tem como objetivo verificar se a palavra da vítima, por si só, é suficiente para ser a causa da condenação nos processos de crimes contra a dignidade sexual. **Metodologia:** Metodologicamente, a presente pesquisa é definida como normativa-jurídica, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa¹⁰⁵, utilizando-se de fontes primárias e secundárias, através dos métodos indutivos e dedutivos para o tratamento de dados da técnica jurisprudencial¹⁰⁶. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01- A palavra da vítima necessita de apoio e comprovação do conjunto probatório para a condenação do réu; 02- Os desafios enfrentados para a devida legitimação da palavra vítima como ferramenta no processo punitivo; 03- A necessária definição de critérios que contribuem para o devido fortalecimento da legitimação da palavra vítima como ferramenta para o processo punitivo da vítima.

Palavras-chave: vítima; conjunto probatório; processo punitivo.

E-mail do autor de contato: vitoria.12352@alunofpm.com.br

¹⁰²BRASIL. Lei nº 11.340, de agosto de 2006. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 03 jul. 2023

¹⁰³BRASIL. Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 04 jul 2023.

¹⁰⁴BRASIL. Lei nº 11.340, de agosto de 2006. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 03 jul. 2023

¹⁰⁵SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. *E-book*. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹⁰⁶FREITAS FILHO, Roberto; LIMA, Thalita Moraes. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. **Univ. JUS**, Brasília, n. 21, p. 1-17, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/download/1206/1149.p.2>. Acesso em: 14 mar. 2023

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

REFORMA AGRÁRIA: A VENDA DE LOTES EM ASSENTAMENTOS DE FORMA ILEGAL E A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE ESTELIONATO

Gabrielle Teodoro de Macedo ^a, Lara Isthefane de Souza ^a e Heberton Duarte de Sousa ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A Reforma Agrária é um importante mecanismo de inclusão social criado para regulamentar a distribuição de terras entre cidadãos que têm interesse em transformar uma área em conflito em produtiva e dessa forma promover a subsistência própria e de sua família. O sistema foi desenvolvido para ampliar a justiça social promovendo ampliação dos direitos humanos e o desenvolvimento econômico e social. Aproveitando das facilidades e algumas falhas no sistema de fiscalização desenvolvido pelo INCRA, alguns dos beneficiados acabam desenvolvendo negociações irregulares, onde vendem os lotes que estão sob regime precário de contratos de concessão. Vários requisitos devem ser obedecidos para que os assentados possam adquirir o Título de Domínio (TD), e um deles é que seja trabalho pelo titular e sua família, sendo extremamente vedada sua tradição. Esse tipo de prática pode configurar crime, inclusive existe um Projeto de Lei na Câmara dos deputados de número 7779/17 que objetiva a tipificação desse tipo de conduta para configuração do crime de estelionato. **Objetivos:** O objetivo é analisar as fraudes cometidas utilizando-se das ferramentas sociais de distribuição de terras via Política Nacional de Reforma Agrária. Identificar as falhas estatais na compra e venda de lotes em assentamentos, de forma irregular. Observar se a tipificação da conduta de tradição irregular em crime de estelionato pode diminuir os casos de fraudes no sistema agrário. **Metodologia:** Para a presente pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. **Considerações Parciais:** A presente pesquisa encontra-se em andamento explorando os seguintes argumentos jurídicos: 01 - A venda irregular de lotes configura o crime de estelionato? 02 – As alterações legislativas podem reduzir os casos de fraudes na distribuição de terras no programa de reforma agrária?

Palavras-chave: Estelionato, Irregularidades, Reforma Agrária

E-mail do autor de contato: gabrielle.26639@alunofpm.com.br



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

ESTADO, MERCADO E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE MARIANA MAZZUCATO

Celina América Corrêa Neta ^a, Moniza Monara Mota Cruz ^a e Gabriel Sandino de Castro ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Atualmente, a análise do pensamento econômico de Mariana Mazzucato ganha relevância, ao relatar questionamentos sobre o papel do Estado para a prosperidade da economia, em contrapartida com o discurso mainstream da retirada estatal em busca de economias mais dinâmicas e competitivas. A teoria keynesiana, uma das bases de Mazzucato, valoriza a coordenação nacional nas decisões econômicas, destacando a importância do Estado para o desenvolvimento. É essencial analisar as esferas pública e privada, compreendendo suas racionalidades e poderes. A burocracia estatal pode ser mais flexível em adaptações em larga escala do que a iniciativa privada, desmentindo a crença comum. Para desmistificar a imagem do Estado como um obstáculo, é necessário uma reavaliação dos processos públicos, reconhecendo sua eficiência comparável ao desenvolvimento industrial. Ambos setores devem ser dimensionados adequadamente para promover o desenvolvimento econômico. **Objetivos:** Analisar as relações entre o setor privado e público com base no pensamento de Mariana Mazzucato. Isso envolve apresentar de maneira geral teorias de desenvolvimento econômico, identificar os limites estatais na promoção do setor privado e exemplificar as relações Estado-mercado para impulsionar o desenvolvimento econômico, segundo a perspectiva da autora. **Metodologia:** O método utilizado para a realização desse trabalho fundamenta-se no qualitativo/histórico/dedutivo. Com efeito, partimos de uma revisão bibliográfica a partir de buscas no Scielo e no Google acadêmico, acerca dos principais trabalhos da autora. **Considerações Finais:** Diante dos estudos realizados pode se evidenciar que a importância do Estado em assumir riscos, financiar investimentos de alto risco e catalisar o crescimento econômico por meio de sua capacidade única de agir em escala e com instrumentos que não estão disponíveis para o setor privado. Em um mundo onde o Estado está passando por cortes e terceirizações, é crucial repensar seu papel e reconhecer seu potencial como agente de mudança e desenvolvimento. Isso exige coragem para desafiar os mitos arraigados sobre o Estado e para insistir em políticas que não apenas impulsionam o crescimento econômico, mas também o tornam inclusivo e sustentável. A construção de uma sociedade melhor depende da compreensão realista e da utilização eficaz do papel do Estado na economia.

Palavras-chave: estado; desenvolvimento; keynesianismo; mariana; mazzucato;; privado.

E-mail do autor de contato: celina.20677@alunofpm.com.br



REMIÇÃO FICTA DA PENA: A MULTI PARTICIPAÇÃO DE ATORES COMO ESTRATÉGIA PARA REMODELAR A APLICAÇÃO DA REMIÇÃO FICTA EM MOMENTOS PANDÊMICOS

Erineldo Amaral^a e Thatiane Nara de Oliveira^a

^a Faculdade Patos de Minas - FPM, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: A remição ficta da pena, por não ser um dispositivo legal, não havendo lei que trate que os detentos em prisão provisória, ou seja, antes da sentença definitiva, a possibilidade de reduzir a pena em virtude do tempo passado. A remição da pena é direito garantido pela Lei de Execução Penal e se caracteriza no abatimento de pena a ser cumprida. Com base na legislação brasileira, cada 3 dias de trabalho equivale a um dia de prisão cumprida¹⁰⁷. A presente pesquisa justifica-se pelo papel importante do Estado na elaboração de atividades acerca do desenvolvimento do apenado, seja para redução da pena imposta, seja pela inserção junto ao mercado de trabalho após a sua liberdade condicional, esta pesquisa busca levar um conhecimento tanto aos juristas, acadêmicos, professores e muitos profissionais da área de segurança pública, que irá referendar-se de diferentes formas de produções e expressões. Sendo as principais: A jurisprudência buscando entendimento do tribunal do Estado de Minas gerais, embora não tendo força de lei, mas aplicando-se em várias decisões prolatadas. Tem-se também doutrinas realizadas por um grupo de estudiosos, juristas, acadêmicos e doutrinadores, auxiliando de forma valorosa nas questões jurídicas. **Objetivos:** definir as possíveis formas para aplicação de remição ficta nos casos da não condição de trabalho do apenado durante o momento pandêmico dentro dos sistemas prisionais do Estado de Minas Gerais. E de forma específica, definir a legislação que pode ser aplicada para a remição ficta do apenado por não ter condições de trabalho no momento pandêmico dentro dos sistemas prisionais do Estado de Minas Gerais; verificar os entendimentos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acerca da aplicação da remição ficta do apenado por não ter condições de trabalho no momento pandêmico. **Metodologia:** revisão de narrativa de literatura. **Considerações finais:** A remição ficta da pena é um tema polêmico e de grande relevância no sistema carcerário, ao analisar suas considerações finais, é importante destacar que a remição ficta da pena consiste na possibilidade de redução do tempo de cumprimento da pena em virtude do trabalho ou estudo realizado pelo preso dentro do sistema carcerário. Em conclusão, a remição ficta da pena é uma medida que visa incentivar a ressocialização dos presos e combater a superlotação carcerária. No entanto, sua aplicação deve ser feita de forma criteriosa e transparente, garantindo a igualdade de tratamento entre presos e o respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: remição ficta; ressocialização; sistema prisional

E-mail: erineldo.23218@alunofpm.com.br

¹⁰⁷ LAMOUNIER, G.M. CRUZ, R.G. Remição ficta: um olhar crítico sobre a falta de trabalho nos estabelecimentos prisionais em face da omissão estatal, LIBERTAS: Rev. Ciência. Soc. Apl., Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.343 -365, ago./dez. 2020.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ISBN 978-65-00-96762-3

Anais do VI Fórum de Iniciação Científica, 2023.



FACULDADE PATOS DE MINAS

PERFIL DO ALUNADO E EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA: DA FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Vítor Silva Mata^a e Gilmar Antoniassi Junior^{a-b}

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

^b Universidade de Franca, Franca, São Paulo, Brasil.

Resumo

Introdução: Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que utilizou do método SURVEY para produzir à descrição e reflexão acerca das averiguações em relação ao perfil do alunado e do egresso do curso de Psicologia.

Objetivos: O objetivo geral da pesquisa é registrar o perfil do alunado e egressos do Curso de graduação em Psicologia de uma Faculdade do interior do Estado de Minas Gerais, a fim de discernir as perspectivas do alunado com o curso e saber como ele lida com os diferentes contextos da universidade e da vida; bem como, verificar junto aos egressos sua trajetória profissional e acadêmica. **Metodologia:** O estudo em questão foi realizado após CEP-FPM sob o número de parecer 6.154.831. Foi realizado com o alunado e egressos do Curso de Psicologia da Faculdade Patos de Minas, localizada em um município de médio porte da região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais – Brasil. Em sua totalidade no 1º semestre de 2023, o curso possuía 132 alunos regularmente matriculados e 415 psicólogos formados egressos dos cursos desde 2011 a 2022. A amostra da pesquisa foi através do método de amostragem não probabilística constituída de modo intencional e por conveniência; que através da disponibilização da lista de e-mail dos egressos e o contato realizado com o coordenador do curso para auxiliar na sensibilização dos possíveis participantes do estudo. Por se tratar de uma pesquisa utilizamos o método Survey, o instrumento de pesquisa se constituiu de dois questionários elaborados denominados “Pesquisa sobre o Perfil do Estudante de Psicologia e sua Interatividade com o Curso” e “Pesquisa sobre o Perfil do Egresso do Curso Psicologia e sua Trajetória Profissional”. Para as análises dos dados contamos com auxílio de planilhas eletrônica e às análises estatísticas foram realizadas através do software estatístico SPSS versão 27 foi aplicado o Teste T de Student. Para as análises qualitativas utilizou-se de diferentes análises a partir da produção de mapas mentais.

Considerações Finais: A maioria dos estudantes matriculados no curso de Psicologia referiram que financiam seus próprios estudos, o público discente é constituído não apenas por residentes do município, mas também por indivíduos de cidades vizinhas, sendo em sua maioria do sexo feminino. Quanto aos egressos, muitos afirmaram que estão exercendo atividades na área clínica, seguida pela área organizacional, e uma parcela significativa mencionaram que ter prosseguido com estudos em nível de pós-graduação.

Palavras-chave: Atividade Profissional; egressos; estudantes; formação; profissão; psicologia.

E-mail do autor de contato: jrantoniassi@hotmail.com



ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – O CASO MOCAMBO

Diego Christiano Alves Rodrigues ^a, Gustavo Henrique Alves de Lima ^a, Henrique Junior Borges Vaz ^a, Júlia Gonçalves Queiroz Magalhães ^a, Lynda Kryz Queiroz Vida ^a, Nattanael Rodrigues Pereira ^a e Thiago Alves de Melo ^a

^a Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Introdução: Localizado no centro da cidade, o Parque do Mocambo Vereador Geraldo Martins, também conhecida como “Parque do Mocambo” possui extensa área verde, com trilhas que se deslocam por toda a área geográfica. Há também um enorme lago artificial, criado a partir da nascente do parque e inúmeros equipamentos de lazer, com quadras poliesportivas e praças. A sede do Conservatório Municipal de Música fica em seu interior, promovendo grande fluxo de pessoas e turistas ao longo de toda a semana. Pelo exposto, é notório que o Parque é uma importante referência cultural e de lazer para a população da cidade e de toda a região, possuindo, portanto, enorme potencial turístico para o Município. Durante os estudos da legislação atual e dos últimos julgados percebe-se que a Prefeitura de Patos de Minas vem sofrendo processos de apelação cível devido a falta do Plano de Manejo, que é um documento obrigatório e indispensável para qualquer Unidade de Conservação. Diante de tal fato, o presente artigo tem como objetivo geral pesquisar o ajuizamento do Ministério Público no processo contra a Prefeitura de Patos de Minas devido a falta do Plano de Manejo¹⁰⁸. **Objetivos específicos:** Conceituar sobre o Plano de Manejo, Discutir a obrigatoriedade do Plano de Manejo para qualquer unidade de Conservação, Demonstrar que a omissão do Município de Patos de Minas impede a identificação das atividades e obras que poderiam ser desenvolvidas no Parque do Mocambo. **Metodologia:** Foi utilizado como tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como fonte de pesquisa tanto as primárias para coleta de dados das leis e julgados, como secundárias para coleta dos textos dos autores sobre o tema. Quanto ao método utilizou-se o indutivo para coleta dos dados dos julgados e o método dedutivo para aplicação da lei aos casos analisados. **Considerações Finais:** Planos de manejo é um documento técnico, definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), previsto no art. 27 e 28 da Lei N° 9.985/2000¹, mediante o qual são realizados o manejo e a gestão de uma Unidade de Conservação (UC), tendo como fundamento seus objetivos gerais, estabelecidos em seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Após a criação de uma UC, o Plano de Manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos. Toda UC deve ter um Plano de Manejo, que deve ser elaborado em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada.

Palavras-chave: Plano de manejo, Unidade de Conservação, Parque do Mocambo.

E-mail dos autores de contato: diego.24174@alunofpm.com.br;

¹⁰⁸ BRASIL. Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Planalto: Brasília.

O conselho editorial informa: Os dados das pesquisas aqui apresentados, bem como seu conteúdo e veracidade são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.